

● D ● O ● S ● U ● L ●

SOOL

A UNIVERSIDADE DE COIMBRA E A CHINA

(Página deixada propositadamente em branco)

D O S U L

SOOL

A UNIVERSIDADE DE COIMBRA E A CHINA

EDIÇÃO

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

EMAIL: IMPRESAUC@CI.UC.PT

URL: HTTP://WWW.UC.PT/IMPRESA_UC

VENDAS ONLINE: HTTP://LIVRARIADAIMPRESA.UC.PT

COORDENAÇÃO

JOSÉ PEDRO PAIVA

ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA – AUC

JOSÉ AUGUSTO CARDOSO BERNARDES

BIBLIOTECA GERAL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA – BGUC

PAULO GAMA MOTA

MUSEU DA CIÊNCIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA – MCUC

APOIO À COORDENAÇÃO

HELENA RODRIGUES

GABINETE DO VICE-REITOR PARA AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

TEXTOS

JOÃO GABRIEL SILVA

JOAQUIM RAMOS DE CARVALHO

JOSÉ PEDRO PAIVA

JOSÉ AUGUSTO CARDOSO BERNARDES

PAULO GAMA MOTA

A. E. MAIA DO AMARAL

ANA MARIA LEITÃO BANDEIRA

FILIPA HEITOR

LUÍS FILIPE BARRETO

MARIA ARMINDA MIRANDA

MARIA DO ROSÁRIO MARTINS

MARIA TERESA GONÇALVES

NICOLAS STANDAERT

PEDRO CASALEIRO

TÂNIA MADUREIRA

DESIGN

ANTÓNIO BARROS

INFOGRAFIA

CARLOS COSTA

EXECUÇÃO GRÁFICA

NORPRINT

ISBN

978-989-26-0621-7

ISBN Digital

978-989-26-0622-4

DOI

<http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0622-4>

DEPÓSITO LEGAL

361832/13

OBRA PUBLICADA COM O PATROCÍNIO DE



GeoCAPITAL

BRIDGE TO THE FUTURE

WWW.GEOCAPITAL.COM.MO



© JULHO 2013, IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

INVESTIGAÇÃO E CONTEÚDOS DAS FICHAS CATALOGRÁFICAS

A. E. MAIA DO AMARAL (BGUC)

ANA MARIA LEITÃO BANDEIRA (AUC)

FILIPA HEITOR (MCUC)

MARIA ARMINDA MIRANDA (MCUC)

MARIA DO ROSÁRIO MARTINS (MCUC)

PEDRO CASALEIRO (MCUC)

TÂNIA MADUREIRA (MCUC)

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL (BNP)

MUSEU MUNICIPAL DE COIMBRA (MMC)

MUSEU NACIONAL DE MACHADO DE CASTRO (MNM)

CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

CARLOS BARATA

GILBERTO PEREIRA

JOSÉ MENESES

JOSÉ PESSOA (DDF/DGPC)

SÉRGIO AZENHA

ELSA FIGO (DIGITALIZAÇÕES DE LIVROS E DOCUMENTOS DO AUC E BGUC)

D O S U L

SOOL

A UNIVERSIDADE DE COIMBRA E A CHINA

FICHA TÉCNICA DA EXPOSIÇÃO

COORDENAÇÃO

JOSÉ PEDRO PAIVA

ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA – AUC

JOSÉ AUGUSTO CARDOSO BERNARDES

BIBLIOTECA GERAL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA – BGUC

PAULO GAMA MOTA

MUSEU DA CIÊNCIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA – MCUC

APOIO À COORDENAÇÃO

HELENA RODRIGUES

GABINETE DO VICE-REITOR PARA AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

PARCERIA

ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

BIBLIOTECA GERAL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

MUSEU DA CIÊNCIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

MUSEOLOGIA

PEDRO CASALEIRO

MARIA DO ROSÁRIO MARTINS

MARIA ARMINDA MIRANDA

FILIPA HEITOR

TÂNIA MADUREIRA

CONTEÚDOS

A. E. MAIA DO AMARAL

ANA MARIA LEITÃO BANDEIRA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL (BNP)

MUSEU MUNICIPAL DE COIMBRA (MMC)

MUSEU NACIONAL DE MACHADO DE CASTRO (MNMC)

DIGITALIZAÇÃO DE IMAGENS

ANTÓNIO MANUEL SALGUEIRO (BGUC)

ELSA FIGO (AUC)

COMISSARIADO EXECUTIVO

CARLA COIMBRA ALVES

CATARINA FERNANDES

LUÍSA LOPES

RITA PORTUGAL

ANA MARIA DIAS

CONSERVAÇÃO

GILBERTO PEREIRA (MCUC)

DULCE GONÇALVES (MNMC)

PROGRAMA EDUCATIVO

CARLOTA SIMÕES

MIGUEL GOMES

ALEXANDRA MENDES

FILIPA OLIVEIRA

SUSANA TAKATO

DESIGN GRÁFICO

FBA

PRODUÇÃO

J. A. MENDES NETO

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

IDEIAS CONCERTADAS

TRADUÇÃO

CRISTINA FÉLIX

APOIO CIENTÍFICO

DÉCIO RUIVO MARTINS

FERNANDO FIGUEIREDO

HENRIQUE LEITÃO

JOÃO FERNANDES

COLABORAÇÃO

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL

HERBÁRIO COI, FCTUC

MUSEU MUNICIPAL DE COIMBRA

MUSEU NACIONAL DE MACHADO DE CASTRO

APOIOS

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA

CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

AGRADECIMENTOS

ANTÓNIO PACHECO

BERTA DUARTE

CLAUDINO ROMEIRO

FÁTIMA BOGALHO

FÁTIMA SALES

FERNANDA ALVES

JOANA BARATA

MANUELA SANTOS

MARIA JOSÉ PEREIRA

PEDRO FERRÃO

A MINIATURA DE LITEIRA FOI ALVO DE RESTAURO TÊXTIL NA OFICINA DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO DO MUSEU NACIONAL DE MACHADO DE CASTRO, DGPC, O ABRIGO DE UMA PARCERIA COM A UNIVERSIDADE DE COIMBRA.

Sumário

7

Palavras de Abertura

João Gabriel Silva

11

Apresentação

Do Sul ao Sol - A Universidade de Coimbra e a China

Joaquim Ramos de Carvalho, José Pedro Paiva, José Augusto Cardoso Bernardes, Paulo Gama Mota

Olhares Historiográficos

17

Portugal – China: Padrões de um Relacionamento Multissecular

Luís Filipe Barreto

23

Some characteristics of the Sino-European contacts in the seventeenth century

Nicolas Standaert

As Coleções

31

Coleções da China e Macau no Museu da Ciência da Universidade de Coimbra (1880-1882)

Maria Arminda Miranda, Maria do Rosário Martins, Tânia Madureira, M. Teresa Gonçalves, Pedro Casaleiro

39

Os Fundos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra relativos à China

A. E. Maia do Amaral

45

Os acervos do Arquivo da Universidade de Coimbra e a história das relações entre Coimbra e a China

Ana Maria Leitão Bandeira

Catálogo da exposição

52

Encontro

Coimbra e o conhecimento da China na Europa

82

Ciência

Coimbra e o intercâmbio científico com a China

102

Cultura

A influência chinesa no gosto e na cultura material

104 • *Porcelana chinesa*

106 • *Faiança Portuguesa com chiniserie*

107 • *Charão*

109 • *Chá*

114 • *Seda*

116 • *Laranja-doce, Citrus x sinensis*

118 • *Arroz, Oryza sativa*

122 • *Cânfora, Cinnamomum camphora*

124 • *Anis-estrelado, Illicium verum*

Coimbra é um lugar onde as implicações da primeira globalização se viveram e pensaram com uma intensidade ímpar. Aqui convergiram espécimes naturais nunca antes vistos, objectos de culturas distantes, visitantes oriundos de terras de onde jamais houvera notícia. Aqui desenharam-se mapas, construíram-se dicionários, multiplicaram-se imagens, num caleidoscópio de referências novas entrecruzadas. Aqui se formaram juristas e administradores, cientistas e embaixadores, poetas e artistas que levaram a língua e a cultura em língua portuguesa a interagir, enriquecer-se e transformar-se no contacto com outras culturas.

A exposição do Sul ao Sol, que este catálogo regista para a posteridade, traz à luz a importância da Universidade e da cidade de Coimbra no encontro da Europa com a China ao longo dos séculos. Mas, mais do que isso, atesta uma vontade de construir um futuro tão rico e frutuoso como os tempos que nos precederam.

Os arquivos, bibliotecas, espaços de estudo e investigação da Universidade de Coimbra são um repositório plurissecular de contactos entre culturas variadas, de curiosidade científica e fascinação pelo que é diferente. Esse legado, que hoje nos rodeia e faz parte do património vivo da nossa vida académica, constitui uma valiosa riqueza e uma enorme responsabilidade, que nos compete partilhar, renovar e atualizar.

A estrofe que inspira esta obra foi escrita por Luís de Camões, numa época maravilhada pela descoberta de outros mundos terrestres e celestes, bem como pela transformação/encurtamento das distâncias. Foi nesse mundo paulatinamente globalizado que a universidade portuguesa se fixou definitivamente em Coimbra, no ano de 1537, numa época em que pouco se sabia da China.

Nos séculos seguintes, uma parte significativa do fluxo de conhecimento entre o Ocidente e o Oriente passou por Coimbra, aqui deixando inúmeros traços que perduram até hoje. A Universidade e o Colégio Jesuíta foram, de diferentes formas e em distintos momentos, pólos agregadores de conhecimento, difusores de cultura, espaços de encontro e transmissão de saber que mantiveram ligadas, e mutuamente enriquecidas, culturas heteróclitas que se transformaram nesse encontro. Em Coimbra testemunha-se o impacto da cultura chinesa na nossa cultura, desde o gosto decorativo à valorização da ciência, passando pelo impacto de novos saberes, produtos e tecnologias.

Esse processo persiste. Continuam a afluir a Coimbra pessoas das mais variadas partes do mundo, procurando o encontro com a diversidade e riqueza cultural que aqui aprendemos a preservar e desenvolver ao longo da história. Assim, esta exposição e este catálogo constituem mais um testemunho da vivacidade dessa missão do que apenas uma rememoração de tempos passados.

João Gabriel Silva

Reitor da Universidade de Coimbra

Como bem lembrou recentemente Serge Gruzinski, algumas das representações que, durante o século XVI, os chineses elaboraram dos portugueses não os apresentavam em tonalidades positivas. As figurações que deles propuseram assemelhavam-nos àquelas que os próprios portugueses construíam a propósito dos índios brasileiros.

Sentenças proferidas em Cantão, no ano de 1522, contra membros da delegação chefiada por Tomé Pires, que D. Manuel I enviou à China, designavam-nos por “ladrões pequenos do mar, enviados pelo grande ladrão, [que] falsamente vem espiar a nossa terra”. Mais tarde, surgiram até descrições que figuravam os portugueses como canibais. Por volta de 1574, Yen Ts’ong-Kien, um dos responsáveis pelas audiências imperiais na corte dos Ming, em Pequim, numa crónica intitulada *Chou-yu tcheou-tseu*, escreveu que os portugueses eram “gente que gosta de comer crianças”. Para o efeito, ferveriam água num grande recipiente, pondo à superfície “uma pequena criança numa gaiola de ferro” para a escaudarem. De seguida, raspar-lhe-iam a pele com uma escova de ferro e, com ela ainda viva, “matam-na, racham-lhe o ventre, retiram os intestinos e o estômago, e cozem [o corpo] a vapor”. Por fim, comiam-na.

Havia portugueses que o sabiam, como o humanista e polígrafo João de Barros, ou o dominicano Gaspar da Cruz. Este, no *Tratado das coisas da China*, explica que os chineses lhes chamavam “gente do diabo” (*fancui*).

É certo que os portugueses de Quinhentos não eram antropófagos, pelo que poderia espantar esta visão que alguns chineses deles tiveram. Mas ela entende-se melhor ao reconhecer que as intenções iniciais dos primeiros europeus a arribarem à China não eram de todo pacíficas. Na era das grandes viagens oceânicas ibéricas, enquanto os castelhanos se empenharam na conquista violenta de regiões da América Central, os seus vizinhos e criadores do primeiro império marítimo europeu, após a conquista de Malaca, em 1511, tencionariam também dominar a China.

Desde o século XVI até hoje esta percepção foi radicalmente alterada. Em 2013, completam-se quinhentos anos desde que Jorge Álvares tocou a China. É data que justifica lembrança e reflexão.

Ao longo deste tempo, foi-se criando e aprofundando um mundo global, rasgado, ainda que tenuemente, com as primeiras viagens e conquistas de portugueses e espanhóis. O mundo foi ficando cada vez mais aberto e marcado por diversificadas formas de mestiçagem e encontros entre habitantes de um planeta, onde as distâncias se encurtaram de forma vertiginosa, tão vertiginosa quanto a velocidade a que hoje circulam a informação e as pessoas entre territórios que, naquele século XVI, estavam a cerca de dois anos de viagem.

Boa parte do contacto entre Portugal e a China teve a mediação de Coimbra. Pelos que viveram nesta cidade e depois partiram para o império, em embarcações saídas de portos situados ao longo da costa mais ocidental da Europa, tal como os seus antepassados que aportaram na Índia (1498), Brasil (1500) e China (1513), alterando radicalmente os horizontes do Reino e o mapa geopolítico mundial em cerca de 15 anos. Mas a ligação estreitou-se e ancorou-se sobremaneira através dos imensos conhecimentos aqui forjados ou recebidos, os quais, especialmente nos séculos XVII e XVIII, aproximaram portugueses e chineses, através da mútua troca de experiências e saberes científicos (sobretudo nos domínios da matemática e astronomia).

Este processo não é indissociável da transferência definitiva da Universidade de Lisboa para Coimbra, ocorrida em 1537. Aqui chegariam, no decurso da década seguinte, estimulados pelo mesmo monarca que foi responsável pela vinda dos Estudos Gerais, um conjunto de padres da recém criada Companhia de Jesus, os quais, em terreno cedido pelo rei, erigiriam o Colégio de Jesus e, mais tarde (1555), receberiam o encargo de governar o Colégio das Artes. Muitos dos que os viriam a frequentar acabaram por ser protagonistas incontornáveis da ligação à Ásia, onde, todavia, o seu principal propósito era o da missão. Pela mesma época, deu-se a chegada de outras ordens religiosas, que em Coimbra, igualmente, edificariam os seus colégios, a maioria deles em rua então aberta e cujo nome simboliza bem o que representava: Sofia, a rua da sabedoria. Desde então, a lusa Atenas, como, de súbito, principiou a ser designada por alguns humanistas, tornou-se pólo intelectual de criação cultural e científica, partícipe incontornável do processo de globalização.

O facto de não ter existido mais nenhuma universidade de língua portuguesa durante os quatro séculos seguintes - com exceção da de Évora, mas apenas dirigida aos estudos de Teologia -, reforçou a influência da Universidade de Coimbra durante gerações sucessivas, transformando-a num repositório incomparável de marcas do processo de construção do mundo moderno. Por outro lado, o papel conjugado da língua e de uma certa unicidade de formação intelectual da maior parte das elites lusitanas até 1910, moldou o espaço de influência portuguesa de forma *sui generis* (o português chegou a ser uma língua franca no Oriente) e essa especificidade tem em Coimbra a sua representação tangível e intangível.

A presente Exposição, promovida pela Reitoria com a colaboração do Museu da Ciência, Biblioteca Geral e Arquivo da Universidade de Coimbra tem por objectivo principal recordar a função mediadora destacada que esta academia teve no processo de conhecimento mútuo da China e da Europa. Para tanto, fez-se uma criteriosa recolha do riquíssimo património que integra diversas coleções conservadas nestas unidades da *Alma Mater Conimbrigensis*, o qual testemunha os eixos nevrálgicos desta relação.

Neste sentido, a mostra projeta-se em três núcleos que corporizam aspetos incontornáveis desta plurissecular história. O *Encontro* centra-se nos alvares da chegada portuguesa à China, reconstruindo os modos como, através do papel de Coimbra, se processou o conhecimento daquela avançada civilização na Europa. A *Ciência* assinala os intercâmbios ocorridos no plano científico, entre a China e o Ocidente, enfatizando o desempenho dos jesuítas nesse processo. A *Cultura* evidencia a recepção

de formas, produtos e hábitos oriundos da China, bem como a conformação que acabaram por ter no gosto europeu.

Esta escolha foi devidamente ponderada. Encontro, Ciência e Cultura marcaram durante séculos o triângulo territorial que aqui se projetou e cujos vértices são: China, Coimbra, Europa. Não era este o único olhar possível para mostrar e compreender a poliédrica história que articulou estes espaços. É, todavia, uma visão plausível. E é essa, marcada por enriquecedores encontros nos planos da ciência e da cultura que a uma instituição de ensino superior, acima de tudo, compete promover. É esse desempenho que a Universidade de Coimbra quer reafirmar, para solidificar e aprofundar a sua longuíssima relação com a China, abrindo-lhe, mais uma vez, como sempre através da língua e do conhecimento, as portas do Mundo a Sul, Norte, Este e Oeste, com o brilho do Sol.

Coimbra, 8 de julho de 2013.

O Vice-Reitor Para as Relações Internacionais

Joaquim Ramos de Carvalho

O Diretor do Arquivo

José Pedro Paiva

O Diretor da Biblioteca Geral

José Augusto Cardoso Bernardes

O Diretor do Museu da Ciência

Paulo Gama Mota

*Olhares
Historiográficos*



Portugal – China

Padrões de um Relacionamento Multissecular

Luís Filipe Barreto

Diretor do Centro Científico e Cultural de Macau

I. Portugal, com quase 900 anos de existência, é um dos mais antigos Estados (dinástico e nação) da Europa e do Mundo. A China, com mais de 5000 anos de vida é uma civilização axial e o mais antigo Estado-Civilização, da Ásia e do Mundo, hoje existente.

A China é um imenso espaço com uma superfície de 9.598.050 km², a maior potência demográfica mundial com os seus cerca de um bilião e 400 milhões de habitantes e a segunda maior economia mundial com um crescimento económico anual do volume do PIB, no século XXI, rondando os 10%. Portugal, situado no Extremo Ocidente da Europa é um espaço litoral com uma superfície de 91 980 km², com uma população próxima dos 10 milhões e com um PIB anual, no século XXI, em média sem crescimento.

A China é a milenar civilização, cultura, economia e sociedade hegemónicas da Ásia Oriental e de vincada presença no Naniang/ Mares do Sul-Ásia do Sueste. Portugal é o rosto com que a Europa olha o mundo em especial, no último meio milénio. Fronteira peninsular da Europa com a África do Norte que, através da diáspora marítima, se fez mensageiro cultural e económico por excelência da civilização europeia no resto do Mundo e muitas vezes do resto do Mundo na Europa.

II. A China e Portugal ocupam os extremos continentais da Eurásia mas possuem as mais antigas, contínuas e regulares relações entre europeus e asiáticos orientais. Em 1509, em Malaca, nos mares e península do Sul da Ásia do Sueste, começaram as relações entre portugueses e chineses. Então, relações marítimas e mercantis em busca de mútua confiança e interesse. Em 1513, este processo de parceria deu mais um passo com a entrada de portugueses no comércio marítimo internacional chinês da pimenta malaia, em troca de porcelanas e sedas de Cantão. Jorge Álvares, feitor e escrivão de um juncos com pimenta, carregado a meias entre a fazenda real portuguesa e o rico mercador Tamul Nina Chatu, com mais dois portugueses (de que desconhecemos os nomes), acompanha, de Malaca às ilhas de Cantão/Guangdong, a frota de quatro juncos do privado mercador cantonense Xu Lada (a quem

os portugueses chamam Cheilata e Chulata e que conhecem desde 1509). Estes três portugueses (dois anónimos e Jorge Álvares) são os primeiros nacionais na China insular, na ilha de Lintin/Tamão.

Em 1517, o processo regular e contínuo das relações luso-chinesas ganha consistência diplomática com a chegada à cidade de Cantão (e em 1520 à capital, em Pequim) da primeira embaixada (chefiada pelo boticário e geógrafo Tomé Pires) duma potência europeia, do estado dinástico Portugal, à China Imperial Ming. Embaixada, procura de relações diplomáticas oficiais, recusada, pelo desenquadramento de Portugal ao sistema das relações tributárias internacionais da China.

Nos anos de 1555-1557, em Haojing/Macau, na boca de Cantão, começa a nascer a fronteira marítimo-mercantil comum do consórcio de interesses luso-chineses. Começa a tomar forma uma micro-região litoral-insular chinesa com macro-funções de rede económica e cultural global, um espaço chinês com incorporação portuguesa planetária.

Macau é desde os séculos XVI e XVII um articulador-chave da sino-esfera, dos mundos de impacto e de influência chinesas da Ásia Oriental até ao Índico, do Pacífico Asiático e Americano até ao Atlântico. O mobiliário, as sedas e porcelanas que fazem o aparato das cortes africanas da Guiné e do Congo, as sedas que vestem no Brasil os meninos índios dos coros jesuítas, as porcelanas das oligarquias do Rio de Janeiro e Buenos Aires, são cultura material chinesa escoada de Macau para os litorais do Atlântico Africano e Americano.

A rede e a função de Macau, a sua plataforma de serviços, tornaram-se placa central das relações luso-chinesas de mais de meio milénio. A cidade portuária e as suas gentes são um articulador chave, um multiplicador de relacionamentos económicos, culturais e políticos que mundializam o consórcio Portugal-China.

III. Os anos de 2009 a 2055-2057 marcam o primeiro meio milénio de relacionamento Portugal-China. Numa altura em que se reforçam laços económicos entre a China e Portugal, que cresce a cooperação política entre ambos os Estados, que se multiplicam

projetos comuns a grupos e instituições das duas sociedades, é também tempo para o reforço das relações interculturais, para o firmar de projetos comuns de investigação e de ensino nas mais diversas áreas das ciências, tecnologias, línguas e culturas. A investigação e a respetiva teoria e história deste relacionamento multissecular estão, no essencial, por fazer. Por fazer está também o potenciar programático para o futuro desta realidade presente da mais longa duração. Contudo, é desde já possível traçar de forma breve algumas das constantes e padrões chave deste relacionamento:

a) As relações luso-chinesas, para além da dimensão bilateral, são, na sua essência, origem e processo sempre multilaterais. Implicam, desde 1509-1555, outros asiáticos como indianos, malaios, japoneses, outros europeus como italianos e espanhóis, bem como africanos. Implicam também portugueses de Portugal mas, também portugueses miscigenados e aculturados pela Ásia, pelos trópicos e monções.

O quadro de relacionamento bilateral-multilateral faz do parceiro português um multiplicador de correlações, um intermediário de produtos, circuitos, informação, saberes e técnicas dos mais diversos espaços para as restantes Ásia, Europa, África e América. O fator português corporizado na função Macau é um acelerador de valor acrescentado para a penetração em diferentes mercados e oportunidades, culturas e sociedades. A China dá a escala e Portugal contribui decisivamente para a correlação.

b) As relações luso-chinesas são essencialmente de natureza cultural e económica. Por entre portos e palácios, mercados e templos, bibliotecas e museus, circulam as redes de relações interculturais entre portugueses e chineses. A ideia da China como “Modelo” que gradativamente se estabelece em numerosos círculos de elite, de opinião e decisão, da Europa dos humanistas aos iluministas assenta, em muito do essencial, no consórcio luso-chinês com sede em Macau. Os livros, porcelanas, sedas, pintura, papel e mobiliário chineses que preenchem a primeira imagem europeia global da civilização

chinesa são produtos das culturas material e intelectual que circulam sobretudo nos barcos e rotas que ligam Macau ao Índico, Atlântico e Pacífico, nos séculos XVI e XVII.

Também os livros, as técnicas e as artes da Europa bem como as transferências de plantas da América que começam a circular pela China encontram em Macau o núcleo forte de disseminação, o primeiro laboratório aberto e prático de acomodação e incorporação que fornece pistas ao teste de aceitação ou rejeição.

c) As relações económicas luso-chinesas assentam, desde os séculos XVI e XVII, nos setores comercial e financeiro, onde o polo da produção e do investimento reside maioritariamente do lado chinês e o polo da correlação e da maior atração de mercados e produtos internacionais é tendencialmente dos portugueses. Parceria sino-portuguesa de riscos e de lucros com vista a uma justa divisão dos ganhos. Parcerias comerciais e financeiras de escala internacional bem mais multilateral que bilateral.

d) As relações económicas luso-chinesas são uma criação de privados, de grupos empresariais (muitas vezes mais informais que formais) que se estabelecem e consolidam com base, na maioria dos casos, na confiança pessoal - relacionamento interpessoal direto ou de anterior experiência direta transmitida, porque consensualmente aceite e proveitosa.

Os grupos de parceria, devido à sua base de convergência ser mais ou tanto informal quanto formal, possuem um alto dinamismo de renovação. Em cada geração, estes núcleos de parceria, tanto económica como cultural, acabam por fazer rumo e sentido a partir de um reduzido corpo individual de comando prático e doutrinário. No entanto, o peso do sucesso mede-se na quantidade e na qualidade demográficas que, direta ou indiretamente, são convocadas e aderem aos serviços e horizontes fornecidos pela parceria luso-chinesa. A dinâmica da renovação, continuidade adaptada às novas oportunidades e desafios, alarga passo a passo as afinidades

e convergências fazendo do bilateral um multilateral em aberto.

e) As parcerias comerciais e financeiras luso-chinesas são feitas envolvendo não só portugueses e chineses de Portugal e da China como portugueses e chineses chamados ultramarinos, instalados e inseridos nas vidas económica, política, cultural, fora, respetivamente, de Portugal e da China. Comunidades portuguesas e chinesas do Índico, do Atlântico Europeu, Africano e Americano, da Ásia do Sueste (Naniang) e do Pacífico Americano, enraizadas nos mais diversos espaços nacionais-internacionais mas que preservam uma forte ligação e lógica de interesses comerciais e financeiros com as terras natais.

f) Nas relações interculturais e económicas luso-chinesas, Macau tem sido, entre os séculos XVI e XXI, o dinamismo por excelência, a plataforma onde se cruzam os interesses e as parcerias de maior lucro comum, mas também, onde por vezes germinam os maiores obstáculos ao desenvolvimento dessas relações. Obstáculos criados por minoritários grupos chineses ou macaenses ou portugueses que apostam em práticas desequilibradas ou na concorrência, insatisfeitos pela não inclusão, pela parte que ganham mas consideram insuficiente ou tão só pelo desejo de monopolizar o relacionamento no seu próprio e único proveito.

O saldo de Macau/RAEM como núcleo e dinamismo das relações luso-chinesas é no entanto largamente maioritário, superando, na mais longa duração, estes obstáculos de conjuntura. Macau é uma fronteira múltipla e ambivalente aberta à escala global das culturas, economias e sociedades. É um serviço portuário e financeiro informal sobretudo das províncias do litoral sul da China e muito em especial de Guangzhou e do Fujian. É uma zona franca da Ásia Oriental-Ásia do Sueste com placa de serviços Europa-Ásia, nos planos intercultural, mercantil e financeiro, dominada por parcerias essencialmente sino-portugueses mas aberta a outros sócios asiáticos, europeus e cada vez mais também americanos e africanos.

g) Embora maioritariamente privadas e de associação maleável, as relações interculturais e económicas entre portugueses e chineses, não só não excluem como servem até para promover as relações políticas Portugal-China, as relações oficiais entre os dois poderes centrais (Lisboa/Pequim) e entre poderes oficiais regionais e locais. Desde os séculos XVI e XVII que o consórcio em termos práticos sediado em Macau tem servido interesses e calendários estratégicos a Pequim e Lisboa, tanto no plano bilateral como no palco das relações internacionais.

Os Estados centrais de Portugal e da China tendem a criar ou melhorar as condições de acolhimento e desenvolvimento das possibilidades e necessidades das parcerias económicas e interculturais. No entanto, na mais longa duração, as tentativas havidas de intervenção mais direta, de intervenção política não apoiada aos grupos de ligação já existentes ou de presença hegemónica do elemento político frente aos elementos estruturais do económico e do intercultural, acabam sempre por produzir impasses económicos e culturais e conseqüente arrefecimento das próprias relações políticas. Economia intercultural com algum apoio e retaguarda políticas centrais, mais do que formais tratados e políticas oficiais de economia ou cultura, tem sido a constante com melhores resultados.

As relações interculturais, financeiras e comerciais são a casa do ser e do sentido entre portugueses e chineses. A morada permanente e frutuosa dessa casa de sentido é Macau/RAEM, o micro-espço que cria e potencia as macro-redes de globalização económica e cultural. As relações políticas são um complemento necessário e fundamental que trazem segurança à morada e à casa. O mais de meio milénio de relacionamento Portugal-China faz-se bem mais de gentes (práticas e eruditas), de regiões (mais litorais que continentais), bem mais de rede de grupos e famílias, comunidades locais e abertas parcerias internacionais, do que de Estados centrais e de Tratados formais, instituições oficiais e nacionais.

IV. O acumulado tempo da mais longa duração é a grande ponte para a cooperação presente e futura das culturas, economias e sociedades portuguesas e chinesas. Os mais de 500 anos decorridos são a mais-valia na relação intercultural, económica e política entre estes dois espaços e escalas tão diferentes, tão aparentemente muito distantes e com séculos de proximidade, afinidade e mútuo benefício. Espaços e gentes que ao tocarem-se e trocarem-se se disseminam pelos mundos do mundo. A constante predominante, do mútuo benefício na tolerância recíproca, para ter a existência e a lucratividade partilhadas que tem tido ao longo de séculos pressupõe duas condições básicas temporo-espaciais. Distância física suficiente (Portugal e a China implicam o máximo distanciamento físico espacial na Eurásia) e relativa igualdade no relacionamento. Igualdade de ocasião alcançada na micro-plataforma Macau que esbate hierarquias, diferenças e desigualdades originárias, de escala e de civilização, num consórcio de ação de portugueses e chineses aberto a japoneses e indianos, espanhóis, italianos, etc. Macau é ponto de metamorfose que aproxima o distante e sincretiza o diferente.

O mais de meio milénio de relacionamento luso-chinês criou toda uma mútua herança e património que devido à extensão e duração está, no entanto, nestes inícios do século XXI, em larga medida, por inventariar, investigar, aproveitar, potenciar. Mil e um tesouros manuscritos e inéditos ou esquecidos e abandonados (desde dicionários e traduções a mútuas influências arquitetónicas, gastronómicas e populares) formam a vida e experiência comuns dalguns portugueses e chineses ao longo de múltiplas gerações.

Hoje num tempo e mundo cada vez mais globalizados, Portugal e a China enfrentam o desafio de um futuro em parte comum. Vias em afinidade executadas em muito a partir das redes de Macau e das metamorfoses em outros espaços da função Macau. Enfrentam também o desafio de resgatar ao esquecimento toda uma herança partilhada nas línguas e nas artes, nas ciências e nas culturas. Uma herança de impacto planetário começada a nascer nos anos de 1509, 1513, 1517, 1555-1557.

O presente fazendo futuro é sempre uma fina camada de possibilidades e de necessidades à superfície de múltiplos e estratificados passados, próximos e distantes. Existe em todo e qualquer presente um horizonte provável de possíveis e de impossíveis, uma lógica de probabilidades herdada, conservada, alterada, a partir das camadas acumuladas do passado. O futuro é o jogo pragmático de probabilidades e de incertezas, feito do encontro da superfície presente com as camadas invisíveis mas integradas de passado.

O futuro em parte comum de Portugal e da China assenta em fértil e seguro terreno construído por chineses e portugueses, ao longo de mais de meio milénio. Esse futuro parte de bases passadas e presentes, estáveis e mutuamente proveitosas. Não é um futuro assente em areias movediças de recentes decénios de cooperação ainda em busca de estáveis fórmulas de partilha de riscos e de lucros. Não é também um futuro assente em solo mais ou tanto infértil que fértil de obstáculos e conflitos, guerra e tratados desiguais, como acontece nas relações da China com outros Estados Nação Ocidentais, fruto da grande divergência da industrialização do século XIX e da primeira metade do século passado.

O futuro das relações interculturais, económicas e políticas entre Portugal e a China pode também ser relevante para os desafios no mundo que cada um tem pela frente, neste século XXI. Até meados deste século Portugal tem de vencer o desafio da sobrevivência como Estado-Nação e a China tem de vencer o desafio da existência como Estado-Civilização. Portugal tem de encontrar formas de viabilidade, de independência em interdependência, frente à União Imperial Continental Europeia e frente ao islão Mediterrânico e a China tem de encontrar formas de continuidade da unidade plural de Estado – Civilização que assegurem o seu lugar chave na hierarquia mundial das economias, sociedades e culturas.

Os desafios, internos e externos, nacionais e globais, a enfrentar por Portugal e a China aconselham ambos os Povos, Culturas e Estados a tentar reforçar, cada vez mais, o relacionamento intercultural e económico de mútuo interesse e benefício. A tornar cada vez mais fértil o fértil terreno comum construído desde o século XVI.

Some characteristics of the Sino-European
contacts in the seventeenth century

Nicolas Standaert

Professor de Sinologia na Universidade de Lovaina (Bélgica)

The Sino-European contacts in the seventeenth century still draw our attention today. Compared to other cultural contacts at the same time, they were peculiar in several regards. Seen from the perspective of European expansion history, this cultural contact was different from the predominant pattern which has been labeled “collision”. Herein the weaker – non-European – partner, in military and political terms, was threatened with the loss of cultural identity, while even its physical existence was jeopardized and sometimes annihilated altogether. The Sino-European contacts, however, were rather a case of “cultural relationship”, which involved a prolonged series of reciprocal contacts on the basis of a political and cultural equilibrium. Seen from the perspective of China’s relationship with foreigners, this contact was also different. Chinese rulers at that time sought to restrict foreign presence to border areas and to keep it under strict control even there. As far as the official and formal relationships were concerned, the dominant form was that of the so-called “tribute” relationship, which meant that envoys from foreign countries came on a regular basis to pay ritual tribute to the Chinese emperor and thus formally acknowledged China’s cultural and political superiority. In return these countries were allowed to conduct a controlled volume of trade with China. Even if several European (Portuguese, Dutch, etc.) legations to China were treated in tributary terms, the most important cultural contacts between China and Europe at that time cannot be ranked under this system. This is because missionaries exerted this relationship and they were not treated as tribute legations. Their cases were considered individually: missionaries needed permission from the Chinese bureaucracy to enter China and once in China they were obliged to stay and could not even leave the country without permission. Therefore, they were submitted to a cultural imperative to adapt to the local circumstances.

Thus, from both perspectives, the experience in the seventeenth century somehow evades prevalent categories. For some Western historians it stands out as a memorable episode in the world’s efforts at cultural accommodation. They are of the opinion that it has been one of the few serious alternatives to the otherwise brutal ethno-centric European expansion over the earth. China

also experienced this episode as different from the tributary system, as well as from the Japanese pirates, the Mongol or Manchu invaders, or from the Portuguese occupants of Macao.

What were the specific characteristics that make these contacts so interesting, especially if one compares them with other intercultural contacts at that time? One can identify at least four characteristics: the limited number of people involved; equality in term of means of cultural reproduction; the dominant position occupied by the Chinese side; and the so-called “cultural imperative”.

The limited number of people involved

The number of foreign missionaries was relatively small. Taking as reference the Jesuits, who were by far the largest group, less than 400 foreign Jesuits arrived in China in the course of two hundred years between 1582 and 1773, and a number of them did not even stay a long time. The number of Jesuits who were concurrently present is even more significant. In the first hundred years, from 1582 till 1688 there were less than 40 Jesuits at the same time in China; for the second hundred years, till 1773, there were roughly between 60 and 80 Jesuits in the country, and in the latter part of this period, one third of them were Chinese Jesuits. These numbers were after all minimal, especially compared with the total population (150 to 200 million inhabitants). Also compared to other countries in the world, this foreign presence was very small: for instance, around 1620-1630, there were ca. 630 Jesuits in Portugal, 330 in Mexico, 125 in the Philippines, and 500 in Goa and Malabar and only ca. 30 in China, without any other foreign presence. One should also notice that the Jesuit presence was from the outset very international. Though the China mission fell under the Portuguese *padroado*, Portuguese Jesuits represented on the average one third of the number of the foreign Jesuits, the others coming from Italy, France and other European countries. A number of those foreign Jesuits passed through Portugal, and more specifically through Coimbra, where they continued their studies while waiting for boats

in order to leave for the East (usually at the beginning of April). This explains why some well-known China-missionaries, such as Martino Martini (1614-1661), Ferdinand Verbiest (1623-1688), or Antoine Thomas (1644-1709), had some “Coimbra experience”. Also the number of people who converted to Christianity was limited. Chinese Christians reached a maximum of 200,000 in 1700. The number of people directly affected by Western sciences was even more limited. As stated by some historians of science, the new technology from Europe turned out to be, in most ways, a banquet to which never more than a few Chinese chose or could afford to come. This, in fact, does not surprise since science is always an elite activity. Maybe because the interaction was clearly between groups of markedly different size, it was experienced less as a threat.

Equality in term of means of cultural reproduction

A second characteristic of the Sino-European cultural contacts in the seventeenth century is that both cultures were relatively equal as regards their cultural, economic, institutional, intellectual and material complexity. In many other places of the world, contact between cultures involved unequal complexity. The equality between Europe and China showed itself especially in two two important means of cultural reproduction: printing and education. In China, as opposed to other countries, the missionaries did not introduce the printing press, but there was a widely available printing system. When the famous missionary Matteo Ricci (1552-1610) wrote about his experiences in China, he highly praised the Chinese printing method and press. For him there was no doubt that Chinese knew printing at least three hundred years earlier than Europeans. He also noticed that there were many books printed and that they were sold at a cheap price. Contrary to Europe there was no pre-printing censorship by the state or by a religious group in China. As a result the missionaries could publish works and practice the apostolate through books right from the beginning and without any limitation. The other instance of equally complex means of cultural reproduction was the educational system. China had a

highly developed educational system that trained youngsters in the classical Chinese texts and led them through a highly effective and nationwide examination system. It ultimately resulted in the palace examination, which was the door to the highest positions in the bureaucratic system. Europe had nothing comparable to it. It is remarkable that the Jesuits, known for having established schools in many countries, never even attempted to establish schools in China at that time. The result of the Chinese education system was that there was at its upper social and economic levels a highly educated society eager for philosophical or scientific exchanges expressed in book learning. Due to this equality, Europeans and Chinese were able to communicate at a level that, at least from the European perspective, was very different from the encounters in other countries at that time.

The Chinese side occupied the dominant position

A third characteristic is a consequence of the fact that in the exchange the aspect of external power was relatively reduced. Though the missionaries themselves remained exponents of European culture, which they considered superior, and dependent on material support from ecclesiastical institutions and from the colonial administration, it was the Ming and Qing administration that separated them from the trader and colonist and that ultimately decided whether or not they could enter and stay. Though several anti-Christian movements at times caused the expulsion of missionaries, the Chinese administration, despite comparable feelings of cultural superiority, remained relatively open during the whole period, at least open enough to allow a constant influx and renewal of the corps. To a large extent, the Chinese side occupied the dominant position. The clearest example is the predominance of the Chinese language in the exchange. Contrary to the interaction in Japan, where Japanese learned Portuguese or Latin, or contrary to modern interactions, where many Chinese have to learn a foreign language to participate in cultural transfer, in the seventeenth century, no Chinese interacted

through a foreign language except for a very small number of Chinese educated for the priesthood. The foreigners had to learn Chinese. This aspect is important because before ideas could evoke responses, they had to be communicated, and could be only by being filtered through Chinese language and thought patterns. The result is that there exists an enormous literature of primary sources in Chinese about this cultural exchange, around 1000 texts in total. Cultural exchange in Latin America, India, Japan or the Philippines never resulted in such a large number of publications in the native languages. These Chinese texts included translations of European books on theological, philosophical or scientific topics, locally produced catechetical treatises, and works by Chinese converts, etc. The texts were often the result of a close collaboration between Chinese scholars and foreign missionaries. This can be illustrated by one example: the Portuguese Jesuit Francisco Furtado (1589-1653) collaborated with the Chinese scholar Li Zhizao (1571-1630) on the Chinese translation of the well-known Coimbra commentaries on Aristotelian philosophy (*Commentarii Collegii Conimbricensis SJ*, 1592-1606). They first translated the commentaries on Aristotle's *De coelo* in *Huanyou quan* (1628, vols. 2-5). Even more difficult was the translation of *Universa Dialectica Aristotelis* (Coimbra, 1606). This resulted in a series of works: *Mingli tan* (first 5 vols., 1631) is a translation of the introduction and of *Isagoge Porphyrii*; the next 5 vols. (1639) are a translation of *Categoriae*; the *Analytica Priora* was later included as *Litui zhi zonglun* (5 vols.) in *Qiongli xue*. Furtado probably also translated *De Demonstratione*. The fact that the missionaries had been obliged to learn Chinese also had the advantage that in principle they had direct access to the sources of Chinese culture. This explains why there are so many European texts on Chinese culture, based on Chinese sources.

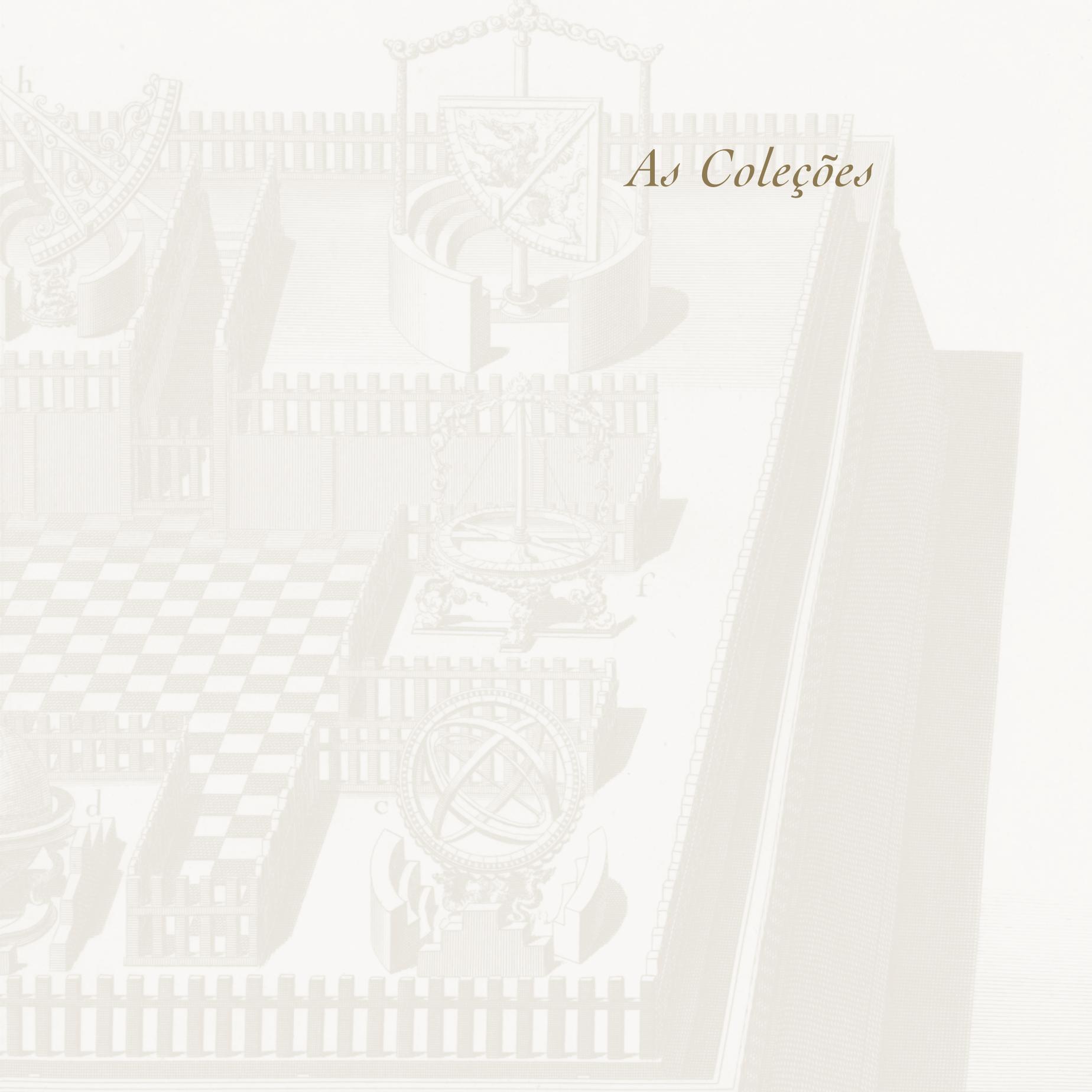
Cultural imperative

The fourth characteristic is in line with the previous: the Chinese received the foreigner in their own habitat and

submitted them to the strategy of their “cultural imperative”, which obliged the foreigner to accommodate to the native culture. No marginal religion penetrating from the outside could expect to take root in China (at least at a high social level) unless it conformed itself to a pattern that in late imperial times was more clearly defined than ever. What we call ‘Confucianism’ today, represented what was *zheng* (“orthodox/orthoprax”) in a religious, ritual, social and political sense. In order not to be branded as *xie* (“heterodox/heteroprax”) or treated as a subversive sect, a marginal religion had to prove its alliance with the orthodox main current, *zheng*. Thus, Christianity, as any other marginal religion in China, had no viable alternative but to comply with the demands of the Confucian cultural imperative. There were certain ritual practices, such as honouring Confucius and the ancestors, that needed to be respected. As a result Christianity and European civilisation could not simply impose themselves by attempting to annihilate the local traditions, as sometimes happened in other parts of the world; they were rather confronted with an “other” that raised fundamental questions towards the Christian and European traditions. For instance, the discovery of a Chinese history with records of events that were older than those in the Bible, put the Biblical and European chronology into question. This confrontation with the “other” also resulted in a large number of European publications, that are still available today.

These four characteristics show that the cultural contacts between China and Europe in the seventeenth century were a matter of cultural interaction, which was different from many other contacts at that time. The most significant aspect is probably that these contacts resulted in an immense mental displacement in Europe. Since then China never disappeared from the European mindset. The current exhibition of books organised at Coimbra is a nice illustration of this displacement. These books do not only represent the ways in which Europeans described China; they are also an illustration of how Europe was challenged and continues to be challenged by China.

As Coleções



*Coleções da China e Macau no Museu
da Ciência da Universidade de Coimbra
(1880-1882)*

*Maria Armanda Miranda, Maria do Rosário Martins,
Tânia Madureira, M. Teresa Gonçalves, Pedro Casaleiro*

No decurso do século XIX, em consonância com o panorama vigente noutros países europeus, Portugal dirige as suas atenções para os espaços ultramarinos procurando uma ocupação e um reconhecimento efetivos. Esta tendência incorporava não só interesses de ordem política e económica mas, também, desígnios de carácter científico que pudessem legitimar o direito ao domínio colonial, propósito que motivou colateralmente a recolha de elementos materiais tendo em vista o conhecimento daqueles territórios e a exploração das suas potencialidades.

Como consequência, reforça-se a constituição de coleções ao mesmo tempo que se assiste ao aparecimento e institucionalização de novos ramos do saber. A história museológica e científica da Universidade de Coimbra refletirá estas orientações no final daquele século, com a incorporação de um expressivo e diferenciado espólio no então Museu de História Natural, cuja gestão passou a revelar essa especialização disciplinar e museológica, concretizada na criação de quatro secções: Botânica, Antropologia, Mineralogia e Zoologia.

Inserir-se neste quadro a coleção proveniente da China e de Macau (1880-1882), recolha motivada por Júlio Henriques, impulsionador do Museu Botânico, de acordo com as estratégias preconizadas pela Faculdade de Filosofia Natural que já em 1845 tinha proposto às autoridades das possessões ultramarinas o envio de objetos para a Universidade (Carvalho, 1872: 105-106). Para este professor era fundamental reforçar o acervo botânico já que, segundo o próprio, o número de exemplares de origem vegetal “era muito pouco e de não grande interesse” (Henriques, 1883: 60). Entre os seus conhecimentos pessoais encontrava-se José Alberto H. C. Corte Real - também ele formado em Coimbra e à época Secretário do Governo-Geral de Macau - que recebeu com entusiasmo os pedidos de expedição de remessas, reconhecendo a utilidade científica das coleções que lhe eram requeridas. No relatório de 1880 publicado no Boletim da Província de Macau e Timor¹ alude precisamente ao facto de J. Henriques lhe ter

1 Boletim da Província de Macau e Timor, 28 de Junho de 1880, Suplemento ao nº 26.

escrito solicitando exemplares da flora nativa e de “outra ordem de objectos seria de muito interesse para um museu que vou organizar: são os artefactos de matérias vegetaes. Por mais insignificantes que pareçam. Pequenas amostras de esteiras, tecidos, chapéus, enfim qualquer cousa, cuja materia prima derive d’um vegetal, serve para o museu, que tem por fim fazer conhecer a utilidade do estudo do reino vegetal” (Corte Real, 1880: 171).

As recolhas foram efectuadas por uma Comissão de representantes da administração colonial, orientada por Corte Real, com base no Regulamento aprovado por decreto de 26 de janeiro de 1871. Inicialmente cingidas a Macau e a outras localidades da China (Cantão, Cong-mun, Seac-kei, Heong-san, Lotong, Nam-hoi, Nam-hong, Fat-san, Lon-caio, Lom-cong, Son-tac...)², acabaram por se estender a Timor, território que se impunha de igual modo conhecer.

Para o Governador de Macau, José Joaquim da Graça, na base deste empreendimento muito conviria “serem conhecidas as qualidades, aplicações e preços dos produtos da indústria e comércio”, a fim de reatar os laços comerciais com o Reino (Graça, 1880: 171). Em causa estavam questões explicitamente políticas relacionadas com a desatenção da metrópole em relação às muitas riquezas ali existentes e à pressão exercida por outras forças externas operantes na região. Neste sentido, a par das recolhas, as pretensões passavam por fomentar o comércio interno e externo, e proteger a indústria daquela província.

Tanto quanto as fontes históricas atestam, depois de reunidos os objetos, foram organizadas duas exposições em Macau nas salas do Leal Senado, às quais sucedeu respetivamente o envio de remessas, a primeira publicada em 1880 e a segunda em 1882³, destinadas ao Museu Colonial de Lisboa (formado em 1871) e ao Museu Botânico de Coimbra de onde foram distribuídas pelas secções do Museu de História Natural. Os lotes incluíam não só

2 N.A. Foi adoptada a grafia da época tal como consta nos documentos que acompanharam as remessas.

3 Boletim da Província de Macau e Timor, 9 de Março de 1882, Suplemento ao nº 9. Enquanto a primeira remessa era formada maioritariamente por colecções provenientes da China e de Macau, a segunda dizia respeito sobretudo a Timor.

materiais vegetais, como também produtos comerciais e industriais manufaturados com matérias-primas da região.

O conjunto de objetos coletados neste período constitui uma parte significativa das coleções da China e Macau atualmente no Museu da Ciência da Universidade de Coimbra. Ao acervo estão associadas fontes históricas contendo informação específica relativa aos exemplares: proveniência, designações por vezes no idioma original, preços, usos e materiais constituintes. Estes documentos, desde o *Catálogo de objectos remetidos ao Museu de Coimbra, Macau, 22 de Maio de 1880*⁴ até às etiquetas que acompanham os objetos, permitem-nos inferir sobre os processos de aquisição, trajetórias, bem como sobre o contexto de origem dos mesmos.

O acervo botânico

Esta coleção foi organizada e exposta por Júlio Henriques no Colégio de S. Bento, como mostra a imagem (Fig. 93) de uma das salas da secção de Botânica, localizada na antiga sacristia do Colégio (Henriques, 1892). Em volta da sala, o mobiliário continha amostras das plantas e matérias-primas vegetais e, no centro, os objetos etnográficos produzidos com aqueles materiais ocupavam vários núcleos dispostos em “pirâmide” que permitiam a visualização de todos os elementos e serviam de apoio às aulas para demonstração didática, na sua vertente clássica e aplicada (Amaral, 2011). Esta museografia revela também a visão do professor, um defensor das ideias evolucionistas, que inspirado numa visita a Kew Gardens em 1878, empreende a tarefa de reorganização e desenvolvimento das coleções de botânica articulando as aquisições para o Herbário, o Jardim Botânico, a Aula e o Museu. Os critérios de incorporação patentes no seu trabalho demonstram que tinha intenções científicas muito claras que se refletiram na forma como as projetou.

⁴ Existente no fundo documental da Antropologia, Museu da Ciência da Universidade de Coimbra.

O acervo que se mantém ligado à Botânica, de cerca de centena e meia de espécimes, inclui produtos vegetais e alguns artefactos que revelam os usos e costumes das populações que os produziam e utilizavam.

Traduzindo a origem geográfica, a coleção integra diversas amostras de chá (Fig. 74) bebida sempre associada à cultura oriental e obtida a partir das folhas de *Camellia sinensis*. O comércio do chá era uma actividade de grande importância económica; na época, existiam em Macau “15 fábricas de torrar chá, que, recebendo-o em folha, de diversas localidades, o preparam para os mercados de consumo” (Corte Real, 1882: 119).

Outra indústria de grande expressão é a do tabaco representada pelas amostras de cigarros manufaturados na cidade a partir das folhas da planta *Nicotiana tabacum* que era cultivada no distrito de San-hui (20 milhas a noroeste de Macau).

Constituindo ainda hoje a base da alimentação tradicional em toda a Ásia, o arroz (*Oryza sativa*) está patente em diversas amostras (Fig. 85), por exemplo, arroz de 1ª qualidade, arroz com casca (néle), bem como produtos seus derivados: vinho *Ung-ca-peí-rosa* e *lacassá*, uma massa de arroz para a confeção de sopa de *lacassá*, típica da culinária macaense.

O linho e o algodão são matérias-primas vegetais obtidas, respetivamente, de espécies de *Linum* e de *Gossypium*, sobretudo associadas ao vestuário, embora de uso mais amplo. Também assim era em Macau: várias amostras com indicação dos preços de comercialização exemplificam os tipos de material destinados à confeção de cabaias e calças (linho azul, preto, branco, pardo); utilização diversa tinha o linho verde para fazer redes de pesca e o linho para mosquiteiros.

Mas a parte mais significativa da coleção é constituída por objetos que demonstram, simultaneamente, a importância e a pluralidade de utilizações de duas espécies vegetais muito comuns. Como frisa J. A. Corte Real “a rota e o bambu são as duas plantas de certo mais uteis d’esta parte da Ásia, pela multiplicidade de transformações a que se prestam (...) e cujas aplicações são infinitas” (Corte Real, 1880: 173). O bambu corresponde aos caules ocos de diversas espécies do género *Bambusa* (família Poaceae)

enquanto a rota é obtida de diversas espécies de palmeiras trepadoras com caules flexíveis (e.g. *Calamus* sp., *Daemonorops* sp., família *Arecaceae*). A espécie *Calamus rotang* estará na origem do vocábulo *rattan* e, provavelmente, *rota*. Para ilustrar o aspecto do bambu, a remessa de 1880 continha amostras com diâmetros variáveis e por isso, adequados a diferentes aplicações. Na amostra de maior diâmetro, a etiqueta refere que pode atingir 24 côvados de comprimento, isto é, cerca de 9 metros. As canas de menor diâmetro eram também úteis para o fabrico de pequenos objetos, tais como pincéis destinados aos mais variados usos, por exemplo, para pintar flores, bilhetes de penhor ou letreiros. A diversidade e versatilidade do uso destes materiais são ilustradas através de vários objetos, “um pente de bambu com flores verdes: serve para tirar caspa da cabeça”; um “copo de bambu com pauzinhos para tirar sortes” e objetos de mobiliário, como uma “cadeira de rota com braços” e uma “pequena mesa de rota com tampo de mármore”.

Em Portugal, o emprego de bambu destinava-se apenas à produção de cabos de chapéus-de-sol e de bengalas, sendo importado de Hong Kong “que satisfaz as suas encomendas por via de Macau” (Corte Real, 1880: 171). Era, portanto, mais uma área em que as relações comerciais entre o reino e a colónia podiam intensificar-se, e um exemplo da diplomacia económica elegantemente implementada por Corte Real.

Artefactos interessantes, de função idêntica aos encontrados em Portugal mas originais quanto à matéria-prima, são os “punhos de palha para uso dos trabalhadores”. Neste caso, a matéria utilizada é referida apenas como palha, o mesmo acontecendo com os “sapatos de palha para homens” e com diversos sacos. Por sua vez, a ola obtida das folhas da palmeira *Levistonina sinensis* era aplicada no fabrico de “abanos de ola para homens” e de vassouras, entre outros.

A par dos objetos, as informações contidas nas etiquetas revelam aspetos interessantes acerca da identidade da província e marcam as diferenças em relação ao reino, como é o caso das unidades de medida desconhecidas em Portugal, discriminadas nas etiquetas que acompanham cada peça. Assim, o côvado chinês era a medida de comprimento (corresponde a cerca de

0,37 metros) e pode ler-se numa etiqueta: “linho pardo usado para mosquiteiros: cada peça de 240 côvados custa 1 pataca e 70 avos”. Para medir arroz usava-se a chupa, que equivale a 1,03 litros, e a meia-chupa. Ambas estão representadas na coleção e são feitas com bambu, aproveitando o facto de os caules serem ocos. O pico (aproximadamente 61 quilogramas) era a medida usada para chá e açúcar. De salientar ainda que, em diversos casos, as etiquetas das amostras vegetais contêm o nome científico das respetivas espécies, pormenor revelador do cuidado de Corte Real na preparação e identificação da coleção.

Na coleção original, os artefactos produzidos a partir de matérias-primas vegetais são numerosos e contemplam utilizações muito diversas: objetos utilitários e outros associados a aspetos culturais, religiosos e a momentos de lazer, estando melhor representados na coleção etnográfica.

O acervo etnográfico

O acervo etnográfico que integra as coleções de Antropologia é constituído por cerca de 454 exemplares sendo a maioria (92%) resultante do projeto consolidado por Júlio Henriques e Corte Real. Com efeito, a sua singularidade está intrinsecamente associada aos desígnios que nortearam o mesmo. Referimos, por um lado, aos propósitos de índole científica de Júlio Henriques e, por outro, aos interesses comerciais que motivaram as recolhas efetuadas no terreno pela Comissão. Os primeiros parecem esclarecedores quanto à representatividade do núcleo em termos da sua constituição material, pois trata-se de objetos derivados sobretudo de matérias-primas vegetais como bambu, ola, madeira, algodão e seda. Mas são os segundos que de forma mais distinta nos permitem compreender e enquadrar o espólio.

De um modo geral, integra objetos de uso comum que remetem para vivências quotidianas. Um vasto grupo relaciona-se com o transporte, conservação, confeção e consumo de alimentos, possibilitando deduzir sobre as principais atividades comerciais e laborais (pesca e agricultura) que terão prevalecido no decurso

do século XIX: utensílios de cálculo (Fig. 56), ligados ao chá (Fig. 76) e à preparação do arroz; cestos para hortaliças, para transporte de peixe e aves; e armadilhas para insetos (Fig. 101). Muitos destes artefactos são feitos de bambu, não fosse o caso de se tratar de uma matéria-prima que ocupa lugar de destaque na China, por ser adaptável, em bruto ou transformado, a diversas aplicações (Fig. 92; Fig. 100). A versatilidade desta matéria vegetal encontra-se nos próprios equipamentos domésticos onde se destacam engenhosos bancos, cadeiras, um notável carrinho para criança e as tradicionais gaiolas para pássaros (Fig. 104) e animais domésticos.

No âmbito do espírito que norteou a recolha encontra-se de igual modo um conjunto diversificado de amostras. São exemplares de ganga, papéis, cordas de linho, bambu e gamute, estas usadas pelos marítimos em amarrações por se conservarem melhor na água do que as restantes. De seda foram seleccionadas amostras manufaturadas, citadas como incompletas na sua variedade mas representativas ao chamar a atenção para a comercialização daquele produto, em rama, retrós ou fio, a preços muito inferiores aos praticados no Reino. A este propósito, nos Boletins que acompanharam o envio das remessas, Corte Real refere que foram convidados industriais e comerciantes chineses “a contribuir com amostras dos produtos que fazem objecto de seu comércio ou fabricação” (Corte Real, 1880: 172), adquirindo em resultado muitos artefactos gratuitos e com diminuto encargo. Menciona ainda que recolheram informações junto dos vendedores, criando uma metodologia aplicada a cada exemplar através de um rótulo explicativo com o número correspondente ao publicado no catálogo, proveniência e respetivos preços (Corte Real, 1880: 173).

Embora a coleção inclua um grande número de objetos concernentes às atividades económicas e comerciais incorpora, também, peças que remetem para dimensões mais específicas, como vestuário (Fig. 96), calçado (Fig. 106), acessórios (Fig. 109; Fig. 111), instrumentos musicais e outras cuja força advém de uma multiplicidade de influências históricas e culturais com especial ênfase para práticas rituais e simbólicas. Apesar da remessa de 1880 ter sido a mais significativa quantitativamente

foi a de 1882 que incluiu um maior número de artefactos ligados a esta temática. Salientam-se os pivetes, panchões, amostras de papéis votivos, alguns dos quais para confeccionar miniaturas de embarcações (Fig. 114), cadeirinhas, flores e vestuário, para serem queimados no contexto de cerimónias religiosas; os sobrescritos auspiciosos designados *lai si* (*bong pau* em mandarim), destinados a conter dinheiro e oferecidos em vários momentos importantes, Ano Novo Chinês, casamentos, nascimentos, aniversários e outras celebrações familiares. Enquanto símbolo incontornável das hierarquias sociais e das crenças chinesas na sorte, estes envelopes distinguem-se por diversos elementos decorativos, caracteres impressos e pelas cores vermelha e verde ligadas à felicidade, fortuna e longevidade.

Destacam-se também dois importantes ídolos esculpidos em madeira policromada com sugestivos atributos: a Rainha do Céu, *Tin hau*, (Fig. 116) em honra da qual se ergueu em Macau o templo da Barra *Má kók miu* (Amaro, 1991: 151) e o Rei dos Peixes, *Tú-vong*, divindades invocadas em particular pela população marítima, veneradas em família ou nos templos. Outros objetos materializam o culto dos antepassados, como as tabuletas de antepassados, *long pai* ou *leng kai*, que operavam como interlocutores entre a família e os ancestrais⁵. Nelas inscrevia-se o nome, data de nascimento e morte, naturalidade, título ou funções do falecido. Ainda no campo das práticas propiciatórias consta um octógono místico, *pat kuá* ou *bagua* (Fig. 118), representando ao centro a dualidade cósmica *yin* e *yang*, por norma pendurado tanto no interior como no exterior das habitações, para afastar influências nefastas, apaziguar a família, prevenir discussões, doenças e até a falta de dinheiro.

Como se verifica, trata-se de uma coleção constituída por objetos que se prestam a diversas funcionalidades e significados. A sua contextualização histórica e institucional está vinculada a fontes textuais que refletem várias formas de articulação entre a produção do conhecimento científico e as coleções museológicas.

5 Admite-se que o uso das tabuletas ancestrais date, pelo menos, da dinastia Chau, 1050-249 a.C. (Amaro, 1994: 56).

Para além dos artigos de Corte Real e Júlio Henriques publicados na Revista Instituto, os primeiros registos surgem em 1880 com o catálogo já citado e, no ano seguinte, em 1881, com o *Inventário dos objectos existentes na coleção ethnographica do Museu*. Estes documentos manuscritos expressam precisamente o período em que as coleções etnográficas passaram a ser reconhecidas de forma autónoma na Universidade de Coimbra, acompanhando a própria emergência disciplinar da Antropologia. Mas é numa fase posterior, em 1955, que o *Catálogo Inventário do Museu de Etnografia do Ultramar do Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra* elaborado por Fernando Pacheco de Amorim e Maria Helena Xavier Morais, concilia informações mais sistematizadas com referências à ordem geográfica, numérica e temática.

De um modo sucinto aceitámos o desafio de trazer a lume a coleção de objetos da China e de Macau, sob a tutela do Museu da Ciência da Universidade de Coimbra, que consideramos ainda pouco divulgada e exposta. Tentamos fornecer uma breve análise comparativa entre o espólio e as informações publicadas nos Boletins da Província de Macau e Timor, procurando contextualizar historicamente os objetos e as motivações da sua recolha. Assim fica lançado o repto a uma pesquisa mais alargada do conjunto total que se encontra quer na Universidade de Coimbra, quer na Sociedade de Geografia de Lisboa, a partir da qual outras questões poderão ser levantadas para aprofundar o seu estudo e desta forma contribuir para estreitar os laços sino-portugueses.

Referências Bibliográficas

- Amaral, Raquel Filipa de Almeida. 2011. *Modelos didácticos na Museologia e Ensino da Botânica na Universidade de Coimbra*. Dissertação de mestrado em Museologia e Património Cultural, Universidade de Coimbra.
- Amaro, Ana Maria. 1991. *Um olhar sobre Macau*. Instituto de Investigação Científica Tropical e Fundação Oriente.
- Amaro, Ana Maria. 1994. Rituais da morte, rituais da vida na antiga China. In: *Revista de Cultura*, nº 18, II Série (Julho a Setembro). Macau, Instituto Cultural de Macau: 47-60
- Amorim, Fernando Bayolo P.; Morais, Maria Helena Xavier de. 1955. *Catálogo Inventário do Museu de Etnografia do Ultramar do Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra*. Estudos de Etnologia, Anais, vol X, Tomo I. J.M.G.I.U.
- Boletim da Província de Macau e Timor*. 28 de Junho de 1880, Suplemento ao nº26
- Boletim da Província de Macau e Timor*. 8 de Março de 1882, Suplemento ao nº 9
- Carvalho, Joaquim Augusto Simões de. 1872. *Memoria Historica da Faculdade de Philosophia*. Coimbra. Imprensa da Universidade.
- Catálogo de objectos remetidos ao Museu de Coimbra. Macau, 22 de Maio de 1880*. Manuscrito existente no fundo documental da Antropologia, Museu da Ciência Universidade de Coimbra.
- Corte Real, José Alberto H.C. 1880. Relatório. In: *Boletim da Província de Macau e Timor. 28 de Junho de 1880*, Suplemento ao nº26: 171-177.
- Corte Real, José Alberto H.C. 1882. O commercio e industria do chá em Macau e a lei de 27 de Dezembro de 1879. In: *O Instituto*, vol XXIX, Julho de 1881 a Junho de 1882. Coimbra, Imprensa da universidade. 1882: 113-128
- Graça, Joaquim José. 1880. Administração Geral, nº 51. In: *Boletim da Província de Macau e Timor de 28 de Junho de 1880*, Suplemento ao nº26: 171.
- Henriques, Júlio A. 1883. O Museu Botânico da Universidade e as Collecções de Productos de Macau e Timor. In: *O Instituto*, vol. XXX, Julho de 1882 a Junho de 1883. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1883: 60-65.
- Henriques, Júlio A. 1892. O Instituto Botânico da Universidade de Coimbra. In: *Boletim da Sociedade Broteriana*. Coimbra, Imprensa da Universidade: 2-8.
- Inventário dos objectos existentes na coleção ethnographica do Museu em Novembro de 1881*. Manuscrito existente no fundo documental da Antropologia, Museu da Ciência Universidade de Coimbra.

*Os Fundos da Biblioteca Geral
da Universidade de Coimbra relativos à China*

A. E. Maia do Amaral

Diretor Adjunto da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

Uma vista de olhos pelo meritório esforço da *Sinica Lusitana* rapidamente nos desengana sobre a riqueza das fontes chinesas conservadas em bibliotecas e arquivos portugueses: ao contrário do que a nossa história deixaria supor, os originais chineses não abundam nas nossas instituições. A situação na Universidade de Coimbra não foge à regra. Já quanto a impressos, a situação é diferente e muito melhor. Em 29 de julho de 1780, o doutor António Ribeiro dos Santos, Bibliotecário da Universidade, adquiriu a João Baptista Reycend e Companhia, livreiros em Lisboa, um livro xilográfico impresso na China e escrito em português, *Jornada que o senhor Antonio de Albuquerque Coelbo... fez de Goa ...* (1718). Daqui não se deduza, contudo, que existisse na Biblioteca da Universidade qualquer preferência pela China na política de aquisições: comprou-se este livro como se compraram outros livros raros sobre muitos lugares ou temas exóticos. A curiosidade multifacetada fazia parte da mentalidade iluminista da época e dela o Bibliotecário participava inteiramente. Era o tempo em que os eruditos constituíam Gabinetes de Curiosidades.

Por pouco interesse que o tema “China” pudesse, então, ter para a Universidade de Coimbra, a bibliografia que se reuniu sempre haveria de resultar relevante numa biblioteca tão antiga e com fundos tão abundantes como esta: ali estão os primeiros tratados publicados na Europa, os primeiros mapas publicados em atlas, e quase todos os historiadores de referência. Nada disto deve admirar-nos.

No ano passado, durante a primeira edição do *Dia da China na Universidade de Coimbra*, a Biblioteca Geral realizou duas exposições: *Fontes para a História da China e de Macau*, mostrando documentação manuscrita e impressa em línguas europeias, e *Impressões da China*, organizada em torno da técnica xilográfica, com fundos próprios, com as gravuras contemporâneas oferecidas pela Novel Energy e com as gravuras populares chinesas doadas por A. E. Maia do Amaral. Esta última exposição será reposta este ano, durante a visita da direção da Associação Europeia de Estudos Chineses (EACS) a Coimbra. E realizando-se aqui, no próximo ano de 2014, o encerramento do XX Congresso desta Associação, espera a BGUC vir a assinalar o acontecimento.

Mais uma vez, a Biblioteca Geral associou-se ao Museu da Ciência e ao Arquivo da Universidade para organizar uma grande exposição conjunta. Para ela, selecionámos algumas das nossas mais valiosas peças bibliográficas, mas ficaram nas prateleiras muitas outras, que gostaríamos de mencionar aqui brevemente: por exemplo, o segundo livro publicado em Macau com tipos móveis europeus, em 1589, que tem uma história interessante:

SANDE, Duarte de, 1551-1600

De missione legatorum Iaponensium ad Romanam Curiam, rebusque in Europa, ac toto itinere animadversis Dialogus ex ephemeride ipsorum legatorum collectus ; e^o in sermonem latinum versus ab Eduardo de Sande Sacerdote Societatis Iesu. In Macaensi portu Sinici : in domo societatis Iesu, 1589.

R-15-17

O *De missione...* é o relato, em latim, do périplo da primeira delegação japonesa a Roma e à Europa. O material tipográfico que tinha vindo da Europa (de Lisboa? de Coimbra?) nos caixotins não devia ser suficiente para imprimir os livros que queriam os jesuítas de Macau, pelo que tiveram de encomendar letrinas e ornamentos em madeira aos gravadores chineses. A escassez de material tipográfico era tão clara que para o resto do “*De missione...*” até tiveram de usar uma gravura que já estava em Coulão, na Índia, pelo menos há 10 anos. Acabadas de compor as primeiras 92 páginas, enviaram-se alguns cadernos para a Europa, o que se confirma pela nota riscada no nosso exemplar: “Este quaderno manda o P^e. visitador ao P^e. Pero da Fonseca(?)”. Procurariam os padres aprovação para o latim do relato, ou para a suficiência da composição? Nesta versão A, segundo a nomenclatura de M. Cadafaz de Matos, existem apenas 8 dos 32 colóquios e parte do nono e faltam as 2 últimas f. do caderno N. No ano seguinte (recebida a aprovação de Coimbra?), o caderno N foi recomposto e a obra terminada com nova página de título. A primeira versão (por terminar e com data de 1589) que se conserva na BGUC é a mais rara, sendo este o único exemplar conhecido em Portugal.

Também não incluímos nesta exposição um manuscrito que nos parece importante, mas que se encontra mutilado e incompleto: trata-se de um roteiro limitado à península arábica

SUMARIO

Sumario dos lugares, portos, e partes mais notaveis da Índia Oriental, comessando do Cabo de Boa Esperança ate o porto de Macao na China [manuscrito]. [8] f.

Ms. 148 (f. 125-132)

Literariamente muito cuidado, o texto é aparentemente uma cópia preparada para a imprensa, mas que permaneceu desconhecido e inédito, como muitos outros. A letra é de fins do século XVI ou inícios do século XVII, portanto da época, já que o Padre Nuno de Mascarenhas, a quem o manuscrito é dedicado, foi superior do Colégio Jesuíta de Faro, a partir de 26 de setembro de 1599. Cremos que o documento mereceria uma atenção que ainda não terá tido.

Finalmente, seja-nos permitido lembrar que existe na BGUC um exemplar da rara:

GOUVEIA, António de, 1592-1677

Innocentia victrix : sive Sententia Comitiorum Imperii Sinici Pro Innocentia Christianae religionis ... In Quam Ceu metropoli provinciae Quam tum in Regno Sinarum [i.e. Guangzhou, Cantão] : [s.n.], 1671.

Cofre 38

Apenas tardiamente ingressado nos Reservados (figura sob o nº 31 do *Suplemento ao Catálogo*, 1981), por alguma razão misteriosa o respetivo registo catalográfico não foi, como os dos restantes Reservados, convertido para o sistema informático, erro que se detetou e corrigiu apenas em 2012. A obra esteve dezenas de anos indetetável a quem confiasse apenas no catálogo informatizado. A obra é tão preciosa e estimada que foi traduzida e um *facsimile* publicado em 1999 pelo IPOR e pela Biblioteca Nacional de Portugal. O exemplar da BGUC mantém a encadernação original, em damasco chinês.

Mas se prosseguíssemos com o elenco do que não vamos poder mostrar, desvalorizaríamos a seleção que se segue, e corríamos o risco de que nos perguntassem: “e porque não outra ou uma maior exposição, para mostrar todas essas preciosidades?”



De uma forma ou de outra, todos os núcleos bibliográficos da BGUC contribuíram para esta mostra. Desde logo, os Reservados, herdeiros dos “Cimélios” oitocentistas, uma coleção pensada e criada no edifício novo, a partir de 1956. Dali vieram *Os Lusíadas*, o Gaspar da Cruz, o Jerónimo Osório, o João de Barros, o Ortelius, o Matteo Ricci, o Cristoforo Borri e o Cristóbal de Acosta. Mas muitos outros podiam ter vindo, que não couberam no espaço disponível: um *Livro de Marco Polo*, o *Tratado* de Antonio Galvão, o relato da *Viagem* de Lord Macartney.

Outro dos grandes contribuintes, se não o maior, foi a Livraria do Visconde da Trindade, uma valiosa coleção bibliófila reunida por Alberto Navarro e focada em autores portugueses do século XVI editados fora de Portugal. Daí veio o exemplar que se apresenta da *Peregrinação*, o Fernão Lopes de Castanheda, o Gabriel de Magalhães e os dois livros de Álvaro Semedo.

Mas todos os outros núcleos contribuíram, a biblioteca do antigo Colégio de São Pedro, a coleção de Livro Antigo do Liceu José Falcão, o fundo geral, o fundo antigo da Biblioteca Joanina,

um rico conjunto reunido ao longo dos séculos e cuja forma de entrada na Biblioteca é particularmente difícil de precisar, por não terem sobrevivido os registos e os catálogos anteriores ao século XIX. Também daqui muitas outras podiam ter sido trazidas para a exposição: as obras de Giovanni Pietro Maffei, as navegações e viagens de Giovanni Battista Ramusio, de 1554, ou as de Johann Albrecht von Mandelslo.

Quanto às fontes manuscritas sobre a China existentes em línguas europeias, não podemos considerá-las abundantes. A China (ou, mesmo, Macau) não se encontram mais representados na coleção de *Manuscritos* da BGUC do que qualquer outro local mais ou menos exótico.

Finalmente, fazendo gala da sua qualidade de biblioteca “geral”, não está ela totalmente falha das obras de referência clássicas para os estudos chineses: lá existe, por exemplo, uma segunda edição (New York: Burt Franklin, 1968) de Henri Cordier, e a sua continuação, compilada por Tongli Yuan, lá existem dicionários diversos e publicações do *Institutum Historicum S.I.* de Roma.

É, sem dúvida, um rico património.



*Os acervos do Arquivo da Universidade de Coimbra
e a história das relações entre Coimbra e a China*

Ana Maria Leitão Bandeira

Técnica Superior do Arquivo da Universidade de Coimbra

Neste breve texto introdutório para apresentação dos acervos do AUC, no contexto da exposição documental, bibliográfica e iconográfica sobre a China, pareceria desapropriado referir como eles se foram agregando. Para um grupo mais restrito de leitores, já conhecedores da história da instituição, não seria necessário este intróito. No entanto, o mesmo não se passa com a maioria dos visitantes da exposição e/ou leitores que poderão folhear este catálogo. Constituído como repartição autónoma na Universidade, em 1901, o Arquivo da Universidade de Coimbra teve no Doutor António de Vasconcelos (1860-1941), seu primeiro diretor, professor da Faculdade de Teologia e, depois da sua extinção, em 1911, da Faculdade de Letras, o denodado lutador para que o Arquivo se afirmasse como um polo cultural, dado ser detentor de um riquíssimo património, formado pela documentação produzida e recebida pela Universidade, ao longo da sua multissecular existência.

No Arquivo preservam-se os livros de matrículas, de exames, actos e graus, os termos de actas dos conselhos das faculdades, os processos e registos de nomeação e posse de professores e funcionários, as cartas régias recebidas, a par de um elevado número de séries documentais que dão a conhecer a história desta instituição de ensino. Refira-se, ainda, que, desde 1931, o Arquivo passou a ter anexado o Arquivo Distrital de Coimbra, ampliando e enriquecendo os acervos com documentação produzida, recebida e acumulada pelas extintas ordens monástico-conventuais, a documentação judicial dos tribunais das comarcas do distrito, do governo civil, a notarial, os registos paroquiais (de batismos, casamentos e óbitos) etc. Num alargado âmbito cronológico, entre os séculos X e XX, situa-se uma diversidade de tipologias documentais, cada vez mais conhecidas e tratadas arquivisticamente.

E no seio desta variedade haverá documentação sobre a China? A resposta é francamente afirmativa. Na verdade, a riqueza de testemunhos é grande, seja através da amostragem individual de personalidades que estudaram no Colégio de Jesus de Coimbra, seja com documentos redigidos na China, quer ainda ilustrando outras situações.

Um particular destaque vai para a documentação da Universidade de Coimbra, cujos testemunhos comprovam a presença de muitos que aqui fizeram a sua formação académica e cujo percurso, de vida religiosa ou secular, levaria às longínquas terras da Ásia.

A relação mais remota, entre o acervo universitário e a China, reside na figura de Fernão Lopes de Castanheda. Entre 1551 e 1554, o impressor João de Barreira publicou em Coimbra, nos prelos da Universidade, a obra em que pela primeira vez se descreve a cidade proibida (liv. IV, cap. XXVII).¹ Castanheda regressou da Ásia, onde esteve cerca de vinte anos, pobre e doente, tendo sido nomeado guarda da livraria e do cartório da Universidade, até 1559, ano do seu falecimento, em Coimbra.

Em 1705, chegava a Coimbra um jovem de nome Alexandre. A 24 de outubro, dirigiu-se ao Paço das Escolas, reverenciou o secretário da Universidade e assinou o termo de matrícula no primeiro ano do curso de Direito Canónico. E aí temos agora esse mesmo livro que permite conhecer a caligrafia de Alexandre Metelo de Sousa Meneses. Não sabia, então, o jovem aluno que, 22 anos mais tarde, as circunstâncias da carreira diplomática que abraçaria o levariam a reverenciar não um desconhecido secretário, mas o representante máximo do “Império do Meio”, o imperador Yongzheng, no seu próprio palácio de Pequim. Metelo refere num relato deste encontro as palavras do imperador, apreciadoras da sua visita: “homem agradável, político e cortês, muito diferente dos mais que cá têm vindo”, mas, claro, opina sobre si próprio.²

Que dos bancos universitários de Coimbra tenha saído um ilustre diplomata a quem D. João V confiou a missão de o representar junto do imperador da China – “o filho do céu” como formalmente se designava – é também sinal da relevância da

1 Castanheda, Fernão Lopes de - *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*. Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto, Lello & Irmão Editores, 1979, p. 913.

2 Russo, Mariagrazia - *A embaixada enviada por D. João V ao Imperador Yongzheng (1725-1728) através da documentação do Arquivo Distrital de Braga*. Lisboa, CCCM, 2007, p. 214.

Universidade. A ideia primordial da missão que levou Metelo a Pequim, a designada *Embaixada de Metelo*, saída de Portugal em 1725, era agradecer ao imperador os laços de amizade já criados e as facilidades concedidas para consolidação da presença portuguesa na Ásia, no entreposto comercial de Macau.

Outro exemplo da forma como os acervos do AUC permitem enriquecer esta exposição é a apresentação de um manuscrito redigido em Pequim, em 13 de novembro de 1746, por D. Policarpo de Sousa (bispo de Pequim). Esta missiva está inserida numa miscelânea de documentos que terá pertencido a Francisco António Duarte da Fonseca Montanha (1744-1825), professor da Faculdade de Leis e também vice-reitor (1809-1813). Era irmão do padre José Montanha, jesuíta missionário na China, razão pela qual a referida miscelânea engloba algumas das suas cartas. D. Policarpo de Sousa refere na citada carta “que trocaria a mitra e báculo de Pekim, especialmente neste infeliz tempo em que tão grande perseguição abraza a seara do Senhor”, pois foram tempos difíceis os que viveu na China, por ocasião da perseguição aos cristãos.

“Entre os semeadores do Evangelho há uns que saem a semear, há outros que semeiam sem sair. Os que saem a semear são os que vão pregar à Índia, à China, ao Japão; os que semeiam sem sair, são os que se contentam com pregar na pátria” – assim falava o eloquente padre António Vieira no *Sermão da Sexagésima*, pregado em 1655 na Capela Real. São muitos os exemplos dos que saíram a semear (partindo para a China) depois de fazerem a sua formação em Coimbra. O Colégio de Jesus de Coimbra foi um dos principais redutos da formação de missionários que partiram para a Ásia. O confronto com uma civilização complexa e tão diferente daquela em que até então tinham vivido, ditou a postura destes missionários quando chegaram à China. Dotados também de conhecimentos matemáticos e astronómicos souberam ser aceites em território chinês, junto de altas figuras e do próprio imperador, para quem os conhecimentos científicos tinham redobrado interesse. Apesar da dispersão do espólio do colégio de Coimbra, ainda sobrevivem no AUC alguns exemplos documentais que podem ser patenteados.

Extinta a Companhia de Jesus, em 1759, os seus bens vieram a ser incorporados na Universidade de Coimbra, em 1774, por ordem do Marquês de Pombal. É esta a razão pela qual se encontra, nos acervos do AUC, grande parte do espólio arquivístico dos extintos colégios de Coimbra, Braga, Bragança, Évora, Faro, Lisboa, Portalegre, etc. O mesmo se passa com as cartas de ordenação sacerdotal de alguns religiosos inacianos. Entre as eleitas para figurarem nesta exposição, está a *carta de prima tonsura e ordens menores* de Belchior Nunes, o primeiro jesuíta a missionar na China, em 1555, depois de ter obtido na Universidade de Coimbra o doutoramento em Direito Canónico, em 1543.

“Semeador” na China foi também André Palmeiro que fez os seus estudos em Coimbra, no Colégio de Jesus, onde, posteriormente, foi professor. A sua assinatura ficou registada em códice que não podia deixar de ser escolhido para esta exposição, uma vez que ele foi o grande evangelizador, em Pequim e Nanquim, e visitador da vice-província jesuíta da China, entre 1626 e 1635, ano do seu falecimento em Macau.

Outro exemplo de registo académico recolhido nos acervos do AUC é o da matrícula de Belchior Carneiro na Universidade de Coimbra, em 1540. Daqui, este jesuíta e conimbricense, partiu para Macau, onde fundou o primeiro hospital ali existente.

Terminando este elenco de peças respeitantes à Companhia de Jesus, não poderia faltar a menção de um documento, em papel de arroz, redigido em Macau em 1626, quando a localidade ainda era designada por *Cidade do Nome de Deus da China*. Nele se alude à construção da frontaria da igreja de S. Paulo, do Colégio de Jesus de Macau, monumento que hoje faz parte do *Centro Histórico de Macau* e é, desde 2005, considerado Património Mundial da Humanidade, pela UNESCO. Apesar da construção da igreja se ter iniciado em 1602, ainda em 1626 decorria a edificação da frontaria. Junto com elementos de temática religiosa e as figuras dos santos fundadores da Companhia de Jesus (Inácio de Loyola, Francisco de Borja, Francisco Xavier e Luís Gonzaga) foram perpetuamente lavrados em pedra, a par, caravelas portuguesas e leões chineses, numa simbologia reveladora dos laços que povos tão diferentes conseguiram tecer entre si. É opinião consensual

que esta era “a mais imponente e bela de todas as igrejas do Oriente”.³

A constituição dos acervos museológicos da Universidade está documentada no AUC das mais diversas formas, seja por inventários, documentos de despesa, ou ainda por relatórios dos próprios professores e diretores de departamentos. A pesquisa documental desbrava caminhos e traz a lume peças inéditas. Mas não é o caso do *Index instrumentorum*, mandado redigir em 1787 por Giovanni Antonio Dalla Bella, pois já foi devidamente estudado e editado⁴. No entanto, o registo que ali é feito do “magnete chinês”, como é conhecida a enorme magnetite que do Colégio dos Nobres, de Lisboa, veio para Coimbra, ditou a sua apresentação nesta mostra.

Entre o património museológico atualmente existente, sobressai a formação da coleção que recebeu o nome do seu coletor: José Alberto Corte Real. Desta coleção fornece-se informação detalhada, em espaço próprio deste catálogo, restando dizer que também a documentação do AUC espelha bem a sua origem, desde 1880, nos ofícios que chegam à reitoria emanados do governador de Macau. Na série documental de correspondência da reitoria abundam informações de diversa natureza, desde o saber-se quem eram as entidades com as quais mantinha contactos a universidade, até ao conhecimento dos assuntos debatidos ou remessas feitas para Coimbra.

Deixando de lado a exaustiva enumeração de peças elencadas para a exposição, cabe referir que os acervos monástico-conventuais e os da sé de Coimbra são sobejamente ricos para o estudo sócioeconómico e cultural da região centro do país. O que se comprava nessas casas religiosas, como se geria o seu património, um infindável número de dados podem aqui ser colhidos. Compulsando essa documentação fica-se a saber da existência das “laranjas da China”, nos coutos de Tavadede, em 1688, ou do consumo de chá no mosteiro beneditino de Semide, ou ainda

da existência de um serviço de porcelana chinesa, localizado no paço episcopal de D. Francisco de Lemos (1735-1822), bispo de Coimbra e reformador-reitor da Universidade que tinha ao seu serviço outros conjuntos de louça inglesa, alemã, francesa, bem como prataria.⁵

O gosto pela ornamentação ao estilo chinês, no mobiliário, que teve o seu maior desenvolvimento no século XVIII, deixou bons exemplos na Universidade de Coimbra, sobressaindo em duas das suas maiores joias artísticas: a estanteria da Biblioteca Joanina e o órgão da Capela. A sua pintura em charão, com *chinoiserie*, pode ser apreciada e também nos acervos do AUC ficaram, para sempre, guardados os documentos contratuais para a sua execução (1723 e 1737).⁶

Sejam as últimas palavras para aqueles documentos que não foram eleitos para aqui figurarem, devido às restrições de espaço e à necessidade de uma equilibrada distribuição de peças por cada núcleo expositivo. São ainda de destacar, no AUC, os acervos dos tribunais das diversas comarcas do distrito de Coimbra. Neste domínio são do maior interesse os designados processos judiciais de inventários orfanológicos e inventários de maiores. Neles ficou registado o património familiar de gerações diversas e é, precisamente, nesta documentação, que muito se pode colher para compreender os interesses culturais dessas gerações, uma vez que revelam o património que cada um deixou. Como era formado o recheio de cada habitação, onde constava, amiudadamente, nas casas mais abastadas, o mobiliário em charão, tabuleiros de jogos, porcelana chinesa, caixas e frascos de rapé, lenços e colchas de seda e muitos outros objetos ao gosto e expressão artística chineses. Também entre o acervo universitário, ficou por explorar o conjunto de inventários das diversas igrejas, daquele que foi o padroado da Universidade. O rol da paramentaria e alfaias litúrgicas poderia, à saciedade, os frontais de

3 Cit. colhida em P.e Manuel Teixeira – *A educação em Macau*. Macau: Direcção de Serviços de Educação e Cultura, 1982.

4 Carvalho, Rómulo de – *História do Gabinete de Física da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Universidade de Coimbra-Biblioteca Geral, 1978.

5 Rodrigues, Manuel Augusto – *Biblioteca e bens de D. Francisco de Lemos e da Mitra de Coimbra*. Coimbra: AUC. 1984, p. 12-16.

6 Documentos já publicados por Almeida, Manuel Lopes de – *Artes e ofícios em documentos da Universidade*, vol. 2. Coimbra, 1971, p. 402-406; vol. 3. Coimbra, 1974, p. 178-181.

altar e as capas de asperges em seda, lavrada, em alguns casos, com motivos orientais.

O estudo dos acervos do AUC é ainda um terreno fértil e inexplorado, em muitas situações, independentemente do tema a abordar. A China não escapa a essa regra, pelo que foi possível reunir um razoável conjunto de peças expositivas.

Resta desejar aos visitantes da exposição que apreciem o património que ela dá a conhecer. Desejamos-lhes as boas vindas, que o mesmo é dizer:

欢迎

Encontro

*Coimbra e o conhecimento
da China na Europa*

Ciência

*Coimbra e o intercâmbio
científico com a China*

Cultura

*A influência chinesa no gosto
e na cultura material*

Catálogo
Exposição

Encontro

*Coimbra e o conhecimento
da China na Europa*

O “Encontro” entre Portugal e a China iniciou-se no século XVI e costuma ser assinalado pela chegada do explorador Jorge Álvares à ilha de Linting, no território do Império do Meio, no ano de 1513. Este “Encontro” deixaria sólido rasto na literatura e na historiografia portuguesas.

Jerónimo Osório, bispo do Algarve (1564-1580), foi o primeiro a publicar referências informadas sobre a China, que até aí circulavam sobretudo na corte de D. João III. Algumas das fontes originais que poderia ter conhecido, como a *Suma Oriental* (1512-1515), de Tomé Pires, ou as cartas dos cativos de Cantão (talvez 1524), só seriam publicadas no século XX. Ao *De Gloria* de Osório seguiram-se, até aos inícios de Seiscentos, as obras de Castanheda (1553), João de Barros (1563), Damião de Góis (1567), Gaspar da Cruz (1569), de novo Jerónimo Osório (1571), Luís de Camões (1572) e Fernão Mendes Pinto (1614). De todas,

desde há muito que existem exemplares na Universidade de Coimbra, confirmando como a partir deste centro decisivo do ensino em Portugal se foi disseminando informação sobre a China.

O “Encontro” provocou estranhezas, como era usual nos primeiros contactos entre europeus e habitantes de outros continentes, na era em que se começou a forjar uma consciência planetária do mundo. A primeira está relacionada com a língua, com a difícil perceção das diferenças entre o chinês e as línguas europeias. Escreveu Osório, no *De rebus Emmanuelis gestis*, que os chineses “nos estudos usam uma linguagem antiga, desconhecida dos ignorantes, tal como entre nós aqueles que se dedicam às Artes Liberais têm de aprender a língua grega ou a latina”. Depois do idioma, o território até então desconhecido e, por isso, estranho, foi paulatinamente sendo dado a conhecer, primeiro pelos historiadores e depois pelos cartógrafos. Possui a

*Avertissement
sur l'Enluminure de cette Carte*

*la Chine divisée en 13 Provinces
a été colorée de carmin ou de rouge*

*la Tartarie Chinoise divisée en 6 portions
de bleu ou couleur d'eau*

Le Royaume de Corée de saffran ou jaune

*le Tibet qui confine à la Chine du côté du couchant
et la partie occidentale de la Tartarie
n'ont point de division de couleurs
parcequ'il est difficile d'établir
des limites bien précises dans ces contrées*

*On est
que dans le
les Filles q
ont été écrit
celles de T
On a negl
et compte
d'admire
qui ne sont
on les a des
particuliers*

Universidade de Coimbra a primeira carta da China publicada num *Atlas* europeu (1584), obra de Abraham Ortels (*Ortellius*), cidadão de Antuérpia.

Mas, “Encontro” pressupõe, igualmente, relações entre pessoas. Portugal ensaiou estabelecer contactos oficiais com a China desde o envio do primeiro agente português, Tomé Pires, que morreu quando aguardava reentrar em Pequim para ser recebido pelo imperador Jiajing (1522-1566). Fernão Mendes Pinto, afirmou ter reconhecido uma filha de Pires, na China, muitos anos depois. Os fundos documentais disponíveis na Universidade de Coimbra (sobretudo manuscritos) que ilustram os contactos de portugueses com a China são abundantes. Nesta exposição, podem apreciar-se documentos da Biblioteca e do Arquivo da Universidade sobre embaixadas ordenadas por D. João V e D. José I.

A missão que a Companhia de Jesus conduziu a partir de Macau também foi fulcral neste “Encontro” entre o Oriente e o Ocidente, bem como a ação de bispos e a criação de estruturas eclesíásticas. A atitude complacente e pragmática dos jesuítas perante a cultura e civilização chinesas acentuou-se com a chegada de Matteo Ricci àquelas paragens (1582), apesar da oposição de outras congregações religiosas e da Inquisição, que a partir de Goa vigiava estes contactos. Mas a política da “acomodação” jesuítica viria a assumir contornos conflituantes, a partir de finais de século XVII, com a designada “questão dos ritos chineses”, motivando sucessivas intervenções papais, perante a estupefação do imperador Kangxi. Esta foi controvérsia embaraçadora do “Encontro” que, também no plano religioso, se procurava efetivar e do qual aqui se patenteiam alguns traços.

1

Porquê o título “do Sul ao Sol”

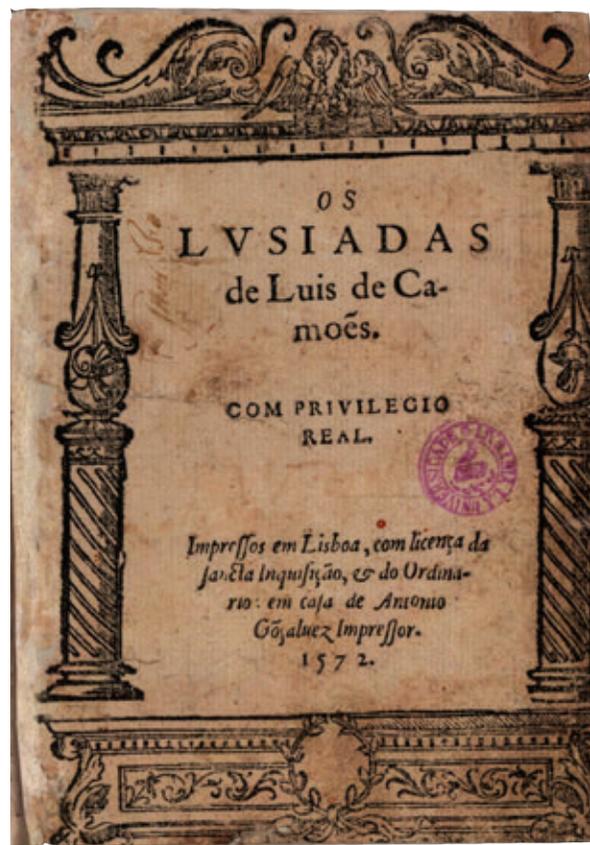
CAMÕES, Luís de, 1524?-1580 - Os Lusíadas. Lisboa: em casa de Antonio Gõçaluez, 1572

1ª edição conhecida por “Ee”.

A Universidade de Coimbra possui um exemplar primeira edição, adquirido para a Biblioteca Geral, em 1942. Trata-se de um volume manuseado e anotado, decerto objeto de estima, e desde muito cedo, como se comprova por esta inscrição no verso da portada “He de d(uar)te da costa / 1580”. Desse intenso amor pelo livro, evidente nos diversos pertences muito sumidos que ostenta, resultou ter ele sido várias vezes reencadernado.

BGUC Cofre 2

*Pela Árábica língua que mal falam
E que Fernão Martins mui bem entende,
Dizem que, por naus que em grandeza igualam
As nossas, o seu mar se corta e fende;
Mas que, lá donde sai o Sol, se abalam
Pera onde a costa ao Sul se alarga e estende,
E do Sul pera o Sol, terra onde havia
Gente, assi como nós, da cor do dia.*



1

O título da exposição, *do Sul ao Sol*, inspirou-se nos versos finais desta Estrofe 77 do canto V de *Os Lusíadas*. Segundo Camões, Vasco da Gama foi informado, na costa oriental de África, da existência de uma “terra onde havia/Gente assi como nós, da cor do dia.” (Lus., V, 77). Os portugueses terão pensado que essa gente branca, que navegava de África para Oriente ou “contra o nascimento do Sol” (João de Barros, Déc. I, livro IV, cap. III),

fossem árabes de Meca “brancos assi como os nossos” (Castanheda, livro I, cap. 5) e nesse mesmo sentido vai o comentário de Faria e Sousa. Porém, a notícia também se pode referir à passagem das armadas do almirante *Zheng He*, enviadas décadas antes pelos imperadores *Yongle* e *Xuande*. Assim, essa poderia ter sido a primeira notícia que os portugueses tiveram dos chineses, em abril de 1498.



2

Sobrescritos e pasta com caracteres chineses

Conjunto de envelopes e pasta de papel com caracteres chineses e desenhos impressos.

Designação local dos sobrescritos *Lai si* ou *hong pau*

Fat-san, Recolha de José Alberto Corte Real, século XIX

MCUC

ANT.M.245, ANT.M.249, ANT.M.257

3

Tábua

Tábua em madeira pintada de verde para assentar papel e escrever.

Designação local *Hem-fan-pan*

Fat-san, Recolha de José Alberto Corte Real, 1880

MCUC

ANT.M.70



Diversas embarcações de lazer e de pesca, segundo Du Halde, vol. II

4

Logo entendemos as diferenças

CRUZ, Gaspar da, ?-1570 - Tractado em que se co[n]tam muito por este[n]so as cousas da China co[m] suas particularidades e assi do reyno d'Ormuz ... [1ª ed.]. Evora : em casa de Andre de Burgos, 1569.

O dominicano frei Gaspar da Cruz foi dos primeiros a preocupar-se com a escrita chinesa e a fazer este inocente pedido a um letrado, como conta no *Tratado*: “dixelhe que me fizesse as letras todas do a.b.c. e respodeo me que nam podia logo assi fazellas, que eram mais de cinco mil” (Cap. 14, p. 214), revelando como era difícil aos europeus entender o próprio conceito de uma escrita não-alfabética.

BGUC V.T.-18-7-2

5

O divulgador Álvaro Semedo

SEMEDO, Álvaro, S.J., 1586-1658 - Imperio de la China i cultura evangelica en èl por los religiosos de la compañía de Iesus. Madrid : Iuan Sanchez, 1642.

Depois de ser missionário em diversas províncias do centro e sul da China, Álvaro Semedo veio à Europa como procurador das missões jesuíticas, em 1637. Aqui escreveu um relatório, que se tornaria, pela mão do erudito Manuel de Faria e Sousa, um dos livros mais traduzidos e que maior influência teve no entendimento da China. Todo o capítulo III é dedicado à explicação da língua e da escrita. Uma versão italiana saiu no ano seguinte, a edição inglesa em 1655 e a francesa em 1667.

BGUC V.T.-8-2-3

9

Jerónimo Osório, um genuíno apreciador da China

OSÓRIO, Jerónimo, 1506-1580 - *De gloria libri V. Coni[m] Bricae : à Frãisco correa, 1549.*

Escrito em forma de diálogo entre António Agustín, Jean Matal e o próprio Osório, o *De gloria* faz a primeira referência que na Europa se publica sobre a China e é uma das mais importantes produções do pensamento humanista português. Originalmente impresso em Lisboa, em 1542, esta edição de Coimbra, de junho de 1549, é, contudo, considerada *princeps* por João M. Nunes Torrão. Foi impressa por Francisco Correia, na tipografia do Estudo Real, à Rua da Sofia. Osório voltaria a transmitir uma opinião elogiosa da China no seu *De rebus Emmanuelis gesta* (1571).

BGUC R-3-1



9

10

Fernão Lopes de Castanheda, um probo e sério historiador

CASTANHEDA, Fernão Lopes de, 1500-1559 - *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses. Coimbra : por João de Barreyra : [João Aluarez], 1552-[1561]. [8] vol.*

Nesta obra, publicada em oito volumes, em Coimbra, Fernão Lopes de Castanheda narra as viagens dos portugueses pelo Oriente, em particular a primeira viagem ao “Celeste Império” capitaneada por Fernão Peres de Andrade. No quarto volume (capítulos 27 a 35) são descritos os povos e costumes da China. Tem-se considerado ser neste livro que surge a primeira referência à Cidade Proibida de Pequim.

BGUC V.T.-18-9-2/7

11

Castanheda guarda do Cartório e da Livraria da Universidade de Coimbra

1547, julho, 19 - Ata do conselho da Universidade que relata a apresentação, feita por Fernão Lopes de Castanheda, de uma carta régia que o nomeava guarda do Cartório e da livraria da Universidade.

Este historiador partiu para a Índia em 1528 e regressou posteriormente a Portugal, pobre e doente, tendo obtido este cargo na Universidade de Coimbra, para onde veio residir e onde faleceu em 1559. Exerceu o cargo de “guarda da Livraria”, mas, apesar de ser portador de uma carta régia para isso, nunca conseguiu tomar posse do “cartório” (arquivo), guardado nos aposentos do reitor D. Diogo de Murça.

SR: Livros dos Conselhos da Universidade, vol. 1, 3.º cad., fl. 85v
AUC-IV-1.ªD-1-2-50



12

Os europeus na opinião dos chineses

BARROS, João de, 1496-1570 - Asia [primeira - terceira década] de Joam de Barros dos factos que os Portugueses fizeram no descobrimento & conquista dos mares & terras do Oriente. Em Lisboa : Impressa per Germão Galharde, 1552-[1563].

De um dos mais importantes historiadores da expansão, os exemplares da primeira edição das primeiras *Décadas* tornaram-se rapidamente tão estimados e raros que, diz Diogo do Couto, no seu tempo não havia, na Índia, mais do que um exemplar e, no reino, pouco mais de dez. Inocêncio corrige-lhe o exagero, assegurando que, só no seu, já têm aparecido mais do que esses. Na terceira *Década*, Barros assegura-nos ser opinião dos chineses, que eles têm “dous olhos de entendimento acerca de totalas cousas”, que nós, os da Europa, “temos um olho, e totalas outras nações são cegas”.

BGUC R-55-12/12 A

13

A “Peregrinação” de Fernão Mendes Pinto

PINTO, Fernão Mendes, 1514?-1583 - Peregrinação de Fernam Mendez Pinto ... Em Lisboa : por Pedro Crasbeeck : a custa de Belchior de Faria, 1614.

Fernão Mendes Pinto muito penou em busca de apoios para editar a *Peregrinação*, que estaria concluída por volta de 1578 (data referida na obra), mas que apenas veio a ser publicada em Lisboa, em 1614, por Pedro Craesbeeck, a expensas de Belchior de Faria. Foi um dos textos que maior importância terá tido na divulgação em Portugal das maravilhas orientais. A realidade chinesa é tomada nesta obra como alternativa moral à realidade portuguesa. Em muitos sentidos, as experiências evocadas pelo autor constituem um contraponto das fábulas contidas no *Livro de Marco Pólo*.

BGUC V.T.-9-7-1

14

A China num Atlas europeu

ORTELIUS, Abraham, 1527-1598 - [Theatrum orbis terrarum] [material cartográfico]. [Editio ultima]. [Antuerpiae : apud Ioannem Bapt. Urintium : typis Roberti Bruneau, 1603].

O primeiro mapa da China publicado em atlas é de Abraham Ortelius (1584), baseado no trabalho do português Luis Jorge de Barbuda. Entretanto, no mesmo ano, em Zhaoqing, Matteo Ricci, chegado a Macau em 1582, depois de ter estado em Coimbra, publicou o primeiro *mapa-mundi* em língua chinesa, que representava a China no centro do mundo. Deste mapa de 1584 não se conhecem exemplares e apenas sobreviveram seis da sua cópia de 1602.

BGUC R-70-11/12

15

E um Atlas só da China

MARTINI, Martino, 1614-1661 - Atlas Nuevo de la Extrema Asia, o Description geographica del Imperio de los Chinas. A Amsterdam : en costa y casa de Juan Blaeu, 1659.

Martino Martini, italiano, apresenta nesta obra 22 mapas de folha dupla de todas as províncias chinesas e da Mongólia (Tartária) e uma versão muito mais correta do mapa geral da China, que se vulgarizou na Europa, tornando-se o “padrão” das posteriores representações do “Celeste Império”. O frontispício é gravado e apresenta o título “Novus atlas Sinensis ...”

BGUC 4 A-20-10-7



16

O contributo cartográfico dos jesuítas

DU HALDE, Jean-Baptiste, 1674-1743 - Description géographique, historique, chronologique, politique, et physique de l'empire de la Chine et de la Tartarie chinoise. Paris : P. G. Le Mercier, 1735. 4 vols.

No início do século XVIII, cartógrafos jesuítas viajaram por todo o Império, realizando observações astronómicas para determinar a latitude e longitude de vários locais relativamente a Pequim e desenhando mapas. Esta obra inclui o grande mapa da *China, Tartária chinesa e Tibete* (1734), compilado por Jean Baptiste Bourguignon d'Anville, além de vários outros gerais e parcelares, datados desde 1730.

BGUC 1-23-6-206/209



A importância das ilustrações

KIRCHER, Athanasius, 1602-1680 - *China monumentis qua sacris qua profanis, nec non variis naturae & artis spectaculis, aliorumque rerum memorabilium argumentis illustrata*. Amstelodami : apud Joannem Janssonium, 1667.

O padre jesuíta alemão Athanasius Kircher (1602-1680) era divulgador e polígrafo. Nunca foi à China, mas esta publicação dos registos dos seus correligionários ganhou grande fama, até pelas grandes e cuidadas ilustrações que incluía. Nesta publicação, também conhecida como *China Illustrata*, registou tudo, desde acontecimentos históricos a descrições detalhadas de flora e fauna.

BGUC 1-22-14-208



17

Na portada da *China illustrata*, ajudam a segurar um mapa da China os jesuítas Matteo Ricci (à direita) e Adam Schall von Bell (à esquerda), em trajos chineses.

18

A primeira tentativa de estabelecer relações diplomáticas

PIRES, Tomé, *fl.* séc XVI - Soma horiemtall que trata do mar Roxo ate os chims. [Manuscrito]

Cópia cuidada, em letra da mesma mão; título extraído do f. 41 v.

Tomé Pires destacou-se como o primeiro enviado português à corte chinesa. Na sua *Suma Oriental* (1515), descreve exhaustivamente todos os portos de comércio, de interesse potencial para os portugueses recém-chegados ao Oceano Índico, elegendo como objetivo principal as informações de carácter comercial, nomeadamente todos os produtos transacionados em cada reino e em cada porto. A primeira edição deste manuscrito foi feita *Por Ordem da Universidade*, em 1978.

BNP. COD. 299//2

19

No tempo de Afonso de Albuquerque

ALBUQUERQUE, Afonso de, 1500-1580 - Commentarios do grande Afonso Dalboquerque [sic], capitam geral que foy das Indias Orientaes em tempo do muito poderoso Rey dom Manuel, o primeiro deste nome: nouamente emendados & acrescentados pelo mesmo autor... Em Lisboa : impresso por João de Barreira, 1576.

Afonso de Albuquerque, segundo Governador da Índia, enviou Rafael Perestrelo para confirmar o potencial do comércio com a China, com quem Portugal tentou formalizar relações, tarefa de que foi incumbido Fernão Peres de Andrade, em 1517. Andrade negociou com a dinastia Ming o envio da primeira missão portuguesa, liderada por Tomé Pires, mas os desmandos do seu irmão, Simão de Andrade, originaram conflitos com os chineses e a batalha de Tamão, em 1521.

BGUC J.F.-38-4-26

Magnete chinês

Este magnete terá sido oferecido pelo Imperador Kangxi ao rei D. João V em data incerta. Pertenceu ao Colégio dos Nobres, onde o paduano Dalla Bella (1726-1823) foi professor, entre 1766 e 1772, tendo sido transferido para a Universidade de Coimbra com os demais instrumentos de física daquele Colégio. Símbolo de realeza e poder, este instrumento possui uma magnetite de 12 kg oculta numa armação que representa a coroa real, tendo sido utilizado em experiências sobre a força magnética. Pedra magnética armada por William Dugood, Lisboa, anterior a 1768

MCUC

FIS.0290

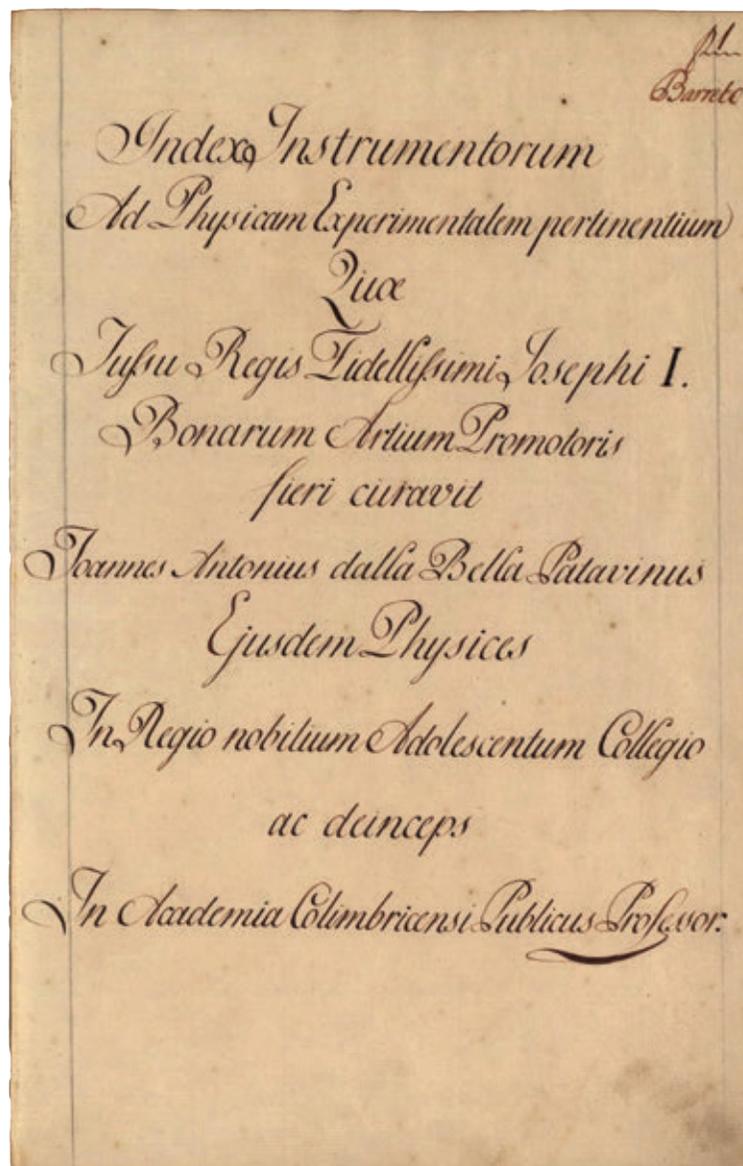


O inventário do Gabinete de Física

1787 - *Index instrumentorum ad physicam experimentalem pertinentium*
- O *Index instrumentorum* foi organizado por Dalla Bella, em 1787, enquanto lente da Faculdade de Filosofia, na disciplina de Física Experimental que lecionou até se jubilar em 1790. Este catálogo, ou índice, inclui uma descrição de todos os instrumentos que existiam nessa época no Gabinete de Física da Universidade de Coimbra, onde consta, a fl. 6v, com o n.º 43, o *Magnes sinicus* (i. e. magnete chinês).

De acordo com a gravura de Inácio de Oliveira Bernardes (1695-1781) e a legenda nela aposta, terá sido o inglês William Dugood, membro da Royal Society, que residiu em Lisboa, pelo menos, entre 1751 e 1767, o responsável pela montagem do magnete, segundo a forma como anteriormente se apresentava e vem reproduzida na citada gravura.

AUC-IV-1.ªD-2-3-62



22

A primeira montagem do “magnete chinês”, *Magnes sinicus regis portugalliae*

Reprodução de Gravura a buril e água forte, representando o magnete chinês, feita entre 1744 e 1748 pelo gravador Olivarius Cor, com desenho de Inácio de Oliveira Bernardes (1695-1781).
[Imagem].

BNP E. 1123 V.



22

70

23

O embaixador Alexandre Metelo de Sousa e Meneses, aluno da Universidade

1705, outubro, 24 - Registo da 1.ª matrícula na Universidade de Coimbra, na Faculdade de Cânones, de Alexandre Metelo de Sousa e Meneses, filho de Manuel Cardoso Metelo, natural de Marialva. Obteve a formatura, na mesma Faculdade, em 29 de janeiro de 1712.

Seguiu a carreira da magistratura e era desembargador quando foi enviado por D. João V à China, para contactar com o Imperador Yongzheng, após a sua ascensão ao trono, em 1723. Estava-lhe confiada, nesta missão, a defesa do Padroado Português do Oriente e da evangelização da Companhia de Jesus e consolidar os laços já estabelecidos com a China. Foi recebido pelo imperador, uma primeira vez, a 18 de maio de 1727. O relato desta viagem, entre 1725 e 1728, encontra-se no Arquivo Distrital de Braga e foi publicado pela Fundação Oriente, com estudo de Mariagrazia Russo, em 2005. *Viagem à China de Alexandre de Metello* é também o título do manuscrito que se encontra no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa) relatando a viagem que tinha como propósito agradecer os emissários que o imperador Kangxi enviara a Portugal, em 1721, chefiados pelo padre António de Magalhães, missionário jesuíta em Macau e Pequim.

SR: Livros de Matrículas, vol. 31, fl. 41

AUC- IV-1.ªD-1-3-39

Os presentes do Rei ao Imperador

MEMORIA do prezente, q[ue] ElRey nosso senhor, neste anno de 1725 manda ao Imperador da China pello Embai[xador] o D[out]or Dez[embargad]or Alexandre Metello de Souza Menezes [Manuscrito]. [2] f.

Além desta lista de objetos que compunham o presente do rei de Portugal, o manuscrito contém outra informação relevante para o conhecimento da embaixada. A Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra possui também uma *Relação da Embaxada de Portugal na Corte da China* (Ms. 502, f. 67-81) escrita pelo francês Dominique Parrenin (1665-1741), que foi o intérprete durante a audiência do embaixador Alexandre Metelo de Sousa e Menezes com o Imperador Yongzheng.

BGUC Ms. 677, f. 456-457 (435-436v da nova numeração)



Outra de cor mais subida com 24 covados, váo' envoltas em tafetá como os antecedentes.

N.º 6.º Outro caixão semelhante com duas peças de pano amarelo, a primeira de cor mais clara com 23 covados, a segunda de cor mais gemada com 24 covados, váo' em semelhante tafetá.

N.º 7.º Sua caixa forrada e guarnecida como as antecedentes, q' leva dentro um montante colobrinho com guarnições,

25

A embaixada de Francisco Xavier Assis Pacheco e Sampaio

NEUVIALLE, Jean Sylvain de, 1696-1764 - Relação da jornada, que fez ao Imperio da China, e summaria notícia da embaixada que deo na corte de Pekim em o primeiro de Mayo de 1753, o senhor Francisco Xavier Assis Pacheco e Sampayo... / Padre Newielhe... Lisboa : Offic. dos Herd. de António Pedrozo Galram, 1754.

A embaixada que enviou D. José I, em 1752, não terá sido menos grandiosa a do que a do seu antecessor, D. João V. Magnificamente recebido na corte do Imperador Qianlong, após cinco semanas de banquetes e festas, o embaixador deixou a capital chinesa com ricos presentes, mas sem nada conseguir, devido à latente animosidade das autoridades chinesas para com os estrangeiros, por causa das relações tensas dos portugueses de Macau com os comerciantes de Cantão.

BGUC V.T.-8-2-1

26

Isidoro Francisco Guimarães Júnior, aluno da Universidade

1825, setembro, 14 - Certidão de batismo de Isidoro Francisco Guimarães Júnior, natural de Lisboa, nascido na freguesia de Santa Isabel, Rua de S. Plácido, em Lisboa, em 28 de abril de 1808. Esta certidão foi entregue na Universidade quando da sua matrícula nas faculdades de Filosofia e de Matemática, em 1825.

Isidoro Francisco Guimarães Júnior foi governador de Macau, Visconde da Praia Grande de Macau, par do Reino e deputado. Foi enviado à China em 1862, como ministro plenipotenciário, para preparar o Tratado de Tien-Tsin que deu a Portugal plena autoridade sobre Macau. Na cidade de Tien-Tsien, localizada a 100Km de Pequim, foi assinado, em 13 de agosto de 1862, o referido tratado, afastando os interesses de outras potências (França, Inglaterra, EUA) sobre Macau e o seu porto, que lhes abriria o comércio internacional no oriente.

SR: Certidões de idade, vol. 18, fl. 15

AUC-IV-1.ªD-5-2-18

N^o 11^o = Duas fiasqueiras semelhantes, com seis frascos cristalinos,
N^o 12^o = Cada uma das quaes, quatro são de Balsamo de Copaciba,
quatro de Balsamo de S. Thomé, dous de Balsamo do
Peru, e d'um de Balsamo do Brazil.
N^o 13^o = Duas fiasqueiras semelhantes, com doze frascos cristalinos,
N^o 14^o = Lavrados e cheiros de pastilhas de perfume de tres especies,
e igual m^o de pastilhas.

27

A polémica dos “Ritos Chineses”

NOEL, François - *Memoriale circa veritatem, & subsistentiam facti...* [Roma : s.n.], 1703.

Contém: *Summarium nouorum autenticorum testimoniorum tam Europaeorum, quam Sinensium nouissimè è China allatorum.*

A polémica dos “ritos chineses” prende-se com a tolerância que demonstravam os jesuítas em relação às crenças e ritos das populações locais, nomeadamente relativos à ética confuciana e ao culto dos antepassados, de tão forte expressão na China. No Cap. IV desta publicação, tenta explicitar-se que “*non credunt Spiritus Defunctorum in tabelas...*” (p. 59), isto é, os chineses “não acreditam que os espíritos dos mortos habitem nas tabelas dos antepassados”.

BGUC 4 A-29-5-2

28

Tabuleta de antepassado

Tabuleta ancestral em madeira policromada, adornada com motivos florais pintados a folha de ouro esculpidos em relevo numa das faces. No topo, sobressai um morcego de asas abertas, símbolo de felicidade. Venerada num templo ou em casa, representa um antepassado, servindo de ligação à família, com funções protetoras.

Designação local *Long Pai* ou *Leng Kai*

Cantão, Recolha de A. E. Maia do Amaral, século XX

MCUC

MCUC.2012.2.1

29

Tabuleta de antepassado

Tabuleta ancestral em madeira, pintada num dos lados a verde com cercadura e caracteres a dourado. Venerada num templo ou em casa, representa um antepassado, servindo de ligação à família, com funções protetoras.

Designação local *Long Pai* ou *Leng Kai*

Macau, Recolha de José Alberto Corte Real, 1882

MCUC

ANT.M.348

30

Amuleto

Representação de uma espada revestida por sapecas de diferentes tamanhos e valores ligadas por fio de algodão. Ostenta dois pingentes, de onde pendem outras sapecas. Pode suspender-se na porta ou sobre a cama, com uma função protetora, para afastar os maus espíritos e propiciatória da saúde.

China, Recolha de José Alberto Corte Real, 1882

MCUC

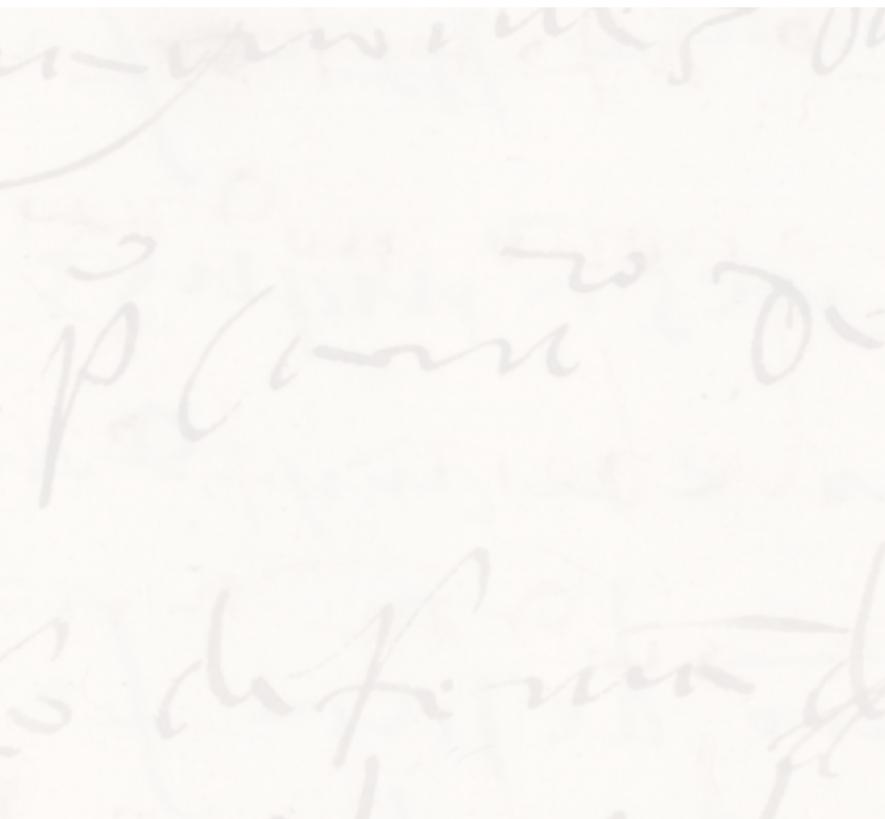
ANT.M.341

A doutrinação jesuíta da China

COMPANHIA DE JESUS - Libro segundo do Noviciado de Arroyos da Comp.^a de Jesus en que se responde a las principales dudas, y dificultades, que algunos religiosos han hallado en el modo de doctrinar, que la Comp.^a de IHS usa en la gran China [manuscrito]. [s.d.].

Este manuscrito evidencia as posições adotadas pelos jesuítas em missão na China, que outros missionários católicos criticavam. Alexandre Valigniano, na sua *Apología de la Compañía de Jesus de Japon y China*, refere a atitude muito diferente que os jesuítas adotaram perante a sofisticação da sociedade chinesa: “... é verdade que andam vestidos à maneira dos letrados chineses e que trazem as barbas crescidas e também os cabelos até as orelhas ...” (p. 88)

BGUC Ms. 197

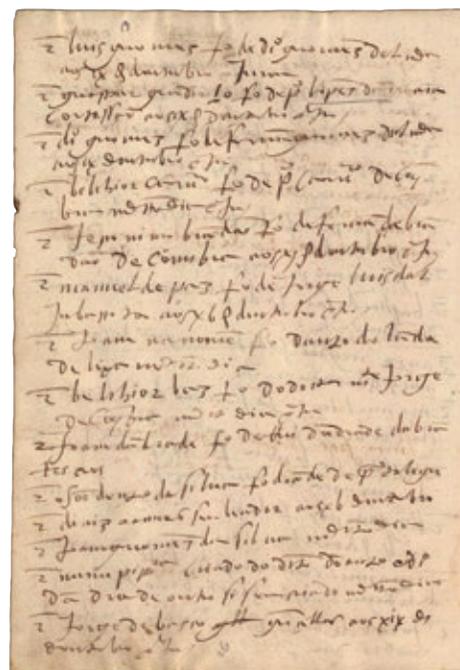


Matrícula de Belchior Carneiro (S. J.) em *Instituta*

1540, outubro, 9 - Matrícula na cadeira de *Instituta* de Belchior Carneiro, filho de Pedro Carneiro, natural de Coimbra, onde nasceu em 1516. Também conhecido como Melchior Nunes Carneiro ou Belchior Carneiro Leitão, este jesuíta faleceu em Macau, em 1583, onde, como bispo de Niceia, foi administrador eclesiástico do território, e ali fundou o primeiro hospital e Santa Casa da Misericórdia.

SR: Livros de Autos e Provas de Curso, 1537-1550, vol. 3, 3.º cad., fl. 143v

AUC-IV-1.ªD-1-1-3



A Universidade de Évora e a formação de missionários

1559, setembro, 20, Roma - Breve do papa Paulo IV *Ad personam veram* pelo qual permitiu, a pedido do Cardeal D. Henrique, que fosse instituída a Universidade de Évora no Colégio do Espírito Santo da Companhia de Jesus, localizado na mesma cidade. O objetivo primordial da instituição era a formação de teólogos, aos quais se concediam todos os graus, como se fazia na Universidade de Coimbra. Foi o primeiro reitor deste Colégio D. Belchior Carneiro, que viria a falecer em Macau, em 1583.

Na Universidade de Évora fizeram a sua formação académica muitos jesuítas que tiveram atividade missionária no oriente e em particular na China. Destacaram-se António Francisco Cardim (1596-1659) e Álvaro Semedo (1585-1658), que em 1637 haveria de ultimar o seu manuscrito *Relação da grande monarquia da China*, o qual viria a ter diversas edições e se tornou num texto fundamental.

Coleção de Pergaminhos (Gabriel Pereira)

AUC- IV-3.^a - Gav. 6A -mç.3 - n.º 68



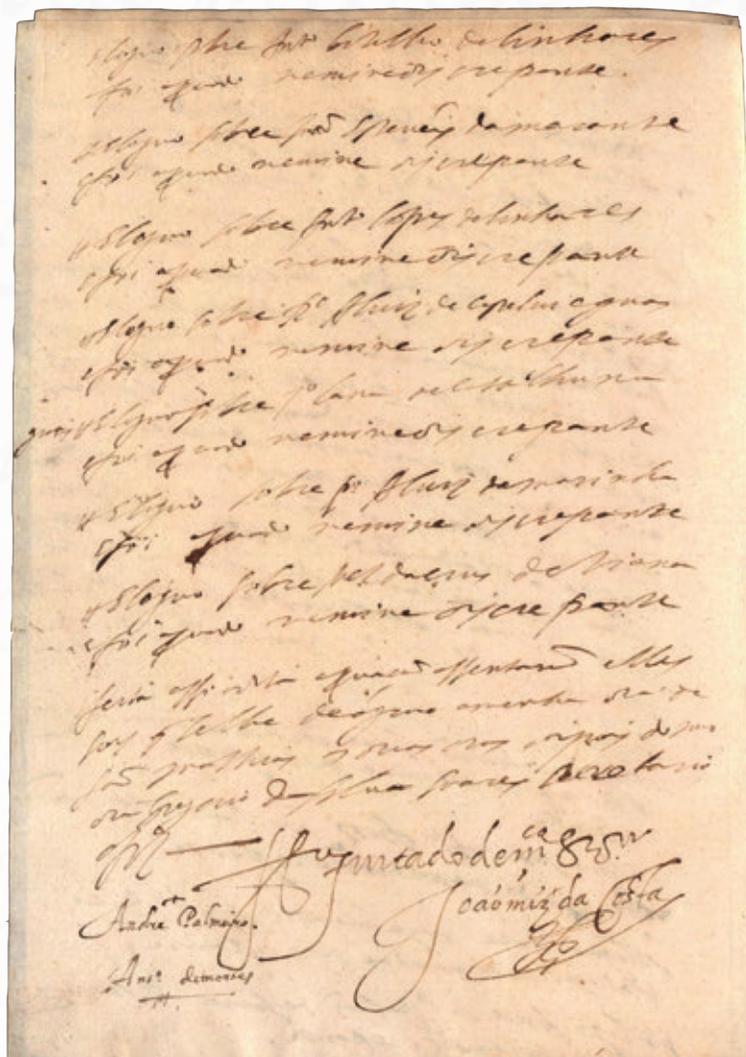
André Palmeiro (S.J.), professor do Colégio de Jesus de Coimbra

1601, fevereiro, 23 - Ata da aprovação dos bacharéis em Artes que foram examinados pelo Padre André Palmeiro, “regente do 2.º curso”, o Mestre João Martins da Costa e o Padre António de Moraes, da Companhia de Jesus. No final do documento pode ver-se a assinatura de André Palmeiro.

Natural de Lisboa, filho de António Palmeiro e Salvadora Fernandes, ingressou na Companhia de Jesus, no Colégio de Coimbra, em 1584. A sua tese de conclusões em Teologia foi impressa em Coimbra, em 1613, por Diogo Gomes de Loureiro. Partiu para a Ásia em 1617 e faleceu em Macau (1635). No seu trabalho evangelizador percorreu algumas cidades da China, como Pequim e Nanquim. Foi visitador da Província Jesuíta do Japão e da vice-província da China, entre 1626-1635.

SR: Livros de Atos e Graus, vol. 19, 3.º cad., fl. 23v

AUC-IV-1.ªD-1-1-19



A os 26 de Out. recebi
minha, não podem os paraben
D. V. P.º Em minha supõem
Pastor a estas ovelhas, nem m

36

As *Cartas ânuas* jesuítas

COMPANHIA DE JESUS - Avvisi della Cina deii'ottantatre, et del ottantaquattro. In: Avvisi del Giappone degli anni MDLXXXII, LXXXIII et LXXXIV con alcuni altri della Cina dell' LXXXIII et LXXXIV cauti dalle letter della Campagnia di Giesù ricevute il mese di Dicembre 1585. Roma : per Francesco Zanetti, 1586.

As missivas que os jesuítas enviavam para a Europa a dar conta dos seus progressos no Oriente eram publicadas e normalmente colecionadas por anos, na forma de *Cartas ânuas*, juntando as notícias das várias missões da China, do Japão, da Índia, etc. Esta edição italiana coleciona a partir da página 169 as cartas de Michele Ruggieri, Francesco Pasio, Francisco Cabral e Matteo Ricci. A Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra possui muitos outros volumes de *Cartas ânuas*, fontes indispensáveis ao estudo da presença jesuíta na China.

BGUC 1-11-7-52

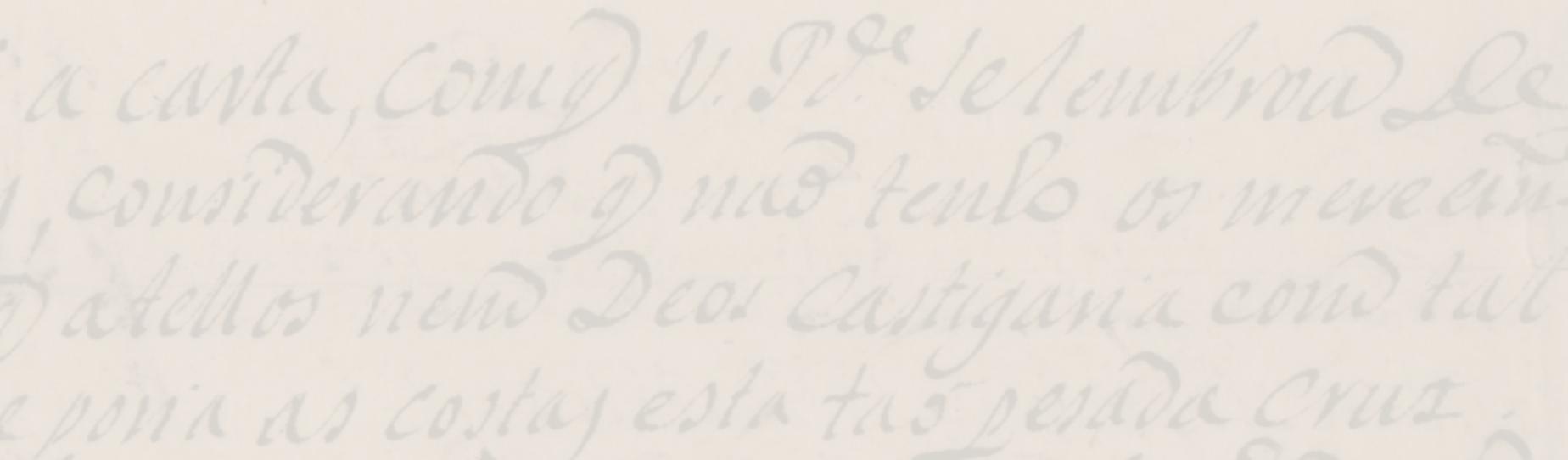
37

São os relatórios anuais das atividades missionárias

GUERREIRO, Fernão, S.J., 1550-1617 - [Rel]açam [a]nnual das cousas que fizeram os padres da Companhia de Iesu nas partes da India Oriental, & em algu[m]as outras da conquista deste reyno nos annos de 604 & 605 ... Tirada das cartas dos mesmos padres que de la vieram ... Em Lisboa : impresso por Pedro Craesbee[ck], 1607.

Os longos títulos destas obras publicadas nos séculos XVII e XVIII têm a vantagem de esclarecer logo grande parte do seu conteúdo. Neste caso, diz “dividida em quatro livros, o primeiro de Iapam, o segundo da China, terceiro da India, quarto de Ethiopia & Guinë”, o que dá uma visão clara da sua organização e conspeto. Segundo David E. Mungello, entre 1552 (ano da morte de S. Francisco Xavier) e 1800, um total de 920 Jesuítas participaram em missões na China, dos quais 314 eram portugueses.

BGUC V.T.-20-6-7



38

O trabalho de Gaspar Castner

CASTNER, Gaspar, 1665-1709 - Relati sepulturae. Magno Orientis Apostolo S. Francisco Xaverio erecte in insula Sanciano anno saeculari MDCC. [Pequim : s.n., 1700].

Castner foi admitido na Companhia de Jesus em 1681 e professor de filosofia em Retobone, em 1695. Embarcou para as missões da China e chegou a Macau em 1697. Foi presidente do tribunal das Matemáticas e preceptor do príncipe herdeiro ao trono, em Pequim, onde faleceu. Este livro foi impresso na China, mas em caracteres europeus, incluindo uma imagem da sepultura de S. Francisco Xavier (*Iconografia sepulturae S. Francisci Xaverii*) e a carta da ilha de Sancian ou São João, em chinês Shangchundang.

BNP RES. 349 V.

Ciência

Coimbra e o intercâmbio científico com a China

Coimbra desempenhou um papel importante na difusão da ciência europeia na China, ao contribuir para a formação académica de missionários jesuítas europeus que partiram para o Oriente.

Os primeiros padres da Companhia de Jesus (Simão Rodrigues e Francisco Xavier) chegaram a Lisboa em abril e junho de 1540, na sequência de pedido desencadeado pelo rei D. João III, por sugestão que lhe fora feita por Diogo de Gouveia, figura destacada de um grupo de teólogos que, nessa altura, alcançara grande influência na corte. A ideia que Gouveia expusera ao monarca visava utilizar estes companheiros de Inácio de Loyola como missionários orientados para a evangelização a efetuar nos territórios de presença portuguesa na Ásia. Pouco depois, também em função da boa impressão causada por Simão Rodrigues e Francisco Xavier, e apesar de resistências encontradas, um grupo de jesuítas permanecia em Portugal para fundar a primeira casa da Companhia, enquanto outro partia em

missão para o Oriente (1542). Até 1759, uma das áreas em que os inacianos se distinguiram foi a da educação, instituindo diversos estabelecimentos de ensino, dos quais se destacam o Colégio de Jesus, em Coimbra, o Colégio de Santo Antão, em Lisboa, e a Universidade de Évora. O Colégio conimbricense, devido ao seu exigente programa educativo, foi adquirindo renome internacional, tornando-se ponto de passagem para diversos matemáticos e astrónomos jesuítas europeus que nele estudaram ou ensinaram, antes de partirem para o Oriente. No século XVII, a necessidade de enviar homens com conhecimentos da nova ciência para a China, foi um dos estímulos propiciadores do aumento do interesse pelo ensino deste género de saberes ministrado pelos jesuítas. Esta tendência foi acompanhada pela chegada de prestigiados professores e pela publicação de textos muito influentes e amplamente difundidos, entre os quais avulta o “Curso Filosófico Conimbricense” (*Comentarii Collegii Conimbricensis*

Societatis Jesu), manual em vários volumes (1596-1606) por onde, durante gerações, se aprendeu o conhecimento do mundo físico.

Embora tivessem como principal objetivo a propagação da fé cristã, as missões jesuíticas na China contribuíram, igualmente, para ali difundir a ciência europeia e despertar o interesse dos chineses pela matemática e astronomia ocidentais. Colocando o seu conhecimento científico ao dispor da corte imperial e prestando apoio em diversas tarefas, os jesuítas ganharam a confiança e o respeito de sucessivos imperadores. Entre as atividades desenvolvidas por eles, destaca-se a tradução de importantes obras científicas ocidentais para língua chinesa, a realização de observações astronómicas, a reforma do calendário chinês e a elaboração de mapas detalhados do território. Alguns destes jesuítas, como Ferdinand Verbiest e Tomás Pereira, tornaram-se conselheiros muito próximos do imperador Kangxi, ocupando cargos de prestígio na sua corte.

A rede da Companhia de Jesus permitiu não só a difusão rápida e eficaz do conhecimento científico europeu na China, mas também a divulgação da ciência e da cultura chinesas na Europa, através da correspondência mantida pelos missionários e das obras por eles publicadas, para além de ter configurado a formação escolar dos próprios missionários.

Este núcleo expositivo apresenta documentos, obras, instrumentos astronómicos e outros objetos representativos do ensino da ciência ministrado pelos jesuítas em Coimbra e do intercâmbio científico promovido por alguns dos seus mais destacados membros que participaram em missões na China, uma parte dos quais passou por esta cidade: Matteo Ricci (1552-1610), Adam Schall (1592-1666), Ferdinand Verbiest (1623-1688), Tomás Pereira (1645-1708) e Manuel Dias (1574-1659).

39

Telescópio Refletor

Grande telescópio astronómico, refletor, produzido em Londres por George Adams pai (1709-1772). Podia ser operado em duas configurações distintas: na gregoriana ou na newtoniana. Na primeira o observador utilizava a ocular que fica na extremidade inferior do tubo enquanto na segunda era a ocular posicionada lateralmente a usada.

Construtor George Adams pai, Londres, c. 1748-1766

MNCT.0000001



40

Complexo jesuítico de Coimbra, 1732

GRANDI, Carlo, fl. 1729-1761 - Imago Collegii, in Societate Iesu omnium primi, á Ioanne III Lusitaniae Rege Conimbricae fundati [Visual gráfico] / Carolus Grandi scul Romae 1732. - [Romae : s.n., 1732]. - 1 gravura : água-forte, p&b ; 29,7x55,4 cm.

Única representação iconográfica conhecida até ao momento do complexo jesuítico de Coimbra, incluindo o Colégio das Artes e o Colégio de Jesus.

BNP E. 926 A

O Colégio de Jesus de Coimbra e a formação de missionários

1547, maio, 27, Coimbra - Termo de posse do caminho público, dada pelo doutor Fernão de Magalhães, desembargador de Coimbra, ao reitor do Colégio de Jesus de Coimbra, o Padre Luís Gonçalves. Este caminho seguia ao redor da muralha da cidade, desde a Porta Nova para o castelo e fora concedido, por alvará de D. João III de 10 de maio de 1547, para a construção do referido Colégio.

O Colégio de Jesus de Coimbra foi o primeiro que a Companhia fundou em todo o mundo. Inicialmente, desde 1542, esteve localizado em edifício situado na Couraça dos Apóstolos (designação que advém do facto de ali terem estado instalados os primeiros jesuítas). Só em 1547 se iniciou a obra do edifício definitivo que abrangia a área delimitada pelo largo da Feira, largo Marquês de Pombal, a rua do Cirurgião Inácio e o Arco do Bispo. Neste espaço estiveram contíguos o Colégio das Artes, dirigido pelos jesuítas a partir de 1555, e o Colégio de Jesus. Por largo tempo decorreram as obras, tendo sido inaugurado apenas em 1698, no dia do fundador da Companhia de Jesus, Inácio de Loyola (31 de julho). Aqui se formaram, com elevado nível educacional, caracterizado por uma vasta cultura científica e literária, os missionários jesuítas do oriente e do ocidente.

FD: Colégio de Jesus de Coimbra; Coleção de pergaminhos

AUC - IV-3.^a-Gav. 4 – mc. 1 – n.º 10

Escritos em Coimbra, traduzidos na China

CONIMBRICENSES - Commentarii Collegii Conimbricensis Societatis Iesu in tres libros de Anima, Aristotelis Stagiritae. Conimbricae : typis et expensis Antonij à Mariz, 1598.

Conimbricenses é o nome de um coletivo de tradutores e comentadores das obras de Aristóteles do curso de Filosofia do Colégio das Artes de Coimbra. As edições *principes* foram editadas em Coimbra e Lisboa entre 1592 e 1606. Os textos fixados pelos *Conimbricenses* conheceram uma grande difusão na Europa, a partir da rede de escolas dirigidas pelos jesuítas. Este volume dedicado à Alma, *De Anima*, foi “traduzido” (ou, melhor, adaptado) para língua chinesa (*Lingyan lishao*), como outros: o *De Caelo* (*Huanyou Quan*), o *De Generatione et Corruptione* (*Kongji Gezhi*, primeiro volume) e o *Parva Naturalia* (segundo volume).

BGUC V.T.-18-10-15



43

Clavius, estudante conimbricense

CLAVIUS, Christoph, 1538-1612 - In Sphaeram Ioannis de Sacro Bosco commentarius, nunc tertio ab ipso auctore recognitus, & perlisque in locis locupletatus ... Venetiis : apud Ioan. Baptistam Ciotum Senensem, 1591.

Clavius introduziu o estudo da matemática e astronomia na Companhia de Jesus. Nesta obra (p. 441) descreve um eclipse total do Sol que observou em Coimbra, em 1559, enquanto estudante. Com efeito, o famoso matemático jesuíta alemão foi estudante do Colégio das Artes de Coimbra antes de ir para Roma, onde viria a ser o mais respeitado astrónomo do seu tempo, amigo de Kepler e de Galileu e um dos autores do calendário gregoriano.

BGUC 4 A-28-1-8

44

Borri, professor e astrónomo

BORRI, Cristoforo, 1583-1632 - Collecta astronomica, ex doctrina P. Christophori Borri... De tribus caelis... iussu, et studio... D. Gregorii de Castelbranco. Ulysipone : apud Matthiam Rodrigues, 1631.

O milanês Cristoforo Borri (ou Cristóvão Bruno, como também foi conhecido em Portugal), fez observações astronómicas com telescópio, lecionou astronomia em Coimbra (1627-1631), divulgando as observações de Tyge Brahe, Scheiner e Galileu, e terá aqui mandado executar as gravuras para esta sua obra, só editada alguns anos mais tarde, em Lisboa. Há disso evidência, pois Borri cedeu provas de algumas destas imagens a um aluno, que as colou numa “sebenta” conservada no fundo dos manuscritos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (Ms. 44). A publicação deste livro, causou celeuma e determinou o abandono forçado de Borri das fileiras da Companhia.

BGUC RB-34-10

Ensino da Matemática e Astronomia



A Matemática e a Astronomia ocuparam um lugar de destaque no ensino dos jesuítas, apesar das resistências que isso criou. Nos séculos XVII e XVIII, criaram observatórios astronômicos nos seus colégios, equipados com os melhores instrumentos, onde realizavam observações astronômicas rigorosas. Desta forma, os jesuítas contribuíram para a divulgação e construção de instrumentos científicos em Portugal, entre os quais os primeiros telescópios.

Lente de telescópio

Lente biconvexa ou plano-convexa, cinza-esverdeado, de raio de curvatura considerável, que terá pertencido a um telescópio de refração de tubo longo ou a telescópio aéreo. Foi manufaturada em Génova, 1716, e oferecida pelo construtor genovês Antonio Degola a Francesco Bianchini (1662-1729), astrónomo, historiador e secretário da Congregação do Calendário por nomeação do papa Clemente XI, seu protetor. A lente pode ter vindo para Portugal trazida por jesuítas ou através da relação de Bianchini com o seu mecenas D. João V. Em 1726, D. João V ofereceu a Bianchini um telescópio Newtoniano encomendado a Samuel Molyneux (1689-1728), possivelmente um dos primeiros telescópios refletores a chegar à Europa continental. Dois anos mais tarde, Bianchini dedicou a sua obra astronómica mais influente a D. João V, *Hesperii et phosphori nova phaenomena sive Observationes circa planetam Veneris*, um volume sumptuoso que contém a cartografia do planeta Vénus e que se destinava também a homenagear figuras históricas portuguesas.

Construtor João António Degola, Génova, 1716

MCUC

FIS. 1983



46

Óculo e luneta de Galileu

Caixa de buxo com duas pequenas lunetas ou telescópios muito elementares que levariam um par de lentes cada um, uma objetiva convergente e ocular divergente. A luneta era destinada a observar objetos muito afastados, como os astros.

Construtor desconhecido, Gabinete de Física, século XVIII

MCUC

FIS.0484, FIS.0760



46

47

Astrolábio astronómico

Este astrolábio ou nocturlábio em latão era utilizado principalmente como relógio, determinando-se com ele as horas de dia pela altura do Sol, e as horas à noite pela situação da Ursa Menor no seu movimento em torno da polar.

Construtor desconhecido, século XVII

MCUC

AST.I.194



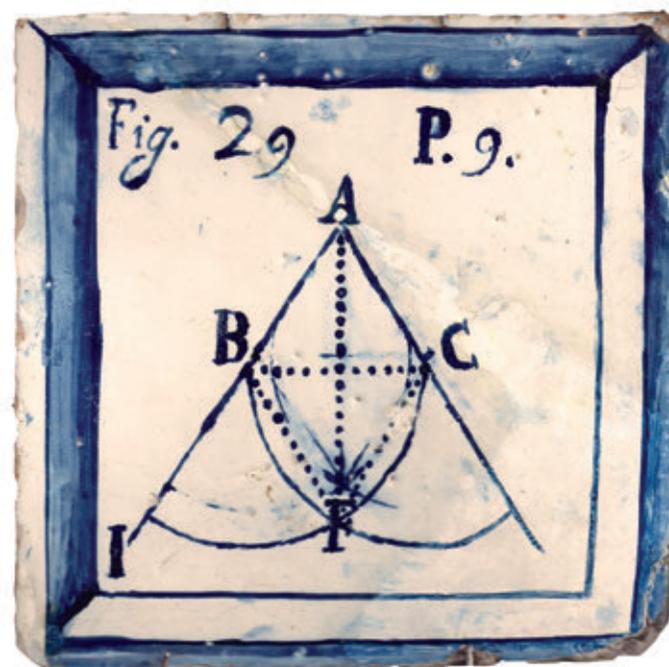
47

48

Azulejos para o ensino

Os jesuítas terão encomendado e utilizado azulejos destinados a auxiliar os seus alunos na aprendizagem da Matemática, Física e Astronomia no final do século XVII e início do século XVIII, constituindo um conjunto único no mundo. Os azulejos para o ensino da Matemática reproduzem diagramas geométricos retirados da obra de Euclides, *Os Elementos*, possivelmente a partir da edição do jesuíta e matemático belga André Tacquet, publicada pela primeira vez em 1654.

Dado um ângulo rectilíneo (IAL) dividi-lo pelo meio. Livro I, Proposição 9
Colecionador privado



48

49

Manual jesuíta dos teoremas de Euclides

TACQUET, André, 1612-1660 - Elementa geometriae planae ac solidae. Quibus accedunt selecta ex Archimede theoremata... Editio tertia correctior. Antuerpiae: apud Iacobum Meursium, 1672.

É possível que fosse deste exemplar da Biblioteca da Universidade que foram arrancadas as folhas de estampas que serviriam de modelo aos oleiros que produziram os “azulejos matemáticos” para o Colégio de Jesus. Pelo menos, este exemplar encontra-se hoje mutilado de todas as folhas de estampas e sabe-se como os jesuítas tinham, nesta época, forte ascendente sobre os “guardas da Livraria” da Universidade.

BGUC 4 A-14-27-11

50

Compasso de proporção em marfim

Compasso de proporção, em marfim e eixo de metal. As hastes são graduadas em ambas as faces. Este instrumento matemático simplificou e resolveu numerosos problemas de cálculo aritmético, sendo utilizado em cartografia, topografia e arte militar.

Construtor desconhecido, século XVIII

MCUC

AST.I.196



51

Estojo de matemática e desenho

Caixa de madeira e embutidos de metal, com três compartimentos. Contém utensílios matemáticos, como compassos e outros acessórios com pegas de marfim, e material de desenho e pintura.

Construtor desconhecido, século XVIII-XIX

MCUC

FIS.0505

52

Prima tonsura de Belchior Nunes Barreto (S.J.)

1533, março, 8, Braga - Carta de prima tonsura e ordens menores concedidas a Belchior Nunes Barreto por D. André de Torquemada, bispo de Dume. Pergaminho apresentando uma tira, também em pergaminho, para aposição do selo pendente, já desaparecido.

O padre Belchior Nunes Barreto foi o primeiro jesuíta a missionar na China, em 1555, fundando a missão de Cantão. Nasceu no Porto, em 1520, sendo filho de Fernando Nunes e Isabel Ferraz. Estudou na Universidade de Coimbra, doutorando-se em cânones, em 1543.

Coleção de Pergaminhos de Cartas de Ordens, n.º 17

AUC – IV-3.^a-Gav. 28 - n.º 17



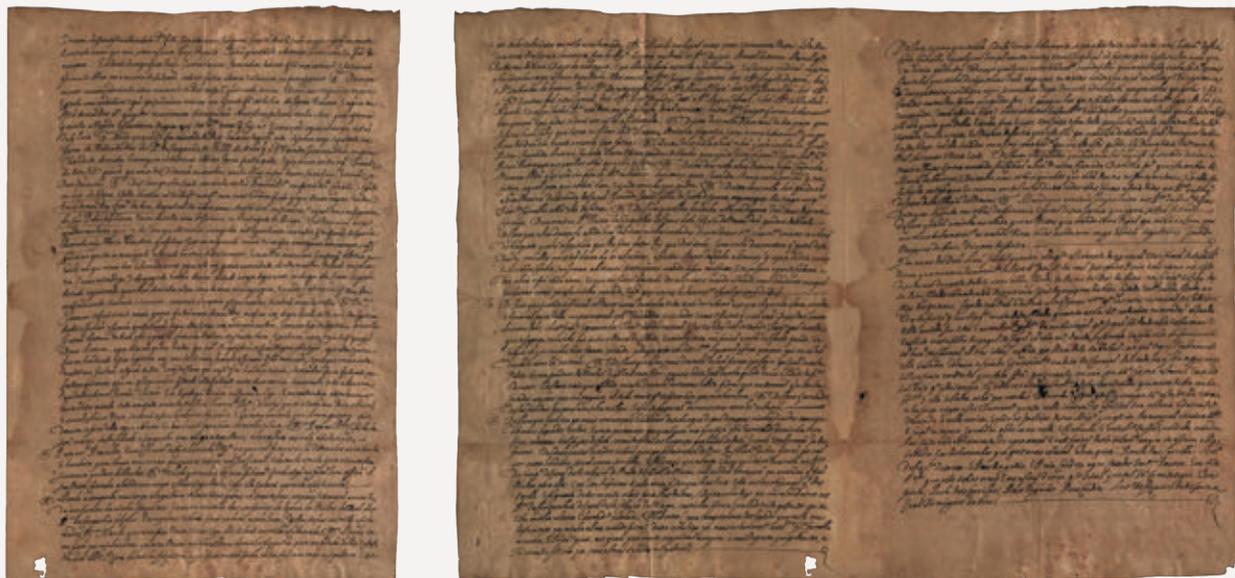
52

A construção da igreja de S. Paulo, em Macau

1626, agosto, 8 - Testamento de João Domingues de Abreu, redigido na *Cidade do Nome de Deus da China* [i.é Macau], pelo qual faz doação dos seus bens aos padres do Colégio de Jesus de Macau. Este documento utiliza como suporte material o papel de arroz.

O testamento tem a particularidade de referir que metade dos bens legados se destinava às despesas das obras da frontaria da igreja de S. Paulo, em Macau. Na sequência de um incêndio em 1835, que devastou o edifício, o que resta hoje dessa igreja é a frontaria.

AUC - IV-3.^a – Gav. 20A- mc. 2 – n.º30



54

A ruína

FRONTISPÍCIO da Igreja de S. Paulo em Macau [Visual gráfico]. [Lisboa] . Lith. de Manuel L. da Costa, [ca. 1835-1850].

Grande litografia da fachada da igreja do Convento de S. Paulo, em Macau, talvez depois do incêndio de 1835. A Igreja de São Paulo foi construída pelos jesuítas em Macau, em 1565, anexa ao Colégio de São Paulo. Esta instituição foi fundada em 1594 com o objetivo de preparar os missionários jesuítas, lecionando disciplinas como Matemática, Astronomia, Latim, Português e Chinês.

BGUC Col. de Estampas, sem cota

55

O estado das ciências na China

SEMEDO, Álvaro, S.J., 1586-1658 - *Relatione della grande monarchia della China*. Romae : Hermannus Scheus, 1643.

No capítulo 2 desta obra (*Delle Scienze*), o jesuíta Álvaro Semedo dá conta do estado das ciências na “grande monarquia da China”. O original português chegou à mão de Manuel Faria e Sousa, que o traduziu em castelhano e publicou. A primeira edição é de Madrid (1642), mas esta edição italiana, de Roma (1643), parece ter sido acompanhada de perto pelo autor.

BGUC V.T.-8-2-4

56

Ábaco

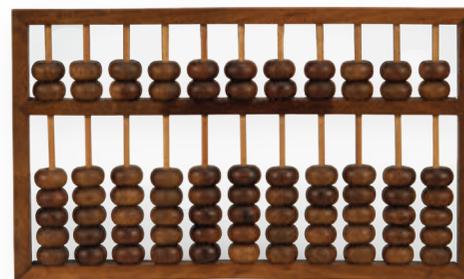
Instrumento usado para operações de cálculo, formado por uma caixa de madeira seccionada em duas partes desiguais, com onze montantes verticais contendo esferas amovíveis em séries de cinco e duas unidades.

Designação local *Chun-chi-sap-iat-bong-siun-pun*

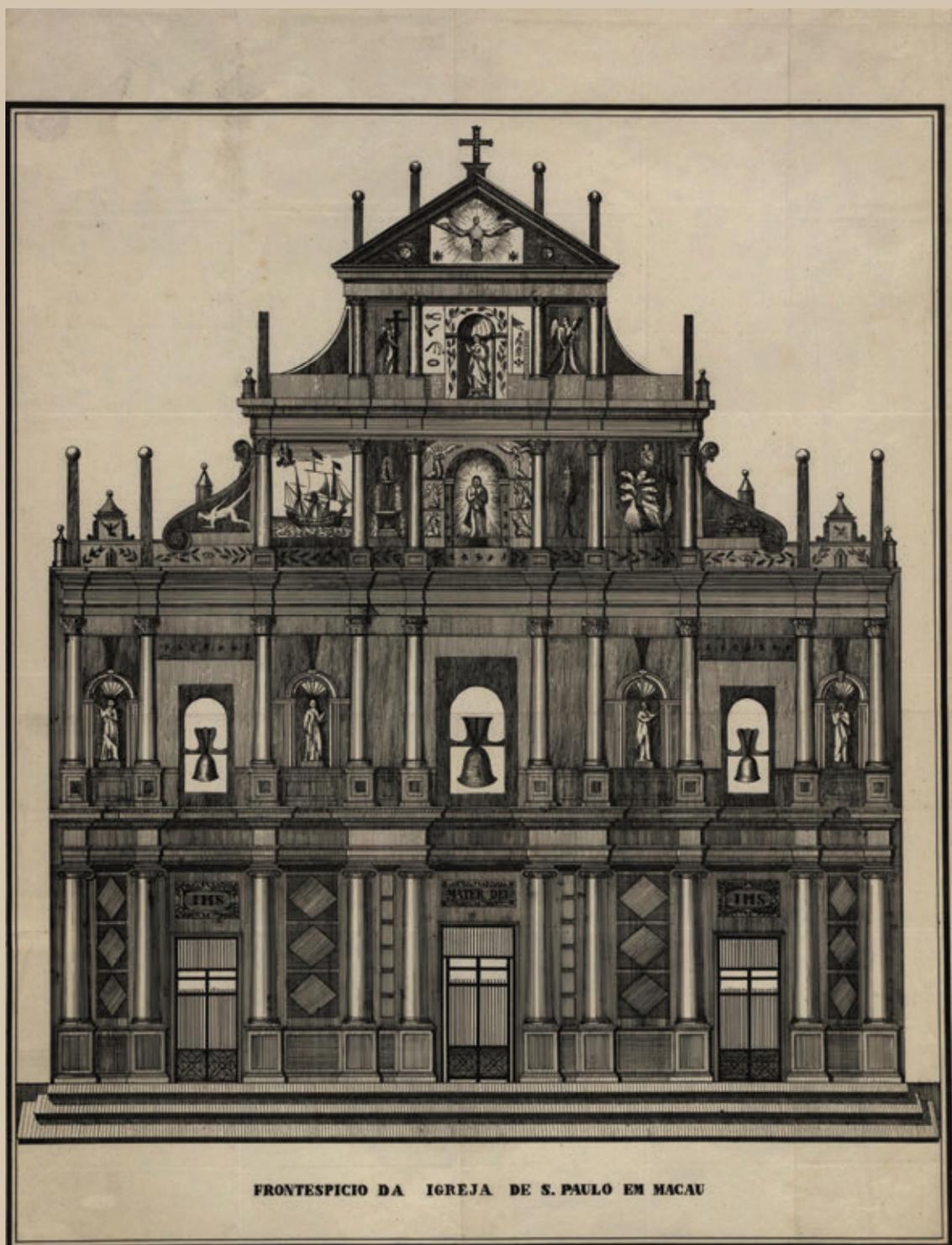
Cantão, Recolha de José Alberto Corte Real, 1880

MCUC

ANT.M.336



56



FRONTESPICIO DA IGREJA DE S. PAULO EM MACAU

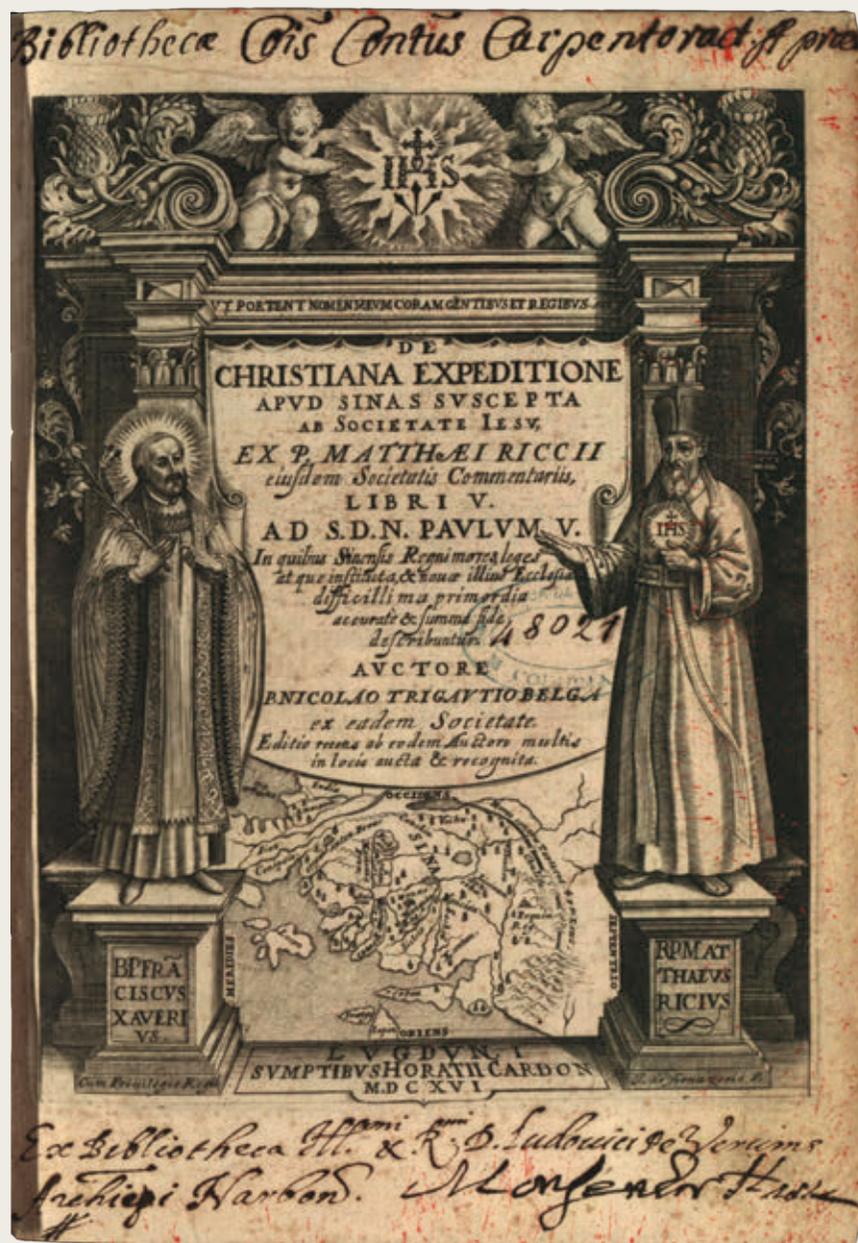
Arch. de S. Paulo da Cidade de S. Paulo, 1750

O fundador do primeiro colégio jesuíta de Pequim

TRIGAULT, Nicolas, 1577-1628 - De christiana expeditione apud sinas suscepta ab Societate Iesu. - Editio recens ab eodem Auctore multis in locis aucta recognita. Lugduni : sumptibus Horatii Cardon : [ex typographeio Ioannis Iullieron], 1616.

Escrita por Nicolas Trigault sobre o manuscrito italiano de Ricci, pode considerar-se a grande obra deste, escrita depois de 27 anos de permanência na China. Apresenta uma larga panorâmica do país, informada e geralmente benévola e admirativa. Acerca das crenças chinesas, observa com acerto que os ensinamentos de Confúcio (*Kong Fuzi*) são de natureza moral e não religiosa, preferindo salientar no budismo as suas semelhanças com o cristianismo.

BGUC 1-8-3-206



O Padre Verbiest ganha uma competição

KEPLER, Johannes, 1571-1630 - *Tabulae Rudolphinae... Ulmae : typis, numericis propriis, caeteris & praelo Jonae Saurii; [Sagan] : [typis Saganensibus], 1627-[1629].*

Na sequência de erros detetados no calendário de 1670, o imperador Kangxi organizou um teste público para comparar os méritos da astronomia europeia e chinesa, que opôs o jesuíta Ferdinand Verbiest ao astrónomo chinês Yang Guangxian. O teste consistia em fazer três previsões para uma determinada data: o comprimento da sombra projetada por um gnómon ao meio-dia, as posições absolutas e relativas do Sol e dos planetas e a hora exata de um eclipse lunar. Baseando-se em observações com o telescópio e nas últimas atualizações das *Tabelas Rudolfinas*, usadas na previsão das posições das estrelas e dos planetas, Verbiest venceu o desafio, corrigindo o calendário e ocupando o cargo de diretor do Observatório Astronómico de Pequim.

BGUC 3-15-4-3

58

Gravado por um amigo de Kepler, Wilhelm Shickard, o frontispício das *Tabulae Rudolphinae* representa a construção do templo de Urânia (Astronomia), com os antigos astrónomos nas colunas que sustentam o conhecimento dos astros; Kepler aparece na base a fazer cálculos num pano de uma mesa; no topo, a águia imperial de Habsburgo deixa cair algumas moedas que irão financiar a investigação e algumas vão cair na mesa de Kepler; o instrumento que aparece junto a Tycho Brahe é um quadrante munido do nónio de Pedro Nunes tal como um que Tycho Brahe construíra. Assinado por “Georg. Cöler sculpsit Norimbergae A.º 1627”



Astronomia na China

Através dos vastos conhecimentos que revelaram em diferentes áreas do saber (Matemática, Astronomia, Geografia e Cartografia), os missionários jesuítas conquistaram o respeito dos chineses e do imperador. Johann Adam Schall von Bell e Ferdinand Verbiest ocuparam cargos de direção do Observatório Astronómico de Pequim e presidente do Tribunal das Matemáticas. Verbiest foi também encarregue de reconstruir e reequipar o referido Observatório, onde ainda se encontram muitos dos instrumentos astronómicos introduzidos pelos europeus.

59

Astrolábio

Astrolábio de latão composto pela aranha com 22 apontadores de estrelas e dois discos gravados em ambas as faces para as latitudes, um de 51° e 53° e o outro de 41° e 43°. Este instrumento permite determinar a altura do Sol acima do horizonte e a sua trajetória, a declinação e latitude do lugar, a hora média solar local, a hora do nascimento e ocaso, a duração do dia, da noite e dos crepúsculos.

Construtor desconhecido, século XVI

MCUC

AST.I.001

60

Armila ou anel astronómico

Armila em latão constituída por dois anéis. É um instrumento que permite tomar a hora solar, bem como determinar a altitude meridiana do sol. A altura do Sol é determinada colocando uma agulha de sombra no orifício existente no anel exterior. Fechando-se em seguida a armila e colocando-a na direção do sol, a sombra da agulha indica a altura do sol na respetiva escala.

Construtor Nairne & Blunt, fim do século XVIII

MCUC

AST.I.058



61

Esfera celeste

Esfera celeste em jaspe, num suporte de madeira torneada. Apresenta gravados dois círculos meridianos perpendiculares, o equador, a eclíptica e os paralelos dos trópicos com escalas. A eclíptica tem igualmente marcados os símbolos do zodíaco.

Construtor desconhecido, anterior a 1810

MCUC

AST.I.020



62

Notícias de Pequim para Coimbra

1692, julho, 20, Pequim - Cópia da carta aos padres da Companhia de Jesus do Colégio de Coimbra.

Tomás Pereira (1645-1708), jesuíta português, foi um dos missionários que conquistou a confiança e se tornou mais próximo do Imperador Kangxi, contribuindo para a publicação do Édito da Tolerância em 1692. Nesta carta dirigida ao Colégio de Coimbra, escrita em 15 de junho de 1692, Tomás Pereira dá conta da publicação desse decreto, pelo qual o imperador concedia liberdade aos missionários para pregarem a fé cristã e aos chineses para se converterem e professarem a religião católica.

BNP, Reservados, cód. 11356, fls, 139-145

Tianwenlüe de Manuel Dias

Manuel Dias (1574-1659) estudou filosofia no Colégio Jesuíta de Coimbra e terá chegado a Macau em 1604-1605, entrando na China em 1610-1611. Em 1623, juntamente com Niccolò Longobardo, construiu um globo terrestre com dados muito atualizados, melhorando a informação geográfica que já estava disponível nos mapas de Ricci.

A sua obra *Tianwenlüe*, publicada em língua chinesa em 1615, sumariza o conhecimento cosmográfico e astronómico europeu na forma de perguntas e respostas. Teve a particularidade de apresentar pela primeira vez em chinês uma descrição das observações telescópicas realizadas por Galileu em 1609-1611, constituindo um notável exemplo da transmissão rápida e eficaz de informação através da rede da Companhia de Jesus. [Imagem]

Modelo do telescópio de Galileu

Usando um telescópio que ele próprio construiu, Galileu realizou uma série de observações astronómicas, entre 1609 e 1611, que viriam a originar um debate cosmológico e a revolucionar a ciência, pese embora a condenação pela Inquisição romana de algumas das suas propostas. Parte destas observações foram publicadas no *Sidereus Nuncius* (1610), a primeira obra científica de astronomia baseada em observações realizadas com o telescópio, que foi recebida com grande interesse. Galileu teve o apoio de matemáticos e astrónomos jesuítas do Colégio Romano, que confirmaram e validaram as suas observações. Apesar disto a sua obra foi tardiamente divulgada em Portugal e, a partir de 1633, alguns dos seus textos foram colocados no *Index* dos livros proibidos.

Construtor Pendulum, Barcelona, 2009

MCUC

Cultura

*A influência chinesa no gosto
e na cultura material*

Os contactos entre portugueses e chineses na Ásia permitiram a receção de muitas tradições orientais, que chegaram a Portugal através dos primeiros viajantes do século XVI e, posteriormente, se difundiram pela Europa. Esta história foi pautada pela troca de conhecimentos, produtos e cultura, em parte promovida pelo desenvolvimento de relações geralmente harmoniosas entre os dois países. O estabelecimento de Macau como entreposto comercial, em 1557, intensificou o comércio entre europeus e chineses, com chegadas e partidas regulares de barcos portugueses, que constituíam o motor da difusão de gostos e hábitos.

A cultura milenar do chá foi disseminada na Europa por portugueses, sendo a rainha D. Catarina de Bragança (1638-1705)

a difusora do seu consumo na corte inglesa, na sequência do seu casamento com Carlos II de Inglaterra (1662).

As laranjas da China (doces, por oposição às amargas já existentes na Europa) também foram introduzidas na Europa pelos portugueses. Próximo de Coimbra, em Tavadede (atual concelho da Figueira da Foz), existiam já, no século XVII, grandes laranjais, sobre os quais se aplicava o imposto designado “dízimo das laranjas da China”, naquelas que eram, então, propriedades do cabido da Sé de Coimbra.

O transporte e a encomenda de produtos chineses, como os milhares de peças de porcelana, entre os séculos XVI e XIX, introduziram novos usos e costumes, provocando alterações no gosto e na estética em Portugal e na Europa. Desde a segunda metade de Quinhentos, assistiu-se às primeiras imitações dos



motivos e temas decorativos chineses patentes na produção de faianças pintadas a azul e branco realizadas em Lisboa, com elevadas produções anuais destinadas ao consumo interno e à exportação para o norte da Europa. A pintura lacada em charão e o douramento com *chinoiserie* disseminar-se-ia também na Europa, sendo Coimbra um bom exemplo da assimilação cultural deste gosto orientalizante, evidenciado na Biblioteca Joanina e no órgão da capela da Universidade. Outros produtos originários da China como a seda, o arroz, a cânfora e o anis, alcançaram grande aceitação e contribuíram para consolidar as trocas culturais.

No final do século XIX, a Universidade de Coimbra, através do seu professor de botânica, Júlio Henriques, adquiriu uma

magnífica coleção representativa de produtos chineses de origem vegetal (proveniente de Macau) para integrarem o Museu Botânico. Através do secretário-geral do governo macaense, José Alberto Corte Real, foram coligidas e enviadas para o Museu duas remessas de matérias-primas, espécimes naturais e extratos vegetais, assim como um vasto conjunto de objetos etnobotânicos e artefactos reveladores de hábitos quotidianos chineses.

Da arte aos costumes tradicionais, este núcleo propõe um breve périplo, com recurso aos acervos documentais, bibliográficos e museológicos da Universidade de Coimbra, evidenciando o acolhimento da cultura oriental e as suas diversas materializações no quotidiano dos europeus.

Porcelana chinesa

O fabrico da porcelana teve origem na China, possivelmente durante a dinastia Han (206 A.C.-220 D.C.).

O crescimento da importação do chá pela Europa a partir do século XVI fomentou o comércio de utensílios relacionados com o seu consumo (bules, chávenas e pires), sendo a porcelana o material de eleição e muito apreciada. Deste modo, a produção de porcelana para exportação na China sofreu um grande impulso e adaptou-se às exigências e ao gosto europeu.

A porcelana da dinastia Ming até ao século XVII era pintada apenas a azul de cobalto, mas no período Kangxi (1662-1720) introduziram-se novas cores, formatos e temas decorativos, por vezes baseados em modelos enviados da Europa.

65

Garrafa

Garrafa com decoração típica da porcelana *kraak* branca, decorada a azul-cobalto sob o vidrado, com cavalos galopando entre chamas, alternando com flores separadas por bandas sugerindo bambu. Fornos de Jingdezhen, província de Jiangxi, Dinastia Ming, período Wanli (1573-1619), 1ª metade do século XVII

MMC

nº inv. 136C



66

Taça

Taça de porcelana branca decorada a azul-cobalto sob o vidrado. O interior é decorado com uma paisagem montanhosa com pagodes, pavilhões e árvores, e o exterior encontra-se preenchido por flores de lótus e outras plantas aquáticas.

Fornos de Jingdezhen, província de Jiangxi, Dinastia Ming (1368-1644), 3º quartel do século XVI

MMC

nº inv. 157



67

Pote

Pote em porcelana branca com decoração a azul de cobalto sob o vidrado, repartida por três registos separados por círculos concêntricos. Junto da base, apresenta um friso de painéis estilizados e no bojo quatro grandes painéis com rochedo e plantas com flores.

China, Dinastia Ming, período Wan Li (1573-1619)

MNMC

MNMC7030

68

Prato

Prato em porcelana branca decorada a azul-cobalto sob o vidrado, com uma ave pousada junto a um lago, símbolos auspiciosos, pêssegos e perlados ou pendentos de contas.

Fornos de Jingdezhen, província de Jiangxi, Dinastia Ming, período Wan Li (1573-1619)

MMC

nº inv. 20C

Faiança Portuguesa com *chinoiserie*

A grande procura e os valores elevados atingidos pela porcelana chinesa levaram diversos países europeus a tentar produzir porcelana ou cerâmica inspirada nos seus motivos decorativos. Em Portugal, a partir da segunda metade do século XVI, já se fabricavam faianças pintadas a azul e branco, designadas “porcelanas contrafeitas da China”.

69

Prato

Prato em faiança decorada a azul de cobalto sob vidrado. Tem como motivo principal, inscrito num medalhão, uma ave pousada numa rocha enquadrada por ramos floridos que criam uma paisagem exótica. A aba é decorada com triângulos e pentágonos concêntricos irregulares, contendo espirais.

Lisboa, 1º quartel do século XVII

MNMC

MNMC9512



Charão

A técnica de envernizamento com laca, designada charão, foi desenvolvida pelos chineses durante a dinastia Shang (ca. 1600–1046 A.C.) e mais tarde disseminada para a Coreia, Japão e Sul da Ásia. A laca utilizada consistia num verniz natural proveniente da seiva da árvore-da-laca (*Toxicodendron vernicifluum*) e era aplicada numa grande diversidade de objetos, especialmente mobiliário, instrumentos musicais, utensílios domésticos e peças decorativas. Ao longo do tempo, os chineses desenvolveram técnicas decorativas elaboradas, como a mistura da laca com cinábrio para produzir o tradicional charão vermelho, os embutidos a ouro e madrepérola, as superfícies de laca esculpida e a utilização de folhas de ouro e prata.

Através das rotas de comércio, o charão tornou-se muito popular na Europa durante o século XVII, originando diversas tentativas de imitação. Contudo, as técnicas de lacagem aplicadas pelos europeus eram diferentes das chinesas.

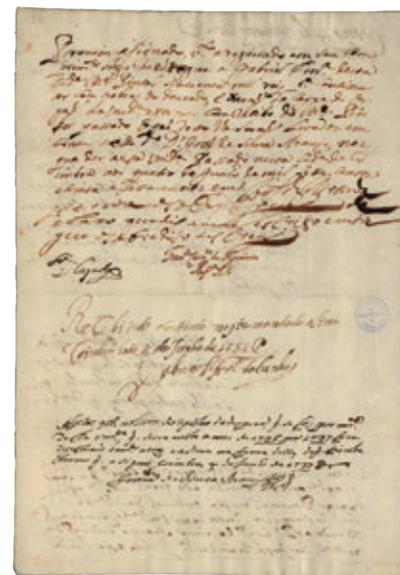
70

A pintura em “charão” do órgão da Capela da Universidade

1737, maio, 23 - Pagamento ao pintor Gabriel Ferreira da Cunha pelo trabalho de douramento e “charão” da caixa do órgão da Capela da Universidade de Coimbra.

A obra completa foi executada pela importância total de 215 mil réis, dos quais lhe foram, então, pagos 50 mil réis. Esta quantia serviria de adiantamento para a obra, uma vez que o contrato de obrigação da sua execução só seria redigido em 1 de junho de 1737, em presença do reitor da Universidade Francisco Carneiro de Figueiroa, pelo escrivão João de Miranda Pereira.

DC: Capela da Universidade: documentos relativos ao órgão
AUC - IV-1.ªE-2-5-1



71

“Chinoiseries” do órgão da Capela de S. Miguel, Universidade de Coimbra

Este órgão de tubos, de estilo barroco, foi construído entre 1732 e 1733. O instrumento destinava-se a servir na liturgia cerimonial na Capela, com o atributo de “capela real”, nas festividades e no ensino da música na Universidade. A sua caixa foi decorada em 1737 por Gabriel Ferreira da Cunha, que foi também o arquiteto e mestre entalhador que dirigiu o trabalho de talha barroca. Apresenta uma pintura polícroma, com predominância do dourado, sobre fundo vermelho, inspirada em motivos chineses. [Imagem]



71

72

O “acharoadado” da Biblioteca Joanina

1723, agosto, 28 - Escritura de obrigação feita por Manuel da Silva, “mestre pintor”, morador em Coimbra, para o douramento das casas da Livraria (i. e. Biblioteca Joanina), com descrição da obra a realizar, pela qual lhe seria pago o valor ajustado de três mil cruzados e oitenta mil réis. O contrato foi realizado em presença do vice-reitor Manuel Borges Cerqueira.

A Biblioteca Joanina da Universidade de Coimbra foi construída entre 1717 e 1728, sob a égide de D. João V, e é uma das mais notáveis bibliotecas europeias em estilo barroco. As suas paredes estão cobertas por estantes lacadas de vermelho, verde-escuro e negro, com decorações de motivos chineses em dourado executadas por Manuel da Silva, entre 1723 e 1727.

SR: Livros de Escrituras da Universidade, vol. 43, liv. 3, fl. 66-68
AUC - IV-1.ªE-14-1-45



72

O testamento do Doutor Francisco Montanha

1825, outubro, 8 - Certidão do testamento do Dr. Francisco António Duarte da Fonseca Montanha Oliveira e Silva que foi por si redigido em 10 de março de 1825. Dispondo dos seus bens, este juiz desembargador, que foi também vice-reitor da Universidade (1809-1813), instituiu seu herdeiro e testamenteiro o cónego Jerónimo Saraiva de Figueiredo, ao qual legou, entre outros objetos pessoais, o mobiliário de sua casa, referindo também “*três tabuleiros acharoados*”. Os tabuleiros de charão eram objetos de particular interesse, figurando entre o recheio das casas mais abastadas.

Este vice-reitor era sobrinho do padre José Montanha, que foi missionário no oriente e coligiu muita documentação sobre as missões jesuíticas na Ásia, hoje existente na Biblioteca da Ajuda.

SR: Processos de professores: SILVA, Francisco António Duarte da Fonseca Montanha Oliveira e
AUC - IV-1.ªD-8-4-307

Chá

O chá é preparado através da infusão de folhas da planta do chá, *Camellia sinensis*, uma espécie originária do sul da China e nordeste da Índia, pertencente à mesma família das camélias. O consumo de chá teve origem na China, durante a dinastia Han (206 A.C. a 220 D.C.), e teve um crescimento acentuado com a dinastia Tang (618-907), expandindo-se o seu consumo e cultivo para a Coreia e o Japão. Os portugueses terão estado entre os primeiros europeus a contactar com o chá, através das rotas comerciais estabelecidas com a China e o Japão no século XVI.

Os jesuítas portugueses contribuíram de forma assinalável para a divulgação na Europa e rapidamente o seu comércio floresceu com os holandeses e ingleses nos séculos XVII e XVIII. Atualmente, a planta do chá é cultivada em diversas regiões tropicais e subtropicais do mundo, sendo o arquipélago dos Açores o único local da Europa com plantações de chá desde 1750.

74

Amostras de chá da China

Frascos com amostras de chá provenientes de diversos locais da China, apresentando etiquetas em chinês e português. As folhas de *Camellia sinensis* podem dar origem a chás muito diversos, dependendo das condições de cultivo, colheita e processamento. China, Recolha de José Alberto Corte Real, 1880

MCUC

BOT.00818.1 a BOT.00818.9



75

Modelo de planta do chá

Modelo de ramo florífero da planta do chá, *Camellia sinensis*. Realizado à escala real, em tecido sobre uma estrutura base de metal, reproduz na perfeição a planta natural com fins didáticos. *Flora Artefacta*, Jauch-Stein, Breslau

MCUC

BOT.000816

76

Bule

Bule de cerâmica, pintado a azul, introduzido num estojo de bambu entrançado e almofadado no interior, que consiste numa espécie de termo destinado a manter o chá quente.

Designação local *Tchá ló*

Macau, Recolha de José Alberto Corte Real, 1880

MCUC

ANT.M.91



O serviço de porcelana chinesa de D. Francisco de Lemos

1822 - Inventário do espólio da Mitra de Coimbra, feito após o falecimento de D. Francisco de Lemos e elaborado por ordem do Dr. José Correia Godinho, juiz de fora de Coimbra.

Ao elencar os bens localizados no Paço Episcopal, é referida a louça da copa (fl. 13v) sendo mencionados serviços de chá, entre os quais figura “um serviço de chá chins”. Trata-se de um conjunto muito completo, incluindo peças destinadas à degustação de café e chocolate: “duas cafeteiras, dous bulles, hum assucareiro, huma tigella de lavar, huma leiteira [...] chicaras com aza de chafe, e chicollate vinte duas, e dittas redondas sem aza doze [...]”.

FD: Mitra Episcopal de Coimbra; SR: Inventários, mç.8
AUC - II- 2.-ªE-2-5-24

O consumo de chá no Mosteiro de Santa Maria de Semide

1851, junho a setembro - Registo das despesas do Mosteiro de Santa Maria de Semide, sendo abadessa D. Maria Vitorina de Almeida Valente e escritã D. Maria da Conceição.

De acordo com este registo verifica-se, em todos os meses, a despesa com a aquisição de chá, reveladora do consumo assíduo deste produto por parte das religiosas beneditinas.

FD: Mosteiro de Santa Maria de Semide; SR: Livros de receitas e despesa, 1850-1853, fl. 24v-25

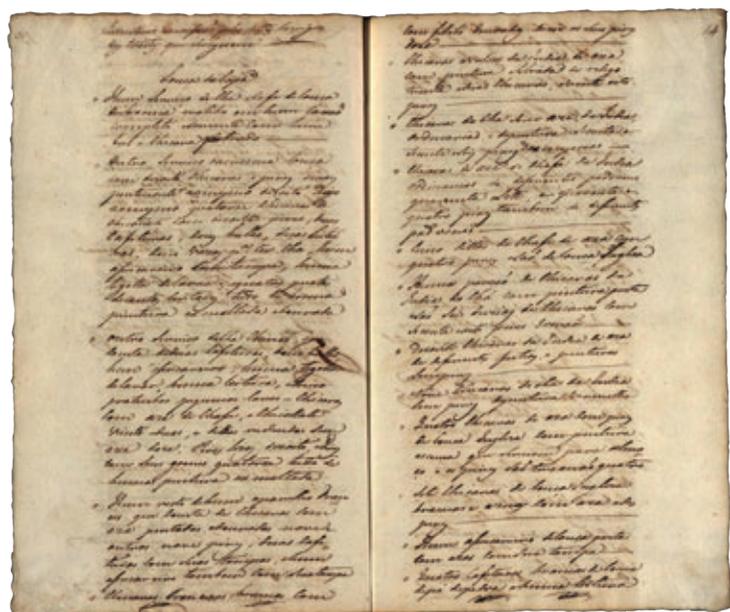
AUC - III-1.ªD-12-3-9

A difusora do hábito de beber chá, em Inglaterra

[Retrato de D. Catarina de Bragança, 1638-1705]. [Visual gráfico]. In: [Original documents relating to Charles II], 1660-1697. 1 álbum.

D. Catarina de Bragança, rainha consorte de D. Carlos II de Inglaterra, terá difundido e popularizado o hábito de beber chá em Inglaterra. O seu retrato existe em diversas gravuras de época incluídas numa notável e inédita coleção de autógrafos, adquirida em leilão para a Biblioteca Geral. O álbum contém também autógrafos e retratos de Carlos II de Inglaterra e de outras personagens da sua corte, portuguesas, espanholas, inglesas e irlandesas.

BGUC Cofre 45





Catherine of Braganza.

London, Henry Colburn, 1851.

Seda

Os chineses terão começado a produzir seda a partir da fibra dos casulos dos bichos-da-seda (*Bombix mori*) cerca do terceiro milénio A.C., mantendo em segredo o processo de fabrico. A seda era considerada um produto muito valioso, e era uma das principais mercadorias comercializadas ao longo da rota da seda, estabelecida no século I A.C. Esta importante rede de comércio do mundo antigo ligou o Sul da Ásia à Europa e ao Norte e Este de África até ao século XV, deixando de ser utilizada na sequência da desintegração do império mongol.

O desejo de manter o comércio direto com o Oriente foi um dos principais fatores que levou os portugueses a tentar alcançar a Índia e a China através de uma rota alternativa por mar. No século XVIII, o Marquês de Pombal incentivou o desenvolvimento da indústria da seda em Portugal.

80

Amostra de seda

Amostra de seda de cor verde, com motivos florais estampados, para confeccionar cabaias de mulher e forros.

Lom-cong, Recolha de José Alberto Corte Real, 1880

MCUC

ANT.M.227

81

Amostras de fios de seda

Dois frascos contendo amostras manufaturadas de meadas de seda de retrós branco, creme e cinza, usadas para costurar e para confeccionar flores. Ilustram a comercialização deste produto em Macau a preços que eram muito inferiores aos praticados naquela época no Reino.

Cantão, Recolha de José Alberto Corte Real, 1880

MCUC

ANT.90.10.270, ANT.90.10.272

82

Teses académicas em seda

1717, abril - Despesas da impressão de teses em seda, no Colégio de Jesus de Coimbra. Estamos em presença dos registos de pagamento aos compositores da imprensa: Domingos Ferreira, José Ribeiro, José Rodrigues e Manuel Pires. Podem ler-se alguns exemplos de impressões em seda, nomeadamente, as designadas conclusões, de diversos estudantes que ficaram no anonimato.

No século XVIII era vulgar a impressão de teses de “conclusões” em seda. Estas peças, muitas vezes adaptadas a véus de cálice, eram dedicadas aos padroeiros dos locais de naturalidade dos estudantes. Alguns exemplares deram entrada em museus do país, como os existentes no Museu Abade de Baçal, em Bragança e no Museu de Alberto Sampaio, em Guimarães.

DC: Despesa geral da Imprensa do Colégio de Coimbra, 1716-1723, fl. 9

AUC- IV-1.ªE-5-5-5

Laranja-doce, *Citrus x sinensis*

Os citrinos são originários das zonas tropicais e subtropicais do continente asiático. A laranjeira-azedada (*Citrus aurantium*) foi introduzida na Península Ibérica pelos árabes no século X ou XI e diversos tipos de citrinos eram já conhecidos dos europeus em Quatrocentos. Na sequência dos descobrimentos marítimos, os portugueses terão trazido da China para a Europa uma nova variedade, a laranjeira-doce, cujos frutos se tornaram muito apreciados. O seu cultivo difundiu-se por todo o mundo e o papel de Portugal nesta difusão é ainda evidente no nome atribuído à laranjeira-doce em diferentes países (*portokal* - Bulgária e Turquia, *portokale* - Albânia, *portoghal* - Kurdistão, *portogales* - Grécia).

83

Modelo de laranja-doce

Modelo do fruto da laranjeira-doce, *Citrus x sinensis*, em cera.

MCUC

BOT.00710.1

84

O dízimo das laranjas da China, no couto de Tavadede

1688, agosto, 12 - Sentença dada no Auditório Eclesiástico de Coimbra, a favor do Cabido da Sé, contra João de Brito de Figueiredo morador no couto de Tavadede por uma dívida de 40 mil réis de dízimos das “laranjas da China”, de outros frutos e colmeias.

Nos terrenos de Tavadede, então couto do cabido da sé de Coimbra, foram plantados extensos laranjais dos quais se exportava laranja, para fora do país, nos séculos XVII e XVIII.

AUC- V - 3ª - Cofre-n.º 51

Arroz, *Oryza sativa*

O cultivo do arroz (*Oryza sativa*) ter-se-á iniciado na China, no Vale do Rio das Pérolas, há cerca de 9.000 anos, chegando à Península Ibérica por via árabe, por volta do século VIII. As primeiras referências escritas à cultura deste cereal em Portugal datam do reinado de D. Dinis (1279-1325), sendo a sua produção fortemente incentivada durante o reinado de D. José I (1750-1777).

85

Amostras de arroz da China

Frascos com amostras de arroz de primeira qualidade, qualidade intermédia e *pulú*. Estas variedades de arroz constituem exemplo das que eram comercializadas na época em Macau, assim como outros produtos seus derivados: vinho de arroz e massa de arroz. China, Recolha de José Alberto Corte Real, 1880-82

MCUC

BOT.01084.5, BOT.01084.6, BOT.01084.7



85

O arroz consumido pelos colegiais de S. Pedro

1582, junho, 29 e 30 - Registo de despesas de aquisição de arroz para o refeitório do Colégio de S. Pedro, da Universidade de Coimbra.

Atente-se no registo de despesa de 45 réis, pela aquisição de um arrátel e meio de arroz, em 6.ª feira e outro tanto no dia seguinte (sábado). Não estando datado este averbamento, foi inferida a sua data, pela análise dos registos anteriores.

Numa época em que o consumo do arroz ainda não estava muito divulgado, ele era já consumido em Coimbra, num colégio de elite, o Real Colégio de S. Pedro.

FD: Real Colégio de S. Pedro; SR: Livros de despesas (1581-1585), fl. 39

AUC- IV-1.ªE-7-5-18

quinta 27		de acquirir camadas	29
de bre des	10	de papiro	106
de ração de arroz 100	12	de selo de	118
de arroz	21		
de farinha	26	de ração de	121
de ração de ração de ração	14	de ração de ração	122
de ração de ração	22	de ração de ração	123
de ração de ração	16	de ração de ração	124
de ração de ração	10	de ração de ração	125
de ração de ração	10	de ração de ração	126
de ração de ração	10	de ração de ração	127
de ração de ração	10	de ração de ração	128
de ração de ração	10	de ração de ração	129
de ração de ração	10	de ração de ração	130
de ração de ração	10	de ração de ração	131
de ração de ração	10	de ração de ração	132
de ração de ração	10	de ração de ração	133
de ração de ração	10	de ração de ração	134
de ração de ração	10	de ração de ração	135
de ração de ração	10	de ração de ração	136
de ração de ração	10	de ração de ração	137
de ração de ração	10	de ração de ração	138
de ração de ração	10	de ração de ração	139
de ração de ração	10	de ração de ração	140
de ração de ração	10	de ração de ração	141
de ração de ração	10	de ração de ração	142
de ração de ração	10	de ração de ração	143
de ração de ração	10	de ração de ração	144
de ração de ração	10	de ração de ração	145
de ração de ração	10	de ração de ração	146
de ração de ração	10	de ração de ração	147
de ração de ração	10	de ração de ração	148
de ração de ração	10	de ração de ração	149
de ração de ração	10	de ração de ração	150
de ração de ração	10	de ração de ração	151
de ração de ração	10	de ração de ração	152
de ração de ração	10	de ração de ração	153
de ração de ração	10	de ração de ração	154
de ração de ração	10	de ração de ração	155
de ração de ração	10	de ração de ração	156
de ração de ração	10	de ração de ração	157
de ração de ração	10	de ração de ração	158
de ração de ração	10	de ração de ração	159
de ração de ração	10	de ração de ração	160
de ração de ração	10	de ração de ração	161
de ração de ração	10	de ração de ração	162
de ração de ração	10	de ração de ração	163
de ração de ração	10	de ração de ração	164
de ração de ração	10	de ração de ração	165
de ração de ração	10	de ração de ração	166
de ração de ração	10	de ração de ração	167
de ração de ração	10	de ração de ração	168
de ração de ração	10	de ração de ração	169
de ração de ração	10	de ração de ração	170
de ração de ração	10	de ração de ração	171
de ração de ração	10	de ração de ração	172
de ração de ração	10	de ração de ração	173
de ração de ração	10	de ração de ração	174
de ração de ração	10	de ração de ração	175
de ração de ração	10	de ração de ração	176
de ração de ração	10	de ração de ração	177
de ração de ração	10	de ração de ração	178
de ração de ração	10	de ração de ração	179
de ração de ração	10	de ração de ração	180
de ração de ração	10	de ração de ração	181
de ração de ração	10	de ração de ração	182
de ração de ração	10	de ração de ração	183
de ração de ração	10	de ração de ração	184
de ração de ração	10	de ração de ração	185
de ração de ração	10	de ração de ração	186
de ração de ração	10	de ração de ração	187
de ração de ração	10	de ração de ração	188
de ração de ração	10	de ração de ração	189
de ração de ração	10	de ração de ração	190
de ração de ração	10	de ração de ração	191
de ração de ração	10	de ração de ração	192
de ração de ração	10	de ração de ração	193
de ração de ração	10	de ração de ração	194
de ração de ração	10	de ração de ração	195
de ração de ração	10	de ração de ração	196
de ração de ração	10	de ração de ração	197
de ração de ração	10	de ração de ração	198
de ração de ração	10	de ração de ração	199
de ração de ração	10	de ração de ração	200

87

Garcia de Orta traduzido

ACOSTA, Cristóbal, ca. 1515-ca. 1592 - Tractado de las drogas, y medicinas de las Indias Orientales: con sus plantas debuxadas al biuo... Burgos : por Martin de Victoria, 1578.

Na sua obra *Colóquios dos simples e drogas e coisas medicinais da Índia*, Garcia de Orta descreve em detalhe as características, origem e propriedades terapêuticas de diversas plantas medicinais orientais, entre as quais se destaca a raiz da China, a cânfora, o ópio e o ruibarbo, entre outras. Este constitui o primeiro registo de plantas do Oriente realizado por um europeu. A tradução espanhola de Cristóvão da Costa (Burgos, 1578) foi uma das que lhe garantiu a imortalidade na Europa, referindo as novas plantas orientais descritas por Orta. Nas páginas 78-79, ilustra-se a “raiz da China”.

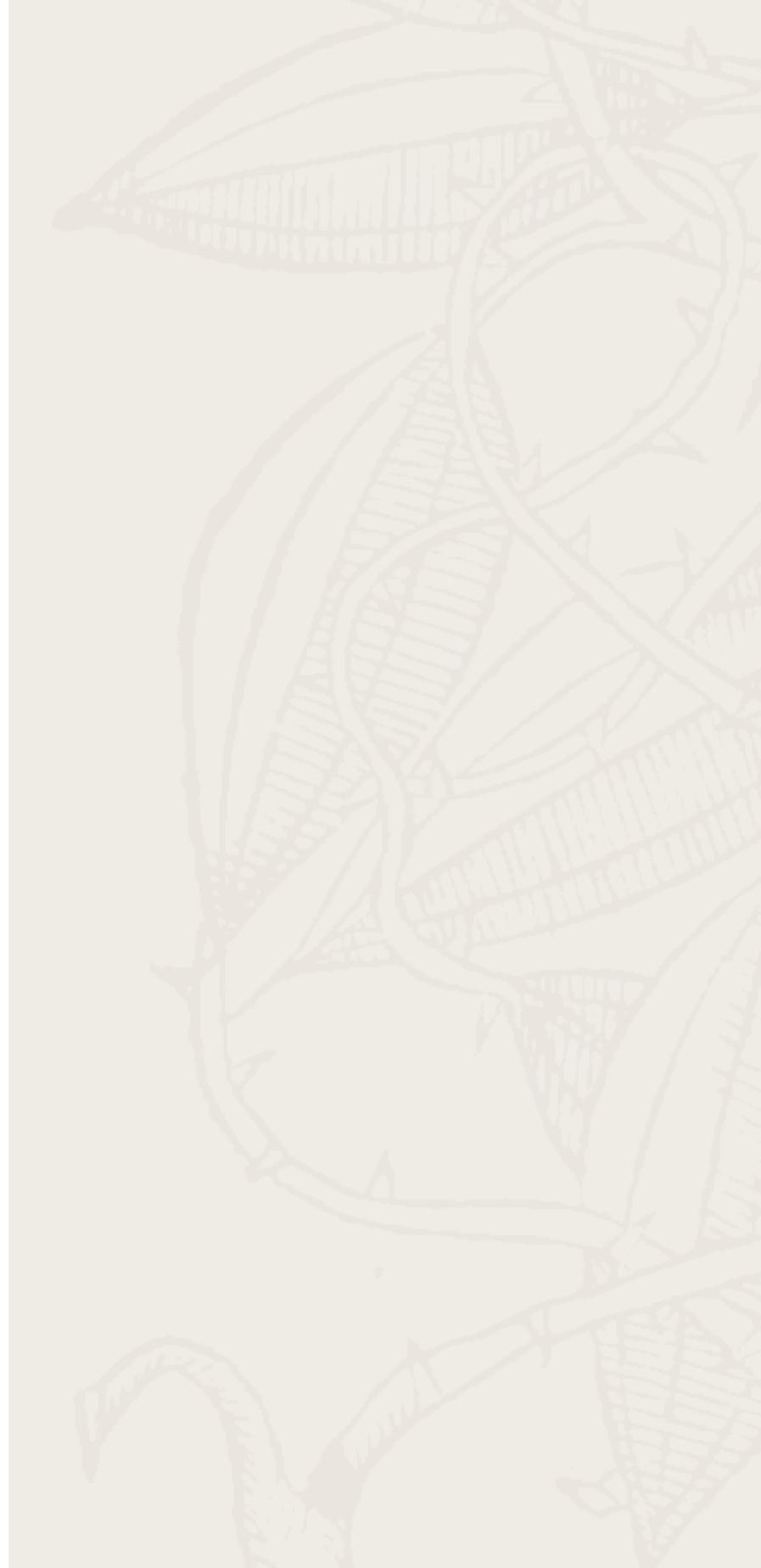
BGUC R-40-14

88

Raiz da China, *Smilax china*

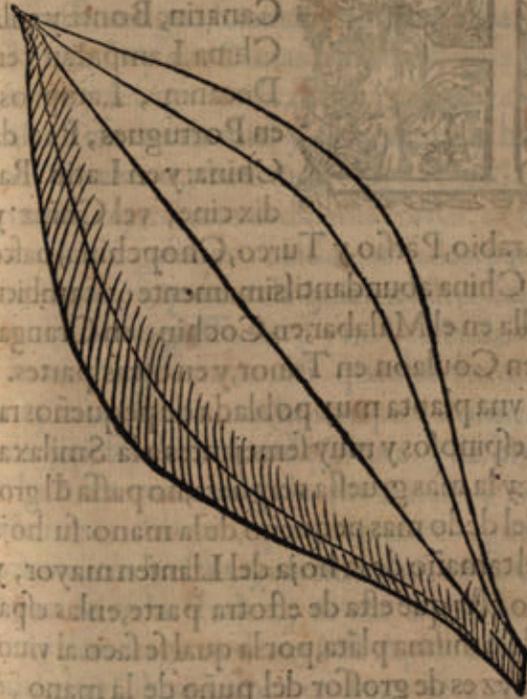
Planta trepadeira originária da China e do Japão, usada na medicina tradicional chinesa. A raiz tem efeito depurativo, diurético, sudorífico e tónico. Pode também ser utilizada para o tratamento de certas doenças da pele, artrite reumatóide, gota, enterite e infeções do trato urinário.

Coletor J. Murata, Owada-machi, Japão, 11 de abril de 1974
Herbário COI



Palo de la China.

Ho

Hoja del palo de la China.

De entrambas a dos partes es de un verde hermoso.

Del

Cânfora, *Cinnamomum* *camphora*

O óleo de cânfora é extraído da canforeira, *Cinnamomum camphora*, uma árvore nativa da China, Japão e Taiwan. O óleo essencial é obtido durante o processo de extração da cânfora por destilação a vapor. Os primeiros registos do comércio de cânfora na China e na Índia datam do século VI. Mais tarde, integrou as rotas de comércio árabes, chegando à Europa sob a forma de incenso. A cânfora é utilizada com fins medicinais, em cosméticos, incensos, culinária e líquidos para embalsamamento. Entre as suas diversas aplicações medicinais, destaca-se o tratamento de febre, constipações, inflamações, depressões e dores musculares.

89

Óleo de cânfora

Frasco de vidro com óleo extraído da canforeira, *Cinnamomum camphora*, apresentando etiquetas em chinês e português.

Fockien-Hai-van, Recolha de José Alberto Corte Real, 1880-82

MCUC

BOT.00549



Anis-estrelado, *Illicium verum*

O anis é uma especiaria obtida a partir dos frutos aromáticos de *Illicium verum*, uma espécie originária do Vietname e sul da China. Terá sido introduzido na Europa no fim do século XVI pelo navegador inglês Thomas Cavendish, onde era principalmente usado em compotas, geleias, licores e na culinária. É muito utilizado em diversos pratos na cozinha chinesa, indiana e indonésia e também no fabrico de bebidas licorosas e doçaria. Possui propriedades medicinais, com ação anti-séptica, calmante, digestiva, diurética, carminativa e expetorante. O anis exala um aroma agradável, podendo usar-se também em sabonetes, perfumes e incenso.

90

Frutos de anis-estrelado

Frutos de anis-estrelado, *Illicium verum*, espécie nativa da China e Vietname.

MCUC

BOT.02161

91

Óleo de anis

Frasco de vidro com óleo de anis, apresentando etiquetas em chinês e português.

Hong-sai Pai, Recolha de José Alberto Corte Real, 1880-82

MCUC

BOT.00536

91



92

Balança para ourives, farmácia ou para pesar ópio

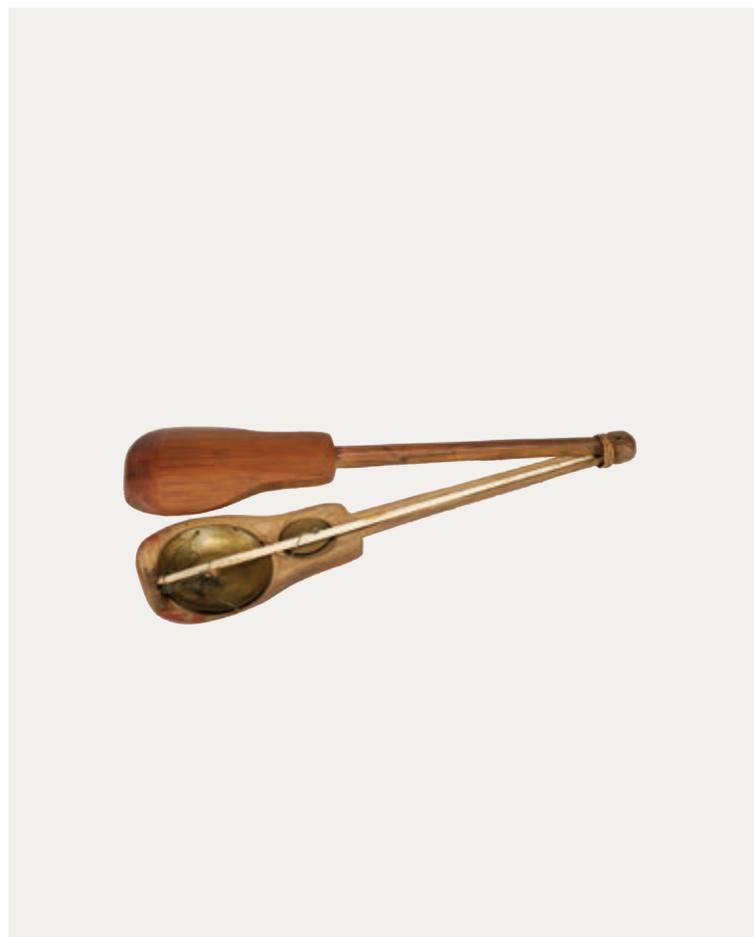
Balança de precisão composta por um prato de latão, para suspender num travessão graduado em marfim, e um peso arredondado e perfurado do mesmo material. Possui um estojo de bambu em forma de viola. Servia para uso de ourives ou para pesar plantas medicinais.

China, Recolha de José Alberto Corte Real, 1880

MCUC

ANT.M.338

92



93

Museu Botânico da Universidade de Coimbra

HENRIQUES, Júlio - O Instituto Botânico da Universidade de Coimbra. "Boletim da Sociedade Broteriana", Coimbra, vol. 10 (1892), p.2-8. [Imagem]

Aspeto da museografia pedagógica implementada por Júlio Henriques no Museu Botânico, com núcleos de objetos etnográficos construídos com materiais vegetais, dispostos no centro da sala, e as amostras das plantas e matérias-primas colocadas nos armários.

94

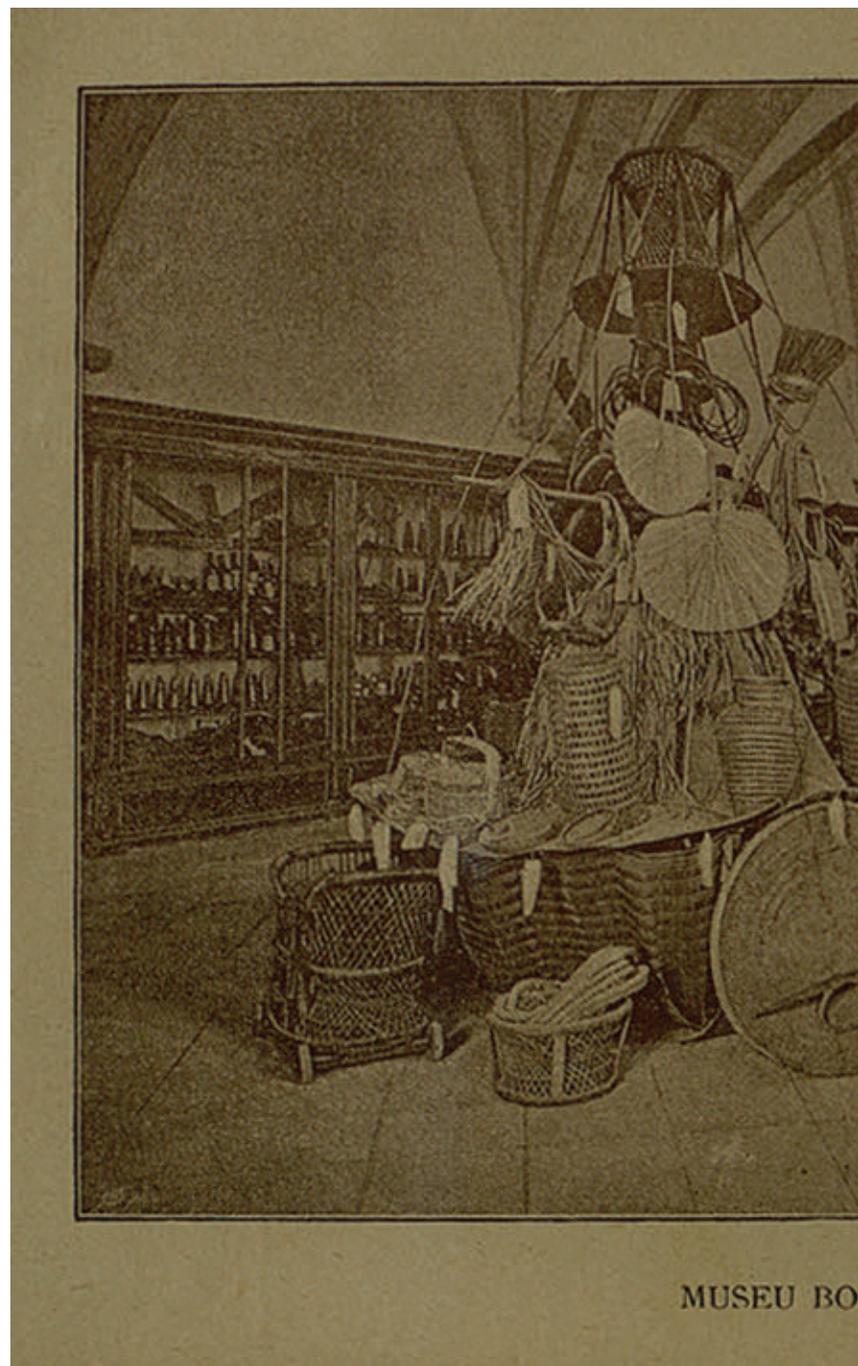
Remessa à Universidade de produtos macaenses, em 1880

1880, julho, 2 - Ofício do governador de Macau, Joaquim José da Graça, dirigido ao Reitor da Universidade de Coimbra, Visconde de Vila Maior.

Este ofício dá conta que remetera pelo navio "Índia" uma coleção de cerca de 500 produtos (industriais, artefactos e curiosidades), destinada ao Museu da Universidade, organizada pelo secretário-geral de Macau José Alberto Corte Real. O ofício foi acompanhado de um exemplar do *Boletim da Província de Macau e Timor* (de 28 de Junho de 1880, suplemento ao n.º 26) onde se encontram publicados os relatórios e catálogos dos citados produtos.

SR: Correspondência recebida na Reitoria
(do Ministério da Marinha)

AUC - IV-2.ªE-11-4-4



MUSEU BO



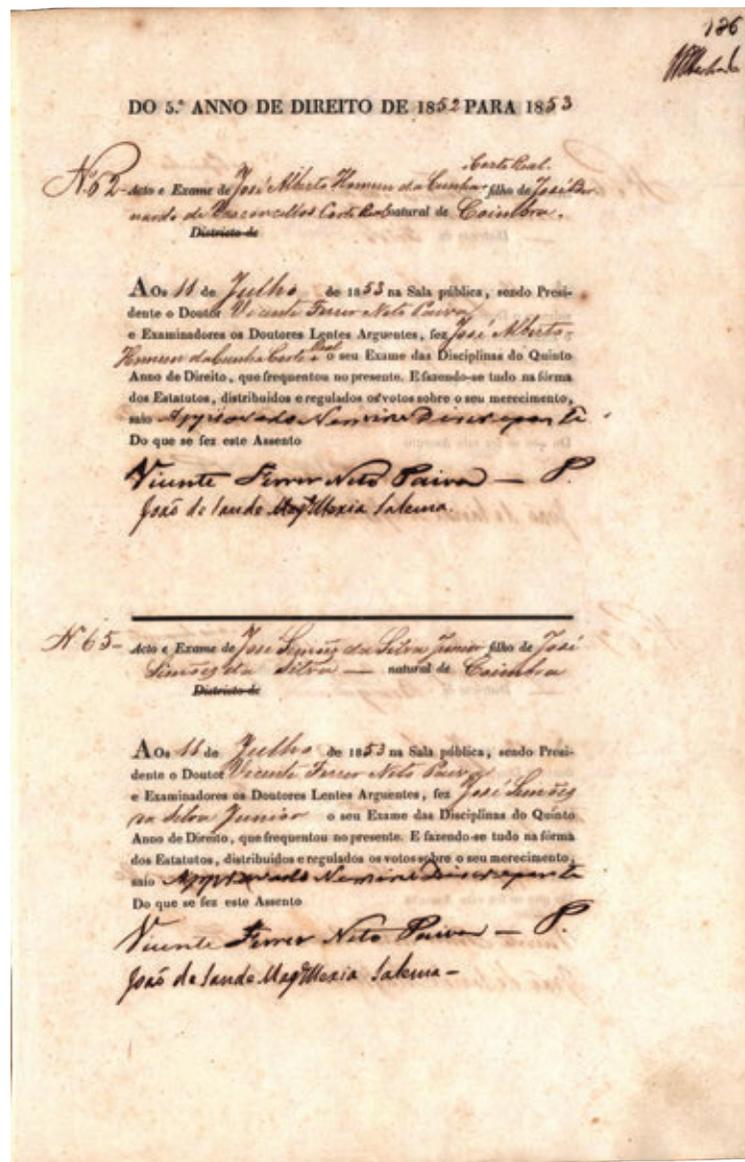
TANICO (1.^a sala)

O seu coletor, José Alberto Corte Real, aluno da Universidade

1853, julho, 11 - Registo da formatura em Direito de José Alberto Homem da Cunha Corte Real.

Natural de Coimbra, onde nasceu em 1832, era filho do Dr. José Bernardo de Vasconcelos Corte Real, lente da Faculdade de Leis. Foi secretário particular do Ministro do Reino, Anselmo José Braamcamp e, entre outros cargos que desempenhou, foi secretário-geral do governo de Macau e Timor, entre 1877 e 1883, tendo sido nesta condição que efetuou a doação a seguir referida. Teve ainda funções de encarregado dos negócios de Portugal na China, Japão e Sião, na ausência do ministro. Foi sócio do Instituto de Coimbra, da Sociedade de Geografia de Lisboa e da Associação dos Artistas de Coimbra. Publicou no *Commercio de Portugal*, entre 1881 e 1882, as suas crónicas intituladas *Cartas da China* e são de sua autoria diversas obras sobre a sua atividade em Macau e também sobre o comércio do chá.

SR: Livros de Atos e Graus da Faculdade de Direito, vol. 21, fl. 186
AUC - IV-1.ªD-3-4-35



96

Chapéu

Chapéu de fibras vegetais finamente entrançadas, terminado em bico, com aba larga, decorado com três motivos figurativos. Na face interna apresenta uma espécie de coroa para ajuste da cabeça. Trata-se de um chapéu de uso comum, para proteger da chuva e ser usado durante a realização de trabalhos agrícolas.

Designação local *Tundun*

Cong-mun, Recolha de José Alberto Corte Real, 1880

MCUC

ANT.M.26



96

97

Chapéu

Chapéu de fibras vegetais finamente entrançadas, de copa redonda e aba rebaixada, usado pela população marítima.

Designação local *Tundun*

Cong-mun, Recolha de José Alberto Corte Real, 1880

MCUC

ANT.M.22

98

Coador

Coador de bambu, em forma de pá abaulada, para lavar hortaliça. Muitos equipamentos domésticos eram feitos de bambu, uma matéria-prima que ocupa lugar de destaque na China pela sua adaptabilidade a diferentes aplicações, em bruto ou transformado.

Cong-mun, Recolha de José Alberto Corte Real, 1880

MCUC

ANT.M.110

99

Cesto

Cesto de bambu, com a boca circular alteada, usado para transportar ou armazenar peixe.

Os objetos de uso comum ligados às atividades de pesca e agricultura, nas diferentes fases de recolha, produção, transporte e comercialização, eram na sua maioria feitos de bambu.

Macau, Recolha de José Alberto Corte Real, 1880

MCUC

ANT.M.139

100

Cesto

Cesto de bambu, com abertura circular, usado para transportar rãs.

As patas de rã cozinhadas de diferentes formas constituem um prato típico da região de Cantão, tal como em vários países mediterrânicos, incluindo o sul de Portugal.

Heong-san, Recolha de José Alberto Corte Real, 1880

MCUC

ANT.M.142



100

101

Armadilha para baratas

Armadilha de bambu formada por dois compartimentos, usada para capturar baratas.

Nam-hoi, Recolha de José Alberto Corte Real, 1880

MCUC

ANT.M.205

102

Alcofa

Alcofa de rota, com tampa, reforçada nos bordos com aros de bambu pintados de vermelho, ornados com pequenas tiras vegetais brancas. Possui uma pega no topo e destina-se a usos diversos.

Seac-kei, Recolha de José Alberto Corte Real, 1880

MCUC

ANT.M.117



103

Cesto merendeiro

Cesto de madeira e bambu formado por três divisões sobrepostas, com tampa e asa revestidas por um aro metálico.

Macau, Recolha de José Alberto Corte Real, 1880

MCUC

ANT.M.125

104

Gaiola para pássaros

Gaiola de bambu decorada com motivos geométricos e antropomórficos. No interior, possui um comedouro esculpido em madeira, um bebedouro em cerâmica pintada e um poleiro bifurcado de bambu.

Cantão, Recolha de José Alberto Corte Real, 1880

MCUC

ANT.M.343



104

105

Sapatos de mulher

Sapatos forrados a tecido, com ponta revirada, bordados a fio metálico com motivos florais, um deles ornamentado com uma conta verde e duas borlas de fio azul claro a rematar o peito do pé. Macau, Recolha de José Alberto Corte Real, 1880

MCUC

ANT.M.1

106

Sapatos de homem

Sapatos forrados a seda rosa, com aplicações a veludo preto debruado a azul, vários tipos de galões e bordados a fio de ouro na ponta do pé.

Cantão, Recolha de José Alberto Corte Real, 1880

MCUC

ANT.M.2

106



107

Ventarola ou abano

Ventarola de folha de palmeira brava (ola), com uma figura masculina pintada numa das faces e cabo de bambu torneado com motivos dourados.

Cong-mun, Recolha de José Alberto Corte Real, 1880

MCUC

ANT.M.59

108

Leque

Leque constituído por varetas em marfim desdobráveis, penas pintadas com motivos florais, penas de pavão e de outra ave de cores fortes. Apresenta guardas ornamentadas com motivos geométricos e argola do eixo em madrepérola.

Macau, século XIX

MCUC

ANT.90.10.39

109

Bolsa

Bolsa de linho e seda vermelha, de pala arredondada, ornada com peixes bordados a fio de ouro, usada à cintura para guardar dinheiro.

Cantão, Recolha de José Alberto Corte Real, 1880

MCUC

ANT.M.64



© Fotografia José Meneses

109

110

Bolsa

Bolsa de seda com flores bordadas a verde, azul e branco, e no verso caracteres chineses. Possui fitas de suspensão rematadas com duas contas verdes e era usada para guardar óculos.

Cantão, Recolha de José Alberto Corte Real, 1880

MCUC

ANT.M.65



111

Enfeite para cabelo

Enfeite de mulher, formado por um ramo de flores de pano e papel de cores, com uma borboleta ao centro.

Designação local *Chin-lan*

Cantão, Recolha de José Alberto Corte Real, 1880

MCUC

ANT.M.73

112

Bátega ou Gongo

Idiofone de bronze, com centro e rebordo pintados a preto e caracteres da mesma cor, com corda para suspensão. Destinava-se a ser tocado com uma baqueta em cerimónias religiosas e noutras festividades.

Designação local *Tung-lo*

Macau, Recolha de José Alberto Corte Real, 1882

MCUC

ANT.M.402

111



113

Folha de papel votivo

Folha de papel de cor vermelha, com motivos fitomórficos e geométricos estampados e caracteres no verso, usada para fazer vestuário destinado a queimar em cerimónias religiosas.

Designação local *Cong-leng*

Fat-san, Quang-tung, Recolha de José Alberto Corte Real, 1880

MCUC

ANT.M.298

114

Miniatura de barco

Reprodução tridimensional de uma embarcação, assente numa estrutura de bambu e madeira, encimada por um toldo e apoiada sobre quatro rodas. Profusamente revestida com diversos papéis coloridos xilogravados, papelão, panchões, caracteres chineses gravados em fitas de seda e na parte superior da entrada que a designa como “barco das flores”. Esta peça ritual era queimada por fogo de artifício em cerimónias fúnebres.

Macau, Recolha de José Alberto Corte Real, 1882

MCUC

ANT.M.346



114

115

Sobrescritos auspiciosos

Conjunto de envelopes de papel com caracteres chineses e motivos fitomórficos impressos numa das faces, de cor vermelha alusiva à sorte, felicidade e riqueza. Estes envelopes destinavam-se a conter dinheiro para oferecer em diversas festividades.

Designação local *Lai si* ou *hong pau*

Fat-san, Recolha de José Alberto Corte Real, 1880

MCUC

ANT.M.248

116

Imagem da Rainha do céu

Escultura feminina de madeira policromada, sentada num trono e profusamente ornamentada. Representa uma divindade venerada nos templos ou nas habitações, sobretudo pela população marítima.

Designação local *Tin Hau*

Macau, Recolha de José Alberto Corte Real, 1882

MCUC

ANT.M.408

116



117

Imagem do Rei dos peixes

Escultura masculina de madeira policromada, sentada num trono, profusamente ornamentada, com longas barbas brancas, segurando em cada mão um peixe. Representa uma divindade venerada nos templos ou nas habitações, sobretudo pela população marítima.

Designação local *Tú-vong*

Macau, Recolha de José Alberto Corte Real, 1882

MCUC

ANT.M.409



118

Octógono místico

Octógono de madeira, com oito trigramas representados a verde e preto e, no centro, a dualidade cósmica do *yin-yang* a vermelho e preto, princípio do eterno equilíbrio. Trata-se de um amuleto protetor utilizado em diversos locais para afastar os maus espíritos.

Designação local *Pát Kuá*

Macau, Recolha de José Alberto Corte Real, 1882

MCUC

ANT.M.351

118



© Fotografia José Meneses

119

Miniatura de liteira

Estrutura de madeira e bambu, com três janelas e porta amovíveis, sustentada lateralmente por dois varões (pingas). O interior é forrado a damasco vermelho, tecido de algodão estampado e fibras vegetais. O exterior é revestido a feltro azul com barras inferiores de veludo preto bordado a fios de seda branca e dourada com motivos florais, romãs e borboletas. A cobertura apresenta aplicação de uma malha franjada, encimada por uma protuberância de madeira torneada, pintada de prateado. O conjunto é ornado por múltiplas tachas de latão gravadas e quatro longas borlas suspensas nos vértices.

Macau, Recolha de José Alberto Corte Real, 1882

MCUC

ANT.M.367

120

“Clepsidra”, o livro emblemático de Camilo Pessanha

PESSANHA, Camilo, 1867-1926 - *Clepsydra* : poemas. Lisboa: Ed. Lusitania, 1920.

Camilo de Almeida Pessanha, natural de Coimbra, juiz em Macau, costuma ser conhecido como autor de um só livro, a *Clepsydra*. No entanto, além de poeta, conferiu pelas suas traduções uma relevância à literatura chinesa que o mundo ocidental não lhe reconhecia. Em 1910, o seu desejo de publicar umas tentativas de tradução de oito elegias chinesas foi concretizado nas páginas do jornal macaense *O Progresso*, poemas posteriormente reunidos na coletânea *China*.

BGUC RB-33-19

121

Camilo Pessanha, natural de Coimbra

1867, outubro, 30 - Assento do batismo de Camilo de Almeida Pessanha, na freguesia da Sé Nova de Coimbra, local onde nasceu em 7 de setembro do mesmo ano.

Estudou na Universidade de Coimbra onde obteve a formatura em Direito. Partiu para Macau em 1894 e ali viveu até à sua morte em 1926, tendo sido professor do Liceu, conservador da comarca de Macau e juiz substituto. Poeta e precursor da corrente simbolista, dedicou-se também ao estudo da história da China e cultivou a língua sínica, traduzindo diversos textos em chinês, nomeadamente poesia.

Foi grande apreciador e colecionador de obras de arte chinesa e parte das suas coleções ingressou no Museu Nacional de Machado de Castro, em Coimbra.

SR: Registos Paroquiais da Sé Nova de Coimbra, B 11, fl. 186v
AUC - III-1.ªD-4-3

122

Cabaia

Cabaia em seda com bordado chinês. As cabaiais chinesas não possuíam bolsos, pelo que pequenos objetos, como os frascos de rapé, eram transportados numa dobra das mangas.

China, Dinastia Qing, século XVIII

MNMC, Col. Camilo Pessanha

MNMC5147

123

Frasco de rapé

A troca de frascos de rapé, nos finais da dinastia Qing e inícios da República, era um hábito de civilidade, entre as pessoas de qualidade. A representação de dois macacos neste frasco alude a Sun Hukong, o rei-macaco, personagem muito estimada pelos chineses. Terá sido oferecido a Camilo Pessanha na ocasião de uma promoção, pois a palavra Hou, “macaco” em chinês é homófona de “marquês”, um cargo importante.

Calcedónia e latão.

China, 1750-1850

MNMC, Col. Camilo Pessanha

MNMC5050

• U



C •

I
IMPRESSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS
U